



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA- POSGRAP**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA- PPGeo**

**A DIALÉTICA ESPACIAL DA MODERNIZAÇÃO DA  
MANDIOCULTURA EM SERGIPE E A SUBORDINAÇÃO DO  
CAMPEsinATO**

**ÍTALA SANTANA SOUZA**

**SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE**

**2019**

ÍTALA SANTANA SOUZA

**A DIALÉTICA ESPACIAL DA MODERNIZAÇÃO DA  
MANDIOCULTURA EM SERGIPE E A SUBORDINAÇÃO DO  
CAMPEPINATO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, na linha de pesquisa Produção do Espaço Agrário, em cumprimento aos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Geografia, sob orientação da **Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Josefa de Lisboa Santos.**

SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE

2019

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S729d Souza, Ítala Santana  
A dialética espacial da modernização da mandiocultura em Sergipe e a subordinação do campesinato / Ítala Santana Souza ; orientadora Josefa de Lisboa Santos. – São Cristóvão, SE, 2019. 189 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Geografia agrícola. 2. Produtividade do capital. 3. Espaço em economia. 4. Agricultura e Estado. 5. Mandioca – Cultivo – Sergipe. 6. Inovações agrícolas. 7. Farinha de mandioca – Indústria. 8. Camponeses. I. Santos, Josefa de Lisboa, orient. II. Título.

CDU 911.3:63:338.43.02(813.7)

Ata da Sessão de Defesa da Tese de Doutorado

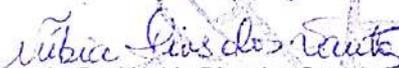
em Geografia de Ítala Santana Souza.

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, com início às oito horas e trinta minutos realizou-se no auditório do Departamento de Geografia - DGE, localizado na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, em São Cristóvão-SE, a sessão pública da defesa de Tese de Doutorado em Geografia de Ítala Santana Souza, intitulada: "A dialética espacial da modernização da mandiocultura e subordinação camponesa". A Banca Examinadora foi presidida pela Professora Doutora Josefa de Lisboa Santos, que abriu a sessão pública e passou a palavra para a doutoranda proceder à apresentação de sua Tese. Logo após a apresentação, cada membro da Banca Examinadora composta pelas Professoras Doutoras Nubia Dias dos Santos, Nacelice Barbosa Freitas, Christiane Senhorinha Soares Campos e Vera Lucia Alves França arguiram a candidata, que teve igual período para sua defesa. Na sequência, a Professora Doutora Josefa de Lisboa Santos, na condição de orientadora teceu comentários sobre a Tese apresentada e destacou a trajetória para a sua construção. Por fim, a banca examinadora reuniu-se para avaliação e decidiu **APROVAR** a candidata. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEPE, que regula a apresentação e defesa de Tese de Doutorado.

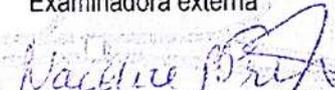
Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 28 de Novembro de 2019.



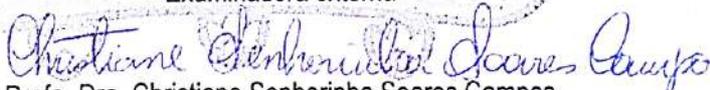
Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos  
Orientadora e presidente da banca



Profa. Dra. Nubia Dias dos Santos  
Examinadora externa



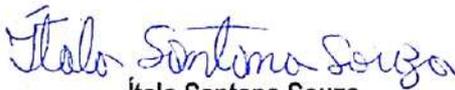
Profa. Dra. Nacelice Barbosa Freitas  
Examinadora externa



Profa. Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos  
Examinadora interna



Profa. Dra. Vera Lucia Alves França  
Examinadora interna



Ítala Santana Souza  
-Doutoranda-

**AOS MEUS DOIS FILHOS: YURI E DAVI,  
A MINHA MÃE, MINHA IRMÃ ITÂNIA E MEU IRMÃO,  
AOS MEUS AMORES IN MEMORIA: VOINHA E MEU PAI,  
AOS MEUS DOIS SOBRINHOS: CECÍLIA E EDGAR,  
E AO MEU MARIDO DIEGO.**

**(FAMÍLIA)**

Através da **fé** que me guia, agradeço ao **universo** e a todas as **forças positivas** e do **bem** que sempre me guiam e me protegem de todo o mal. **Amém!**

Agradeço a **CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** pelo direito a mim estabelecido de concessão de bolsa de estudos, a qual foi crucial para a consecução desta pesquisa em todas as suas etapas.

A minha mãe, **Maria Clarete Fernandes Santana**, que teve que aprender a ser guerreira desde sempre, venceu e vence grandes obstáculos como privações de todos os tipos e ex-marido já falecido mas, muitas vezes, tirano. Guiada sempre por grande vontade de viver e ser feliz não sucumbe jamais, mesmo diante de grandes enfermidades do corpo e da alma. Sem a sua presença de ontem, de hoje e de sempre jamais defenderia essa tese de doutorado. Muito obrigada por largar sua casa e vida em Lagarto para se doar completamente em meu socorro (Aracaju) durante a reta final da referida tese.

Obrigada a **Josefa de Lisboa Santos**, orientadora e companheira, mais uma vez me guiando e incentivando na busca da luz maior, a do saber. Obrigada por contribuir no descortinar do mundo a minha volta, mesmo que isso muitas vezes me faça sofrer, prefiro padecer no bem e na verdade que morrer na mentira e na escuridão...

Não poderia deixar de citar e agradecer a **Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vera Lúcia Alves França**, mais uma vez e sempre, por todo carinho e atenção que me dispensou durante toda a minha trajetória acadêmica. Incentivando-me quando precisei e me “puxando a orelha” quando era necessário. Obrigada minha querida professora! Parte do que sou hoje como ser humano e profissional, dedico a ti.

A **Diego**, meu marido, que por vezes alternou-se entre compreender e ajudar e outras vezes não entender tão bem o que acontecia. Compreendo como pode ser difícil ter que compartilhar de algo do qual não se tem pertencimento.

Ao amigo **Hunaldo**, mais uma vez, por elaborar os mapas da tese e sempre estar tão solícito a me atender todas as vezes que o procurei, obrigada pela atenção e trabalho disponibilizados sem exigir nada em troca, simplesmente por bondade e consideração ao próximo. Você é sempre mil!

**Márcio Reis** por elaborar os gráficos dessa pesquisa, disponibilizando sempre muita atenção e gentileza.

As minhas queridas amigas de turma: **Vanessa Paloma e Adelli Carla**, por estarem sempre na torcida e buscando saber sobre o andamento da minha pesquisa. **Adelli**, sua amizade sempre me fortalece e me torna melhor.

Aos amigos **Laércio e, em especial, Gleise** por me auxiliar em momentos difíceis da minha pesquisa, obrigada! Uma honra ter os dois sempre por perto me dando apoio, ajuda e carinho. Companheiros também das alegrias e preocupações na educação escolar dos nossos filhos... **Davi e Miguel**.

Mais especialmente ainda, os agradecimentos vão para minha linda, positiva e poderosa amiga **Clara Suzane**, a minha **Clarinha**. Obrigada por tudo, tudo, tudo... Desde as vezes que ficou somente em silêncio ao meu lado, quanto a tantas outras vezes que deixou sua rotina difícil para me ajudar, inclusive, viajando comigo para o trabalho de campo. Te adoro! OBRIGADA!

A **Andressa** e a **Camila**, minhas ex-alunas da UFS/Geografia/Itabaiana. Obrigada meninas, pelas gentilezas e desprendimentos em acompanhar-me na aplicação dos questionários dos trabalhos de campo, foram dias cansativos e maravilhosos ao mesmo tempo. Valeu mesmo!

Ao **Flávio** pela ajuda e atenção no Povoado Brasília/Lagarto-SE.

A **Yuri Felipe Santana Souto**, filho amado e que a 22 anos me acompanha de perto com zelo e muito amor. Obrigada por ser sempre meu Yuri carinhoso, beijoqueiro e companheiro e obrigada, nesse caso especificamente, pela ajuda nos trabalhos da pesquisa nos municípios de Campo do Brito e de São Domingos. Amo-Te!

A **Pedro Ferreira Santos** e a **Carlos da Lapa** da cooperativa COOFAMA de Campo do Brito! Em especial ao **Pedro**, gerente de compras e vendas, pois, sempre gentil e a disposição, me ajudou com informações valiosas para a minha pesquisa. Na verdade, obrigada a todos vocês da cooperativa: pessoas simples, mas de corações cheios de disposições e positivities. Parabéns pelo trabalho lindo e fértil!

Aos muitos **Camponeses** aos quais eu tive a honra de conhecer, pessoas guerreiras e verdadeiros heróis deste país. Obrigada!

A competição separa os indivíduos uns dos outros, não apenas a burguesia, mas mais ainda os trabalhadores, apesar do fato de os unir ... Daí que todo poder organizado que paira acima e contra estes indivíduos isolados, que vivem em condições que diariamente reproduzem este isolamento pode ser superado apenas após longas lutas. Exigir o oposto seria o equivalente a exigir que a competição não existisse nesta época definida da história, ou que os indivíduos devessem banir de suas mentes as condições sobre as quais, no seu isolamento, não têm nenhum controle.

***Karl Marx***

O capital não conhece outra solução que não a da violência, um método constante da acumulação capitalista no processo histórico, não apenas por ocasião de sua gênese, mas até mesmo hoje. Para as sociedades primitivas, no entanto, trata-se, em qualquer caso, de uma luta pela sobrevivência; a resistência à agressão tem o caráter de uma luta de vida ou morte...

***Rosa Luxemburgo***

## ABC DO LAVRADOR (CEARÁ)

Agora quero tratar,  
Segundo tenho patente,  
A vida de lavrador  
No passado e no presente.

Bem queria ter ciência,  
Dizer por linhas direitas,  
Para agora explicar  
Uma idéia bem perfeita.

Cuidados tenho da noite,  
De madrugada levanto,  
De manhã vou para a roça  
A correr todos os cantos.

Domingos e dias santos  
Todos vão esparecer,  
Eu me acho tão moído,  
Que não me posso mexer.

Estando desta sorte  
Não é possível calçar,  
Os pés inchados de espinhos,  
E de todo o dia andar.

Feliz de quem não tem  
Esta vida laboriosa,  
Não vive tão fatigado,  
Como eu me acho agora.

Grande tristeza padece  
Todo aquele lavrador,  
Quando perde o legume todo  
Porque o inverno escasseou.

He possível aturar  
Até a idade de cinquenta,  
Quando se chega aos quarenta,  
Já parece ter oitenta.

Lavradores briosos  
Consideram no futuro,  
Não tomam dinheiro sem ver  
Os seus legumes seguros.

Muitos não têm recursos,  
Não sabem o que hão de fazer,  
Não temem a percentage,  
Querem achar quem dê.

Não queira ser lavrador  
Quem tiver outra profissão,

É a vida mais amarga  
Deus deixou aos filhos de Adão.

Pois quando se colhe  
Os legumes de um ano,  
Ainda se não acaba,  
Nova roça começando.

Quase sempre os lavradores  
De cana, café, cacau,  
Têm feitores de campo  
Para não passar tão mal.

Razão eles têm  
Para ter contentamento,  
Quem trabalha no campo  
É quem padece o tormento.

Souberam as câmaras criar  
Ministros pra proteger,  
Nesta terra não tem um banco  
Que a ela possa favorecer.

Terra pobre como esta  
Ninguém pode dar impulso,  
Sem banco, sem proteção,  
Fora de todo o recurso!

Vive sempre isolado  
Metido nas espessuras  
Com a memória no passado,  
O futuro sem venturas.

Xoram todos a sua sorte,  
Faz pena ver os lamentos,  
De pedir dinheiro a rebato,  
Por não acharem por certos.

Zombem, façam caçoada  
Da vida do lavrador,  
Considerem no futuro,  
A sorte a Parca cortou.

O til por ser do fim,  
Sempre dá uma esperança,  
Na consolação dos afetos  
Até chegar a bonança.

ROMERO, Sílvio. **Folclore brasileiro: cantos populares do Brasil**. Pref. Luís da Câmara Cascudo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, p.105-106. (Reconquista do Brasil), Nova série, 1985.

## RESUMO

A noção de produção do espaço nos faz considerar os vários níveis da realidade como momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade em sua complexidade. Consideramos então, o sujeito da ação: o Estado, como aquele da dominação política; o capital, com suas estratégias cuja finalidade é sua reprodução continuada; os sujeitos sociais que, em suas necessidades e seus desejos vinculados à realização da vida humana, têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação. A investigação sobre o espaço da mandiocultura em Sergipe, que realizamos por meio desta Tese, vem explicar a dinâmica espacial dessa atividade produtiva, no contexto de reestruturação produtiva do capital no campo, que implicou em alterações técnicas e na formação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) de casas de farinha no estado. Tal dinâmica exigiu a elucidação de como o processo de mundialização do capital impulsiona alterações no espaço agrário sergipano, assim como da relação capital-Estado e todos os seus desdobramentos territoriais. Com base no método dialético partiu-se de uma revisão da literatura sobre produção do espaço no capitalismo, as metamorfoses da relação homem natureza nos diferentes momentos da reprodução. Deu-se ênfase ao debate das mudanças para o regime de acumulação flexível, quando a forma de expansão capitalista aponta para um processo de descentralização político-administrativa com foco em um desenvolvimento endógeno, denunciando a natureza da política neoliberal abraçada em correspondência ao momento novo da mobilidade geográfica do capital. Por meio das pesquisas de campo realizadas no município Lagarto, maior produtor de mandioca e de farinha de mandioca no estado, no município de Campo do Brito e no município de São Domingos diagnosticou-se que apesar da ampliação de formas de aproveitamento da mandioca e das possibilidades geradas de agregação de valor e comercialização de subprodutos suscitadas nos últimos anos, a quase totalidade da produção de mandioca é vendida in natura para um terceiro. O camponês perde o controle da produção e comercialização do produto final mais importante, que é a farinha. Se estabelece uma relação de estranhamento entre o sujeito da produção e o produto do trabalho, mas sobretudo, uma redução da renda do produtor. Nesse cenário, a realidade mostrou que o espaço da mandiocultura, tradicionalmente dominado pelo campesinato brasileiro vai sendo tomado por um processo de monopolização da produção por agentes com maior poder econômico. A política de arranjo produtivo local ligada às casas de farinha intensificou a divisão da renda camponesa, transformou o camponês em um empregado na sua própria terra ou nas/das casas de farinha, ampliou o trabalho feminino e infantil, naturalizando esse último como ajuda. O discurso propagado gera uma compreensão do caráter inevitável dessa chamada modernização, negligenciando-se a natureza desse modelo de desenvolvimento rural que nega aos camponeses as possibilidades de autogestionarem o produto do seu trabalho. Uma realidade que denota a necessidade de organização do campesinato como classe, que deve lutar para se reproduzir longe do domínio do capital.

**PALAVRAS-CHAVES:** Produção capitalista do espaço, Modernização da mandiocultura, Arranjos Produtivos Locais, Campesinato, Reestruturação produtiva.

## ABSTRACT

The notion of space production makes us consider the various levels of reality as different moments of the general reproduction of society in its complexity. We consider then the subject of action: the state, like that of political domination; capital, with its strategies whose purpose is their continued reproduction; the social subjects that in their needs and desires linked to the realization of life human beings, have space as a condition, medium and product of their action. The investigation on the mandioculture space in Sergipe, which we conducted through this Thesis, explains the spatial dynamics of this productive activity, in the context of productive capital restructuring in the countryside, which implied technical changes and the formation of Local Productive Arrangements (LPAs) of flour houses in the state. Such dynamics demanded the elucidation of how the process of globalization of capital drives changes in Sergipe's agrarian space, as well as the relationship between capital and state and all its territorial developments. Based on the dialectical method, we started from a literature review about the production of space in capitalism, the metamorphoses of the relationship between man and nature in the different moments of reproduction. Emphasis was given to the debate on changes to the flexible accumulation regime, when the form of capitalist expansion points to a process of political-administrative decentralization focused on endogenous development, denouncing the nature of the neoliberal policy embraced in correspondence with the new moment of geographical mobility of capital. Through field surveys conducted in the municipality of Lagarto, the largest producer of cassava and manioc flour in the state, in the municipality of Campo do Brito and in the municipality of São Domingos, it was found that despite the expansion of forms of utilization of cassava and Given the potential for added value and the marketing of by-products raised in recent years, almost all cassava production is sold in natura to a third party. The farmer loses control of the production and marketing of the most important final product, which is flour. A relationship of estrangement is established between the subject of production and the product of labor, but above all, a reduction in the producer's income. In this scenario, reality has shown that the mandioculture space, traditionally dominated by the Brazilian peasantry, is being taken over by a process of monopolization of production by agents with greater economic power. The local productive arrangement policy linked to the flour houses intensified the division of the peasant income, transformed the peasant into an employee in his own land or in the flour houses, expanded the feminine and child labor, naturalizing the latter as help. The propagated discourse generates an understanding of the inevitable character of this so-called modernization, neglecting the nature of this rural development model that denies peasants the possibility of self-managing the product of their work. A reality that denotes the need for the organization of the peasantry as a class, which must struggle to reproduce itself far from the domain of capital.

**KEYWORDS:** Capitalist production of space, Mandioculture, Productive Arrangements  
Local flour houses in Sergipe.

## RESUMEN

La noción de producción espacial nos hace considerar los diversos niveles de realidad como momentos diferenciados de la reproducción general de sociedad en su complejidad. Consideramos entonces el tema de acción: el estado, como el de dominación política; capital, con sus estrategias cuyo propósito es su reproducción continua; los sujetos sociales que en sus necesidades y deseos vinculados a la realización de la vida los seres humanos, tienen el espacio como condición, medio y producto de su acción. La investigación sobre el espacio de la mandiocultura en Sergipe, que realizamos a través de esta Tesis, explica la dinámica espacial de esta actividad productiva, en el contexto de la reestructuración del capital productivo en el campo, lo que implicó cambios técnicos y la formación de acuerdos productivos locales (LPA) de casas de harina en el estado. Dicha dinámica exigió la aclaración de cómo el proceso de globalización del capital impulsa los cambios en el espacio agrario de Sergipe, así como la relación capital-estado y todos sus desarrollos territoriales. Basado en el método dialéctico, partimos de una revisión de la literatura sobre la producción del espacio en el capitalismo, las metamorfosis de la relación entre el hombre y la naturaleza en los diferentes momentos de reproducción. Se hizo hincapié en el debate sobre los cambios en el régimen de acumulación flexible, cuando la forma de expansión capitalista apunta a un proceso de descentralización político-administrativa centrado en el desarrollo endógeno, denunciando la naturaleza de la política neoliberal adoptada en correspondencia con el nuevo momento de movilidad geográfica del capital. A través de encuestas de campo realizadas en el municipio de Lagarto, el mayor productor de yuca y harina de mandioca en el estado, en el municipio de Campo do Brito y en el municipio de São Domingos, se descubrió que a pesar de la expansión de las formas de utilización de la yuca y Dado el potencial de valor agregado y la comercialización de subproductos generados en los últimos años, casi toda la producción de mandioca se vende in natura a un tercero. El agricultor pierde el control de la producción y comercialización del producto final más importante, la harina. Se establece una relación de extrañamiento entre el sujeto de producción y el producto del trabajo, pero sobre todo, una reducción en los ingresos del productor. En este escenario, la realidad ha demostrado que el espacio de la mandiocultura, tradicionalmente dominado por el campesinado brasileño, está siendo asumido por un proceso de monopolización de la producción por parte de agentes con mayor poder económico. La política de arreglo productivo local vinculada a las casas de harina intensificó la división del ingreso de los campesinos, transformó al campesino en un empleado en su propia tierra o en las casas de harina, expandió el trabajo femenino e infantil, naturalizando a este último como ayuda. El discurso propagado genera una comprensión del carácter inevitable de esta llamada modernización, descuidando la naturaleza de este modelo de desarrollo rural que niega a los campesinos la posibilidad de autogestionarse el producto de su trabajo. Una realidad que denota la necesidad de la organización del campesinado como clase, que debe luchar para reproducirse lejos del dominio del capital.

**PALABRAS CLAVE:** Producción capitalista del espacio, Mandiocultura, Arreglos Productivos Casas de harina locales en Sergipe.

## ÍNDICE DE FOTOS

<b>Foto 01</b> – Casa de farinha menos capitalizada e com prensa elétrica mais antiga. Povoado Brasília, Lagarto/SE .....	<b>88</b>
<b>Foto 02</b> – Casa de farinha mais modernizada e com prensa bastante atual e que requer menos trabalho humano em seu manuseio. Povoado Brasília – Lagarto/SE.....	<b>88</b>
<b>Foto 03</b> – Casa de Farinha 01 no Povoado Boa Vista do Urubu Lagarto – SE .....	<b>89</b>
<b>Foto 04</b> – Casa de Farinha 02 no Povoado Boa Vista do Urubu Lagarto – SE.....	<b>89</b>
<b>Foto 05</b> – Produtor de mandioca associado à COOFAMA - Campo do Brito, efetivando o plantio da raiz .....	<b>133</b>
<b>Foto 06</b> – Produtor de mandioca e dono de casa de farinha de Lagarto, povoado Urubu Grande, colhendo mandioca .....	<b>133</b>
<b>Foto 07</b> - Exemplo de casa de farinha que se mantém fechada na maior parte da semana, Lagarto/SE .....	<b>136</b>
<b>Foto 08</b> – Outro exemplo de casa de farinha que se mantém fechada a maior parte da semana São Domingos/SE .....	<b>136</b>
<b>Foto 09</b> – Ex-produtor de farinha de mandioca que produz atualmente somente a goma da mandioca. Povoado Caraíba/Lagarto – SE .....	<b>141</b>
<b>Foto 10</b> - Casa de farinha modernizada, São Domingos/Se .....	<b>145</b>
<b>Foto 11</b> - Caminhão descarregando mandioca, Urubu Grande, Lagarto/SE .....	<b>146</b>
<b>Foto 12</b> - Carroça também descarregando a raiz, Urubu Grande, Lagarto/SE .....	<b>148</b>
<b>Foto 14</b> – Casa de farinha modernizada no povoado Quirino em Lagarto .....	<b>148</b>
<b>Foto 15</b> – Farinha ensacada na fábrica, Povoado Brasília Lagarto/SE .....	<b>149</b>
<b>Foto 16</b> – Máquina de empacotamento. Povoado Brasília Lagarto/SE .....	<b>149</b>
<b>Foto 17</b> – Trabalhadores da indústria recolhendo as bolsas de farinha de 1Kg que saem da máquina .....	<b>150</b>

<b>Foto 18</b> – Os três tipos de farinhas trabalhadas pela indústria de empacotamento do Povoado Brasília, no município de Lagarto/SE .....	<b>150</b>
<b>Foto 19</b> – Empacotadora de farinha de mandioca da Coofama/Povoado Gameleira/Campo do Brito – SE .....	<b>153</b>
<b>Foto 20</b> – Farinha Delícia da Copa – Campo do Brito/SE .....	<b>154</b>
<b>Foto 21</b> – Goma de mandioca úmida a vácuo - Delícia da Copa .....	<b>154</b>
<b>Foto 22</b> - Plantadeira de manaíba adquirida pela Coofama .....	<b>156</b>
<b>Foto 23</b> - Caminhão baú adquirida pela Coofama .....	<b>156</b>
<b>Foto 24</b> – Centro de Beneficiamento de Derivados da Mandioca no Povoado Gameleira /Campo do Brito/SE .....	<b>159</b>
<b>Foto 25</b> – Sede da Cooperativa no Povoado Gameleira/Campo do Brito/SE .....	<b>159</b>
<b>Foto 26</b> - Macaxeira à vácuo beneficiada no centro de derivados do povoado Gameleira .....	<b>160</b>
<b>Foto 27</b> – Macaxeira a vácuo beneficiada no centro de derivados do povoado Gameleira .....	<b>160</b>
<b>Foto 28</b> - Lanchonete onde podem ser encontrados vários produtos fabricados pela cooperativa. Campo do Brito/SE .....	<b>163</b>
<b>Foto 29</b> – Lanchonete onde podem ser encontrados vários produtos fabricados pela cooperativa. Campo do Brito/SE .....	<b>163</b>
<b>Foto 30</b> - Produtos expostos para venda na lanchonete da cooperativa. Campo do Brito/SE .....	<b>164</b>
<b>Foto 31</b> – Produtos expostos para venda na lanchonete da cooperativa. Campo do Brito/SE .....	<b>164</b>
<b>Foto 32</b> – Casa de farinha modernizada no povoado Brasília – Lagarto/SE .....	<b>167</b>
<b>Foto 33</b> – Mulheres no trabalho de raspagem da mandioca no povoado Açuzinho – Lagarto/SE .....	<b>169</b>
<b>Foto 35</b> – Criança participando do processo de raspagem da mandioca em casa de farinha do povoado Jenipapo/Lagarto-SE .....	<b>170</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> – Panfleto explicativo da missão da cooperativa e distribuído pelo “Chalé delícias de Mani” no centro da cidade de Campo do Brito .....	<b>152</b>
<b>Figura 02</b> – Bolo de macaxeira pronto para entrega .....	<b>161</b>
<b>Figura 03</b> – Caminhão Baú de entrega das mercadorias .....	<b>161</b>
<b>Figura 04</b> - Bolinhos de macaxeira tipo bacia - Produzidos pela cooperativa .....	<b>162</b>
<b>Figura 05</b> - Panetones de massa de macaxeira - Produzidos pela cooperativa .....	<b>162</b>
<b>Figura 06</b> - Brigadeiros, bolos e salgados - Produzidos pela cooperativa .....	<b>162</b>
<b>Figura 07</b> – Sequilhos fabricados com massa de macaxeira - Produzidos pela cooperativa .....	<b>162</b>

## ÍNDICE DE MAPAS

<b>Mapa 01</b> – Localização dos municípios em análise, Sergipe, 2019.....	<b>27</b>
<b>Mapa 02</b> – Localização dos Arranjos Produtivos Locais, Sergipe, 2019 .....	<b>120</b>

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 01</b> - Mundo Produção Mundial de Mandioca em Raiz (Em Milhões de Toneladas) - 1970/2007 .....	<b>103</b>
<b>Tabela 02</b> - Brasil – Principais Estados Mandioca: Área, Produção e Produtividade - 2012 /2016 .....	<b>107</b>
<b>Tabela 03</b> - Brasil – Regiões - Farinha de mandioca - número de informantes, quantidade produzida e tipo de matéria-prima – 2006 .....	<b>111</b>
<b>Tabela 04</b> – Sergipe - APL da mandiocultura - Dados básicos da produção de mandioca, por território e município – 2017 .....	<b>125</b>
<b>Tabela 05</b> – Sergipe - APL de Mandiocultura: Dados Socioeconômicos Básicos, Por Territórios - Vários Anos .....	<b>126</b>
<b>Tabela 06</b> - Dados Socioeconômicos Básicos do APL da Mandiocultura - Vários Anos .....	<b>127</b>
<b>Tabela 07</b> – Ranking (da produção estadual de mandioca e farinha (t) – 2017 .....	<b>131</b>

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01</b> - APLS da mandiocultura em sergipe em Sergipe – 2015/2018 .....	<b>117</b>
<b>Gráfico 02</b> - Destino da produção de mandioca, 2019 .....	<b>135</b>
<b>Gráfico 03</b> - Modernização das casas de farinha – 2009/2019 .....	<b>137</b>
<b>Gráfico 04</b> – Preço da venda da farinha de mandioca – 2019 .....	<b>141</b>
<b>Gráfico 05</b> - Condições de uso das casas de farinha, 2019 .....	<b>144</b>

## ÍNDICE DE PRANCHAS

<b>Prancha 01</b> – Produção de mandioca, 1990 – 2017, Estado de Sergipe, 2019 .....	<b>115</b>
<b>Prancha 02</b> – Variação absoluta e relativa da produção de mandioca, 1990 – 2017, Sergipe, 2019 .....	<b>116</b>
<b>Prancha 03</b> – Exportações da farinha e importação de mandioca de Lagarto de Lagarto, campo do Brito e São Domingos, Sergipe, 2019 .....	<b>118</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1-</b> INSTITUIÇÕES INTEGRANTES DOS G.T.s – APL MANDIOCA/SE .....	<b>29</b>
--	-----------

## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

EPÍGRAFE I

EPÍGRAFE II

RESUMO

ABSTRACT

RESUMEN

ÍNDICE DE FIGURAS

ÍNDICE DE FOTOS

ÍNDICE DE MAPAS

ÍNDICE DE TABELAS

ÍNDICE DE PRANCHAS

ÍNDICE DE QUADROS

SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO..... 23**

**CAPÍTULO 1 – O HOMEM A NATUREZA E A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO NOS SÉCULOS XX E XXI ..... 33**

1.1 A relação homem/natureza no capitalismo ..... 33

1.2 - A produção do espaço nos cenários de crises do capitalismo ..... 41

1.3 A financeirização da economia e as mudanças no mundo do trabalho ..... 58

1.4 - Os desdobramentos da crise: individualização, empreendedorismo e endogenia produzindo espaço ..... 67

**CAPÍTULO 2 – O MODELO DE EMPREENDEDORISMO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLs): DE EXEMPLOS MUNDIAIS ÀS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO NO BRASIL ..... 80**

2.1 - Desenvolvimento endógeno e aglomerações: a funcionalidade escalar dos (APLs, CLUSTERS E DISTRITOS INDUSTRIAIS) na reestruturação produtiva em curso..... 80

2.2 - O Brasil e a política de Arranjos Produtivos Locais ..... 89

<b>CAPÍTULO 3 - DA IMPORTÂNCIA DA MANDIOCULTURA NO BRASIL À POLÍTICA DE APLs DE CASAS DE FARINHA EM SERGIPE.....</b>	<b>101</b>
3.1- A mandiocultura no Brasil: da reprodução camponesa à monopolização da produção.....	102
3.2 – A espacialização da mandiocultura em Sergipe e a Política Estadual de Desenvolvimento Regional de APLs .....	112
<b>CAPÍTULO 4 – NA MODERNIZAÇÃO DA MANDIOCULTURA SERGIPANA, O CONTROLE DA RENDA .....</b>	<b>127</b>
4.1 – Da conformação do Arranjo Produtivo Local de Mandiocultura em Sergipe aos “novos” sujeitos do campo .....	129
4.2 - Novas expressões da comercialização da farinha de mandioca em Sergipe .....	147
4.3 – Relações de trabalho no beneficiamento da farinha em Sergipe .....	164
<b>5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>173</b>
<b>6 – REFERÊNCIAS .....</b>	<b>177</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>184</b>

## INTRODUÇÃO

A partir da perspectiva do desenvolvimento de comunidades, pela via dos arranjos Produtivos locais (APLs), Manuel Castells (1999) comenta que há um apelo à valorização do potencial inovador do lugar, seja econômico ou cultural. Dessa forma, as populações podem, a partir de formas estratégicas de organização, resistir ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertencimento. Mas, destaca que o sentido de comunidade mostra que as pessoas “constroem abrigos, mas não paraísos” (ibid., p.84). Essa afirmativa do autor deve ser confrontada com a realidade, permitindo-nos questionar em que medida os APLs podem estar conformando saídas para as populações trabalhadoras do espaço rural brasileiro.

Arranjos Produtivos Locais (APLs) são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos. Envolve bens e serviços finais até fornecedores de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Os APLs envolvem também diversas instituições públicas e privadas voltadas para formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (AMARAL FILHO, 2004).

Quando nos arranjos produtivos há interdependência, articulação e vínculos, os resultados são a interação, a cooperação e a aprendizagem, com potencial para gerar capacidade inovativa no interior do processo, competitividade e desenvolvimento (Ibid., 2004).

Para Lisboa (2007), trata-se de uma proposta de organização presente em uma conjuntura que impõe mudanças de paradigma técnico econômico e organizativo da produção e adaptação sociais culturais e institucionais dentre as quais cabe citar a reforma e descentralização do Estado; um destaque para o papel destinado ao território como ator do desenvolvimento e, não somente, como espaço ou suporte passivo do cenário econômico, político e social, exigindo um redirecionamento integrado das políticas públicas, voltadas para espaços territoriais.

O certo, segundo Lisboa (2007), é que o capital produz territórios, à medida que desenvolve práticas espaciais visando sua conquista/apropriação e uso, ou seja, estabelece sua

territorialidade quando vai definindo relações sociais e de produção no lugar. Esta ideia de dominação/apropriação, pelo poder do capital, se estabelece no momento que, ao abrir novos espaços para a sua acumulação/reprodução, o capital os torna territórios de uso e exploração em função dos seus fins.

Dessa forma, para o incremento e fortalecimento dos arranjos produtivos locais o território passa, então, a comportar-se como uma alternativa político-econômica. Assim, este surge como o lócus ideal para o desencadeamento de inovações e tecnologias, bem como para o fortalecimento do domínio empresarial local (ibid, p. 141).

Segundo Lastres (2016) a partir do fim dos anos 1990, a abordagem de arranjos produtivos locais teve difusão extremamente rápida no país, substituindo termos afins na grande maioria das agendas de políticas. Desde então, os esforços realizados para o seu entendimento e promoção foram pioneiros e importantes, tendo ocorrido nesse período um intenso processo de aprendizado e de incorporação de conhecimentos<sup>1</sup>.

A adoção generalizada do termo levou à inclusão de APLs como prioridade do governo federal, formalizada nos seus Planos Plurianuais elaborados a partir de 2000; no Plano Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação 2007-2010; e na Política de Desenvolvimento Produtivo 2008-2013, entre outros. Criou-se, ainda, uma instância de coordenação das ações de apoio a APLs no país, o Grupo de Trabalho Permanente em APLs, sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e integrado por 33 organismos públicos e privados. Seus esforços contribuíram para a adesão ao termo para além da esfera pública federal, estimulando a criação de núcleos estaduais gestores das ações de APLs em cada um dos estados da federação, além de iniciativas privadas, em especial dos organismos nacionais de representação empresarial (LASTRES, 2016).

No que se refere ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), uma primeira iniciativa foi destinada a empreendimentos coletivos de baixa renda por meio de operações diretas, com uso do Fundo Social, o Programa de Investimentos Coletivos Produtivos (Proinco). Criada em 2005, a experiência evidenciou as tradicionais limitações advindas da baixa capilaridade e das dificuldades de apoio direto a empreendedores de pequeno porte, expressas, por exemplo, nas exigências pouco aderentes ao perfil dos potenciais beneficiários.

---

<sup>1</sup> Para detalhes, ver [www.redesist.ie.ufrj.br](http://www.redesist.ie.ufrj.br), Cassiolato et al. (2008) e Lemos et al. (2006).

A partir de 2007, o BNDES privilegiou a atuação indireta, por meio de convênios firmados com parceiros estratégicos – Sebrae, Banco do Brasil e governos de estados –, visando ampliar o alcance e sua atuação. Outras experiências praticadas com a abordagem de APLs envolveram apoios realizados por meio de agentes financeiros, como o Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda (Progeren). Nesses casos, mostra-se relevante avaliar se a forma como o conceito de APL foi utilizado reflete efetivamente políticas transeitoriais preocupadas com o desenvolvimento territorial e não permanece restrita a determinados atores, atividades e regiões, contribuindo para reforçar desigualdades existentes (Ibid., 2016).

Com o objetivo de ampliar o processo de reflexão sobre as possibilidades de aperfeiçoamento e refinamento das políticas para APLs adotadas no Brasil, o BNDES encomendou o estudo “Mapeamento e análise das políticas para arranjos produtivos locais no Brasil”. A pesquisa foi contratada no primeiro semestre de 2009, em duas etapas, ambas com duração de nove meses. A primeira etapa buscou consolidar conhecimentos relativos à identificação e ao mapeamento desses arranjos em 22 estados do país e envolveu 180 pesquisadores. A análise realizada por grupos de pesquisa locais começou com a avaliação das diferentes formas como o conceito tem sido entendido e utilizado e incluiu discussões sobre vantagens e limitações do mapeamento de APLs como instrumento para orientação de política. Para a Região Nordeste, a pesquisa analisa também os impactos de grandes projetos do governo federal, como aqueles relacionados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e ao Programa Nacional de Logística e Transporte. O objetivo final foi elaborar sugestões para aperfeiçoamento das ações praticadas e para proposição de novas formas de políticas que contribuam para mitigar desequilíbrios, mobilizando o desenvolvimento regional (Ibid., 2016).

Silva (2016) analisa o papel dos APLs como conseqüência das “transformações implementadas com o processo de reestruturação produtiva e do neoliberalismo no contexto de crise estrutural do capital, o local passa a ser assimilado como fulcro do desenvolvimento econômico e social” (p.27) e acrescenta:

Sob o jugo da ideologia neoliberal, as políticas locais assumiram nova funcionalidade e passaram a ser estimuladas pelo Estado neoliberal, o qual transfere para os atores locais o protagonismo de garantir o desenvolvimento, a partir da sua capacidade empreendedora/inovadora, que deverá enaltecer a cultura, as potencialidades do território e apresentar conotação sustentável. A ação do Estado se circunscreve na capacidade de promover territórios dinâmicos favoráveis ao “florescimento” das ações principiadas pelos atores locais e não conduzindo e garantindo o

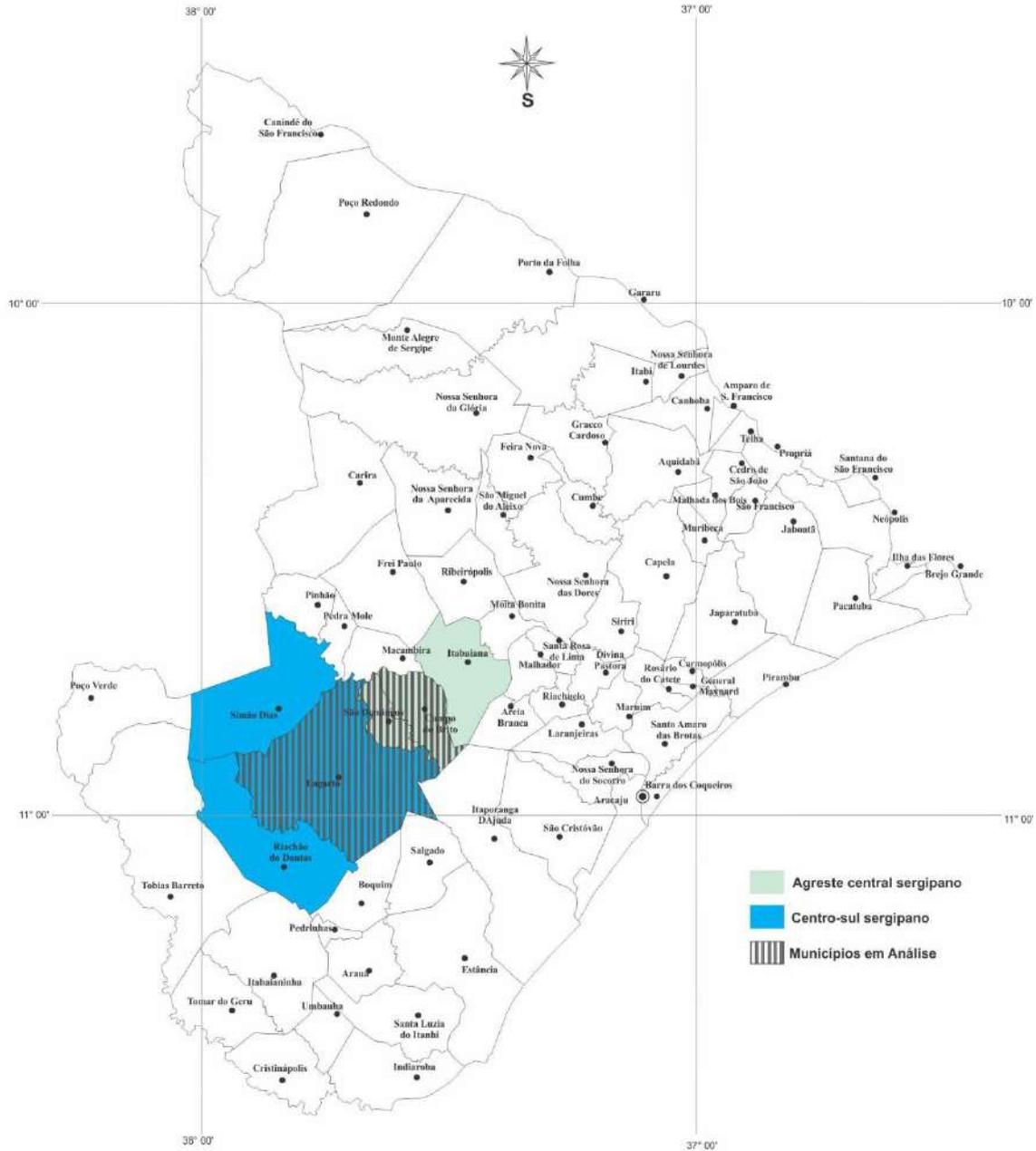
desenvolvimento econômico e social no território, tornando-se incumbência da própria comunidade local (SILVA, p. 27, 2016).

Diante desse contexto, o estudo sobre ‘A Dialética Espacial da Modernização Da Mandiocultura Em Sergipe e a Subordinação do Campesinato’, investigou, a partir de seu objetivo geral, as dinâmicas espaciais e os rebatimentos sociais produzidos pelas mudanças técnicas e econômicas introduzidas pela formação do APL das casas de farinha no estado de Sergipe. Assim, a tese do referido estudo buscou entender e apontar as transformações ocorridas nas atividades agrícolas que materializam alterações à organização do espaço enfatizando como está se organizando o espaço rural e, por consequência, explicando os rebatimentos da introdução do novo, que nessa especificidade, é a produção do espaço pelos chamados Arranjos Produtivos Locais na mandiocultura no estado de Sergipe.

A seguir, visualiza-se a figura (Mapa 01) com a apresentação da localização dos municípios em análise. Tendo como principais áreas de atuação dos APLs de casas de farinha, o Agreste Central Sergipano e o Centro-Sul Sergipano.

# LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Mapa 01: Localização dos municípios em análise, Sergipe, 2019.



0 10 20 30 Km  
PROJEÇÃO POLICÔNICA

Software de Cartomática: PHICARTO  
Elaboração: José Hunaldo Lima

Quase toda a produção de mandioca, principalmente nos territórios Agreste Central e Centro-Sul sergipanos (Mapa 01), vai para as casas de farinha, as quais escoam seu produto para o próprio estado, com destaque para Itabaiana, Lagarto e Aracaju e para outros estados, como Bahia, Alagoas, São Paulo e Minas Gerais. É importante ressaltar que essa forma de escoamento é feita através da figura do atravessador, isto em razão de falta de transporte adequado para os produtos, da informalidade das casas de farinha e de problemas de acesso ao mercado. Segundo o Plano de Desenvolvimento Preliminar do Arranjo Produtivo Local de Mandioca (APL SE, 2011) as casas de farinha também esbarram em problemas como:

- ✓ Estrutura física inadequada das casas de farinha;
- ✓ Falta de higiene para descascar a mandioca e manusear a farinha;
- ✓ Resíduo da manipuera não é bem aproveitado;
- ✓ Uso de corantes prejudiciais na fabricação da farinha;
- ✓ Falta de água ou uso incorreto da mesma no processo produtivo;
- ✓ Individualismo de muitos produtores dificulta a formação de cooperativas, dentre outros.

A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia de Sergipe (SEDETEC) e governo de Sergipe tem implantado as seguintes políticas públicas de apoio às MPEs:

- ✓ Instalação do Núcleo Estadual de APL (APL-SE);
- ✓ Incorporação do tema APL no âmbito do Plano Plurianual da SEDETEC (PPA);
- ✓ Lançamento de editais para demandas tecnológicas dos APLs pela Fundação de Apoio à Pesquisa e a Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC);
- ✓ Promoção do Programa de Extensão Industrial Exportadora - PEIEx (APEX-IEL SEDETEC);
- ✓ Extensão Tecnológica – SIBRATEC (SEDETEC, ITPS, FAPITEC, ITP, UFS, IFS, SERGIPETEC).
- ✓ Contratação de gestores para os APLs.
  - Além dessas ações, outras estão em fase de implantação:
- ✓ Implantação dos CVTs (Centros Vocacionais Tecnológicos) voltados para APLs.
- ✓ Edital de apoio a projetos de arranjos produtivos locais de baixa renda (BNDES, SEIDS, SEDETEC) (APL - SE, 2011).

Segundo o Núcleo Estadual de Arranjos produtivos Locais - SE o Grupo de Trabalho do APL da Mandioca é composto pelas seguintes instituições:

**Quadro 1- INSTITUIÇÕES INTEGRANTES DOS G.T.s – APL MANDIOCA/SE**

- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
- Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO)
- Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB)
- Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN)
- Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social (SEIDES)
- Banco do Brasil S/A (BB)
- Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE)
- Banco do Estado de Sergipe S/A (BANESE)
- Universidade Federal de Sergipe (UFS)
- Instituto de Tecnologia e Pesquisa (ITP)
- Instituto Tecnológico e de Pesquisa do Estado De Sergipe (ITPS)
- Fundação de Apoio a Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC)
- Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário (SEAGRI)
- Cia. de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe (CODISE)
- Superintendência Federal e Agricultura no Estado de Sergipe – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
- Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
- Serviço Nacional da Indústria (SENAI)
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)
- Cooperativa dos Produtores de Farinha de Mandioca de Campo do Brito (COOFAMA)

Partindo-se, então, do objetivo geral, torna-se imprescindível discorrer sobre os questionamentos que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa sendo expressos como: As readequações das casas de farinha junto aos arranjos produtivos têm produzido mudanças nos negócios, como a expansão/retração dessa atividade produtiva? As relações de trabalho dentro dos APLs considerando principalmente as fases de beneficiamento e comercialização da farinha de mandioca têm se estabelecido de forma mais justa que a realidade anterior dos camponeses? Os requisitos para solicitação e concessão de crédito junto aos APLs têm gerado transformações para o camponês? A produtividade nas lavouras dos arranjos produtivos locais da mandioca em Sergipe tem sido maior em comparação àquelas que se encontram fora do arranjo produtivo? Os arranjos produtivos locais têm incentivado o surgimento de associativismos de diferentes tipos? Quais? Isso tem contribuído de que forma para o

fortalecimento e desenvolvimento dos produtores de mandioca? A diversificação dos derivados da mandioca e o aperfeiçoamento genético da matéria-prima são realidades dentro dos APLs de mandiocultura sergipana e promovem melhoria para os produtores?

Para a explicação da realidade, com base nos questionamentos e objetivos determinados e citados acima, o estudo encontra-se calcado no método de análise do materialismo histórico e dialético que permitiu desmascarar as contradições na ideologia do desenvolvimento local a partir da valorização das potencialidades territoriais.

O método é a sistematização de ver o real, uma postura filosófica, ideológica e posição política do pesquisador. Desta forma, para analisar o espaço geográfico e a dinâmica do/no mundo de maneira que revele a realidade objetiva e não o aparente das relações sociais é preciso que se tenha claro o método de pesquisa, pois será este que dará condições de desmistificar a realidade que nos é imposta.

A dialética é a arte de dialogar, ou seja, de argumentar e de contra-argumentar em relação a assuntos que não podem ser demonstrados. A dialética, portanto, é estruturada na construção de conceitos para diferenciar os objetos e examiná-los com rigor científico. Dessa forma, aquilo que se coloca perante o pesquisador como verdade deve ser contraditado, confrontado com outras realidades para se obter uma conclusão, uma nova teoria (KONDER, 1998). A utilização do método dialético como raciocínio possibilita verificar com mais rigor os objetos de análise, justamente por serem postos frente a frente com o teste de suas contradições possíveis.

Em relação aos procedimentos metodológicos foi realizada uma inquirição bibliográfica a respeito da temática, foco da pesquisa em questão, efetivada a partir de livros, artigos e documentos que pudessem aclarar e fortalecer laços teóricos a cerca de questões como a produção do espaço geográfico no capitalismo, as relações sociedade/natureza, reestruturação produtiva do capital, crises do capitalismo e suas reentrâncias no desenvolvimento endógeno que propicia a formação de políticas de arranjos produtivos na mandiocultura sergipana, entre outros fatos que de forma direta ou indireta trariam respostas ou esclarecimentos.

Para a efetivação da pesquisa foram aplicados 80 questionários (em amostragem por saturação), divididos por comunidades: para produtores de mandioca, para donos de casas de farinha e para aqueles que compram e revendem a farinha após agregação de valor. Ao considerar uma leitura da realidade, em que se expõem as interligações com outras bases e o

caráter material e histórico dos fatos específicos na totalidade, as pesquisas de campo se revelaram indispensáveis na concretização da Tese.

O trabalho empírico realizado nessa pesquisa substanciou a teoria e relacionou o específico à totalidade. Permitiu também explicar as particularidades do objeto de pesquisa na prática, no entanto, sem dissociá-lo da teoria, das outras partes do conhecimento no contexto histórico-social em que se encontra inserido.

Foram coletadas também informações secundárias de censos e anuários, das quais elaboraram-se mapas e gráficos, devidamente analisados posteriormente no sentido de facilitar e embasar ainda mais os dados empíricos e as informações teóricas das revisões bibliográficas.

A partir desse raciocínio e de uma literatura específica sobre o assunto a tese encontra-se dividida em seis partes: introdução, quatro capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo, busca-se, a partir das intrínsecas e históricas relações entre o homem e a natureza, explicar os avanços e recuos desta relação frente à produção capitalista do espaço, nos séculos XX e XXI, em cenários de repetidas crises estratégicas do capital.

No segundo capítulo, conjectura-se acerca, primeiro, da transição para o regime de acumulação flexível, quando a forma de expansão/acumulação capitalista, subvaloriza o Fordismo e Taylorismo e avança na direção do Toyotismo, forçando as empresas a modificarem sua estrutura produtiva e organizacional, e o modelo centralizado de planejamento do desenvolvimento, fazendo deslanchar um processo de descentralização político-administrativa com foco em um desenvolvimento endógeno, sendo esses acontecimentos também o resultado do novo papel do Estado Neoliberal. Em um segundo momento do mesmo capítulo, enfatiza-se como a formação de aglomerações produtivas pelo mundo, inclusive em Sergipe, com a conformação do APL de casas de farinha, pode vir a ser uma criação estratégica para metamorfosear o fortalecimento contínuo do capitalismo, pois, é de largo conhecimento que a mandioca tem peso histórico no Brasil e em Sergipe. Em função disso, os APLs se estruturam, não a partir somente do novo enquadramento do campo e seu perfil tecnológico, mas pela tradição do cultivo da mandioca e sua (re)funcionalidade para a acumulação.

No terceiro capítulo, em primeiro lugar, procura-se ressaltar a importância da mandiocultura enquanto atividade agrícola tradicionalmente camponesa e de uma retrospectiva marcante no tocante a História do Brasil. Ao final desse capítulo terceiro, enfatiza-se a forma como o capital apropria-se da cultura da mandioca para estabelecer a

monopolização dessa produção através de políticas de desenvolvimento local. E, no último item desse capítulo, narra-se a espacialização da mandiocultura sergipana e a política de arranjo produtivo local ligada às casas de farinha em determinadas localidades sergipanas.

O quarto e último capítulo esboça o quadro geral, após trabalho de campo, sobre a modernização da mandiocultura via arranjos produtivos e seus rebatimentos no campesinato sergipano. Problematiza-se, então, nesse momento sobre a conformação desse arranjo produtivo levantando-se questões acerca do surgimento dos chamados “novos” sujeitos do campo, principalmente na figura do dono da empacotadora de farinha, que passa a representar um processo em evidência de monopolização estadual da produção do derivado mais importante da mandioca, a farinha. E, ao final desse capítulo, são apresentadas as novas expressões da comercialização desse produto em Sergipe, enfatizando o papel das indústrias de empacotamento, ativas ou em processo de efetivação, sendo algumas particulares e outras ligadas ao cooperativismo.

As considerações finais narram, então, uma combinação reflexiva diante da revisão da literatura, das pesquisas empíricas e das análises de dados quantitativos dessa pesquisa.

## **CAPÍTULO 1**

### **1 - O HOMEM, A NATUREZA E A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO NOS SÉCULOS XX E XXI**

O objetivo fundamental do processo capitalista de produção é a maior autovalorização possível do capital, a produção da maior mais-valia possível e, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho (Karl Marx, O Capital)

Antes do sistema capitalista, sempre houve uma unicidade orgânica entre o homem e a natureza, em que o ritmo de trabalho e da vida dos homens associava-se ao ritmo da natureza. Ou seja, homem e natureza eram partes de um mesmo processo. Nas sociedades pré-capitalistas, por exemplo, a relação homem natureza era mais harmoniosa e menos destrutiva, o processo de produção do espaço era menos nocivo à natureza por ser mais lento, uma vez que os interesses dessa produção não era a busca incessante de riquezas e acúmulo de bens.

#### **1.1 – A relação Homem Natureza no capitalismo**

Nas sociedades chamadas naturais, quando a terra era seu único meio utilizado para o trabalho, as formas de organização eram essencialmente comunitárias e o ritmo de trabalho e de vida dos homens repetia o ritmo da natureza. Ao trabalhar a terra os homens não somente tiravam seu sustento, seus meios de subsistência, como também produziam novas formas e instrumentos que garantiam novas formas de trabalho. Sobre essa questão, Moreira acrescenta:

A essência da natureza está, em primeiro lugar, para o homem social; pois é primeiro aqui que ela existe para ele na condição de elo com o homem, na condição de existência sua para o outro e para ele; é primeiro aqui que ela existe como fundamento da sua própria existência humana, assim como também na condição de elemento vital da efetividade humana. É primeiro aqui que o natural se lhe tornou a sua existência humana e a natureza (se tornou) para ele o homem. Portanto, a sociedade é a unidade essencial completada do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo realizado do homem e o humanismo da natureza levado a efeito (2009, p. 106).

A natureza/terra era a condição da produção/reprodução das relações entre os homens, as condições de desenvolvimento das forças produtivas e a vida em comunidade estabelecia vínculos de reciprocidade entre o homem e a natureza.

Desde o aparecimento do homem na face da Terra, diz Marx, história dos homens e história da natureza fundem-se e confundem-se num só e mesmo plano. Em cada modo de produção este plano abstrato (abstrato porque genérico) ganha sua expressão concreta. Mas só no modo de produção capitalista este é um plano de separação dicotômica, demarcando-se uma diferença nítida e profunda entre os modos pré-capitalista (sociedades naturais) e capitalista (sociedades históricas) de produção. Homem e natureza formam uma unidade orgânica, uma identidade, nas sociedades naturais, e entes organicamente distintos e separados nas sociedades históricas (MOREIRA, 2009, p. 34)

Para Marx (1983), a mediação homem natureza é um metabolismo ou uma interação “sociometabólica” em que o trabalho tem centralidade:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1983, p. 216)

Marx consegue expressar claramente essa relação do processo de trabalho como a força motivadora dessa interação sociometabólica e nessa interação estão o trabalhador (com suas capacidades naturais e uma intenção propositada) de um lado, e o objeto do trabalho (o material a ser transformado) de outro lado. A natureza é alterada a fim de produzir os objetos de produção para suprir as carências humanas e os interesses de quem as produz. De acordo com Smith:

Os seres humanos nascem com certas necessidades naturais – alimentação, sexo, carinho, interação social – e eles estão inseridos num mundo onde a natureza providencia, direta ou indiretamente, os meios para preencher essas necessidades. Os meios de subsistência são os das exigências materiais consumidas diretamente da natureza a fim de preencher as necessidades naturais. Onde os meios de subsistência não são naturalmente disponíveis em qualidade e quantidade adequadas, os meios de produção – Os objetos de produção a serem trabalhados com e os instrumentos com os quais os trabalhos são realizados – são apropriados da natureza e empregados pelo trabalho a fim de produzir produtos consumíveis (SMITH, 1988, p. 72).

Dessa relação homem natureza, Moreira ajuda a compreender que o espaço geográfico “é a materialidade do processo de trabalho organizado” (1994, p. 85). Ou seja, na relação homem-meio o espaço representa a expressão histórica concreta construída. Sendo assim, enfoca o autor:

O processo de trabalho é a transformação da natureza em produtos úteis aos homens. Produz-se meios de subsistência e meios de produção que se destinam a reproduzir homens vivos, isto é, a manter os homens vivos. Parte dos frutos do trabalho serão imediatamente consumidos pelos homens e uma segunda parte será reintroduzida no ciclo produtivo seguinte. (IBID, p. 86 e 87)

No processo de produção, além das relações que se estabelecem entre sociedade e natureza, existem as relações entre os indivíduos, criando uma realidade dinâmica na medida em que a produção é realizada coletivamente e o modo como isto é feito é o pressuposto de toda história humana (MORAES, 1984). Por isso mesmo, espaço e sociedade não podem ser tratados de forma estanque, mas ambos como produto de uma simbiose, na qual, a sociedade se relaciona com o espaço e este, só se materializa em função das relações sociais. A sociedade, mediada pelo trabalho, modifica a natureza segundo suas necessidades e finalidades, o que caracteriza a dimensão espacial ou geográfica da produção capitalista. Em relação a essa questão, Braz e Netto (2006) também enfatizam que:

O trabalho é, por sua própria condição, um processo social, ainda quando realizado individualmente; as forças produtivas operam dentro de relações determinadas entre os homens e a natureza e entre os próprios homens. Realmente, as forças produtivas inserem-se em relações de caráter técnico e relações de caráter social, estreitamente vinculadas e que constituem as relações de produção (p. 59).

Com o advento do capitalismo essa relação foi grandiosamente alterada e intensificou-se com o processo de separação do homem de seus laços com as condições materiais de trabalho. Foi necessário expropriar o campesinato da terra e retirar os meios de produção dos artesãos, forçando a concentração dos homens no “império do capital”, a cidade (ibidem, 2009).

Separando o homem da natureza, o capitalismo faz com que também os ritmos do trabalho e do homem passem a ser separados. Seria a passagem da identidade orgânica e do pertencimento para a da contradição e alienação na relação homem natureza.

Moreira afirma que o espaço geográfico “é a materialidade do processo de trabalho organizado” (2009 p. 85). Por que:

o processo de trabalho é a transformação da natureza em produtos úteis aos homens. Produz-se meios de subsistência e meios de produção que se destinam a reproduzir homens vivos, isto é, a manter os homens vivos. Parte dos frutos do trabalho serão imediatamente consumidos pelos homens e uma segunda parte será reintroduzida no ciclo produtivo seguinte. (IBID, p. 86 e 87)

O espaço produzido pelo trabalho, como acrescenta o autor, é geográfico, seu resultado impulsiona o desenvolvimento da história dos homens em um processo constante de acumulação de “coisas” produzidas no andamento histórico do trabalho.

O espaço geográfico é um espaço historicamente produzido, pois quando olhamos em volta o que vemos é pura historicidade, o espaço é a sociedade. Ou seja, é a história dos homens produzindo e reproduzindo sua existência através do processo do trabalho. E, numa sociedade com sua base de trabalho atrelada às contradições de classes, como a capitalista, a base de sustentação dessa sociedade serão as lutas travadas por estas classes conflitantes (Ibid).

Para Moreira, a própria paisagem local revela seu caráter de classe, pois,

...cada classe social define seu espaço próprio de existência. Mesmo onde os estratos entrecruzam-se, as diferenciações de classes são espacialmente visíveis. A corriqueira expressão “ponha-se no seu lugar” com que o dominante refere-se ao dominado numa sociedade de classes tem clara significação espacial. (Ibid, p. 92 e 93)

Quando se estuda o campo, é notória a espacialização dessa distinção de classes com o avanço do capitalismo. Fica clara a dicotomia entre o lugar ocupado pelo rico (agronegócio) e o lugar ocupado pelo homem do campo menos capitalizado ou pobre (camponês). Contradições são produzidas pelas relações sociais e criam espaços e territórios heterogêneos, gerando conflitualidades. Assim, as classes sociais no meio rural, suas instituições e o Estado produzem trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução socioterritorial.

De um lado, o agronegócio, em sua versão atualizada do termo latifúndio, ora mantendo seu caráter histórico de concentração fundiária e alto emprego de tecnologias voltadas para a monocultura e para a exportação, ora o controle da tecnologia e de recursos comanda a monopolização do território. Ou seja, pode-se comentar que o latifúndio promovia a exclusão social pela improdutividade e o agronegócio promove a mesma exclusão pela intensa produtividade e controle do território.

Desde os primeiros indícios da agricultura camponesa no Brasil, que datam do período Colonial no século XVI no Nordeste brasileiro, que a mandiocultura teve presença sempre marcante. Nessa fase, se iniciam os primeiros núcleos de ocupação do território, e desde esse momento a produção da mandioca já era tradicionalmente desenvolvida pelos indígenas. Essa cultura consolida uma atividade agrícola pré-colonial em que uma das suas principais contribuições desde o princípio, se constituía atividade de base familiar e de baixo custo de produção, além do baixo uso de tecnologia.

O agronegócio ou agricultura capitalista se realiza a partir da exploração do trabalho assalariado e do controle político do mercado. A fundação da classe agrícola de possuidores do agronegócio expandiu sua territorialidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, aprofundando as injustiças sociais. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior. Esse processo significou concentração de poder – consequentemente – de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada.

De outro lado, o campesinato, com sua forma de trabalho voltada para a família, seu potencial de produção de alimentos está na diversidade (policultura) e no uso múltiplo dos recursos naturais (emprega bem menos tecnologia).

A agricultura camponesa não é adepta do produtivismo, ou seja, não aceita produzir uma única cultura e com exclusividade para o mercado e nem se utiliza predominantemente de insumos externos. É responsável por mais da metade da produção do campo, inclusive os produtos de subsistência que abastecem o mercado interno. A agricultura camponesa ou familiar é intensamente explorada por meio da renda capitalizada da terra, ficando somente com uma pequena parte da riqueza que produz. A maior parte é apropriada pelas empresas que atuam no mercado, territorializando ou monopolizando o território onde essas duas classes (agronegócio e campesinato) se entrecruzam e, ao mesmo tempo, se dicotomizam.

Lefebvre (2006) descobre a gênese e fundamento da questão, ao constatar e conjecturar a respeito da importância que a produção do espaço ganha como processo intrínseco da reprodução da sociedade, sob o modo capitalista de produção. Segundo este, o espaço não é vazio, ele contém coisas, mas esse espaço não seria uma coisa e sim, um conteúdo, as relações sociais. Assim,

Eis uma residência camponesa; ela contém, implica relações sociais; ela abriga uma família: tal família de tal país, de tal região, de tal terreno

[província]; além do que, ela se insere num sítio e numa paisagem. Bela ou pobre é uma obra tanto quanto um produto, se bem que ela corresponde sempre a um tipo. Ela faz parte mais ou menos da natureza. É um objeto intermediário entre a obra e o produto, a natureza e o trabalho, o simbólico e o significativo. Ela engendra um espaço? Sim. Este espaço é natural ou cultural, imediato ou mediatizado (por quem? para quem?) dado ou artificial? Um e outro. Resposta ambígua a uma questão bastante clara: entre “natureza” e “cultura”, como entre a obra e o produto, existem relações complexas, mediações. Mesmo entre o tempo e “o objeto” no espaço (Lefebvre, p. 126)

Os espaços são produtos, a partir da natureza, que implicam demandas econômicas e técnicas, são também produtos políticos e espaços estratégicos. Mais ainda, ampliam-se introduzindo-se no conceito de produção e se tornam o conteúdo principal deste e, em um movimento dialético, ampliam também a relação “produção-consumo” aplicada às coisas (os bens, as mercadorias, os objetos de troca), dessa forma, se colocam como interface essencial entre níveis frequentemente separados de análises: as forças produtivas e seus componentes (natureza, trabalho, técnica, conhecimento), as estruturas (relações de propriedade), as superestruturas (as instituições e o próprio Estado), transformando-se assim, em espaços sociais (Ibid, p. 128)

As forças produtivas e técnicas intervêm em todos os níveis do espaço: local, regional, nacional e mundial, modificando o espaço por inteiro sem se preocupar com as implicações desse processo para os diferentes níveis do espaço social. Dessa forma, substitui o espaço natureza por um espaço produto, efetivando a prática da produção do espaço em decorrência do crescimento contínuo das forças produtivas (Lefebvre, pp. 158-159)

Carlos (2012), corroborando com a análise de Lefebvre, enfatiza a importância de se pensar as relações sociais em sua dimensão espacial, ou seja, pensar que a sociedade ao produzir-se, o faz num determinado espaço, como condição de sua existência, mas a partir dessa ação, ela também produz um espaço que lhe é próprio e que tem uma dimensão histórica com especificidades ao longo do tempo e nos diferentes lugares do globo. Para a autora, a produção e reprodução da sociedade devem ser entendidas pela leitura da totalidade. Com essa abordagem, a autora chama atenção para a tradicional abordagem geográfica, da simples localização dos fenômenos no espaço, em detrimento da análise do conteúdo das relações sociais dialéticas no espaço, porém, um acontece sem anular o outro. Assim, através das obras de Karl Marx e Henri Lefebvre, a autora destaca um “modo de ver a Geografia” e nos orienta no sentido de explicar como a “produção do espaço” acontece no momento a

partir do qual o espaço passa a ser fundamental para a reprodução de determinado modo de produção.

Nesse sentido, Carlos (2012) segue mostrando que a ideia de produção se transforma ao longo da história. A produção *lato sensu* diz respeito ao processo de produção do humano – em Hegel, entende-se como ser genérico – enquanto a noção de produção *stricto sensu* refere-se, somente ao processo de produção de objetos. Porém, a autora deixa claro que esse processo se realiza não só produzindo a divisão técnica do trabalho dentro da empresa, a produção e a circulação, mas, também produz relações sociais mais amplas e complexas que acontecem fora da empresa tomando a sociedade como um todo.

Ou seja:

Assim, se o espaço é condição da realização do processo produtivo, unindo os atos de distribuição, troca e consumo de mercadorias, ele se produz como materialidade – como, por exemplo, infraestrutura viária, rede de água, luz, esgoto etc. Todavia, o espaço guarda o sentido do dinamismo das necessidades e dos desejos que marcam a reprodução da sociedade, em seu sentido mais amplo, a realização da vida para além de sua sobrevivência (CARLOS, 2012, p. 56).

Nesta visão, o processo de produção do espaço não se reduz a uma produção material do mundo. E, sua reprodução, que contempla uma especificidade histórica, se mostra como uma produção capitalista. Daí então decorrem uma série de condições para a sua realização, em especial existirem classes sociais específicas e contraditórias e que se enfrentem a partir de interesses diversos, tendo o sentido da valorização como finalidade última e necessária da acumulação de capital (ibid, p. 56). Para a autora, num determinado momento da história, o processo de reprodução da sociedade, sob a égide do capital, “realiza-se na produção do espaço” (CARLOS, 2012, p. 57)

A produção expande-se espacial e socialmente e incorpora todas as atividades do homem, redefinindo-o sob a lógica da valorização do capital e, assim “com o espaço tornado mercadoria sob a lógica do capital fez com que o uso (acesso necessário à realização da vida) fosse redefinido pelo valor da troca” (Ibid, p. 60). Assim, a produção do espaço é inserida na lógica da produção capitalista que transforma a produção em mercadoria. Seria mais ou menos como se existisse o espaço primeiro (geográfico), e que depois de sua produção pelo modo capitalista de produção se configuraria finalmente em um espaço-mercadoria. A autora comenta:

Penso que, do ponto de vista da Geografia, poderíamos afirmar que a noção de produção se vincula à produção do homem, às condições de vida da sociedade em sua multiplicidade de aspectos, e como é por ela determinado. Aponta ainda para o movimento da reprodução e evidencia a perspectiva de compreensão de uma totalidade mais ampla, que não se restringe apenas ao plano econômico, abrindo-se para o entendimento da sociedade em seu movimento, o que muda os termos da análise espacial. (2012, p. 62)

Finaliza afirmando que, diante do exposto, o espaço e o tempo aparecem através da ação humana de forma indissociável, uma ação que se realiza como modo de apropriação. A relação espaço-tempo se coloca, portanto, “como uma prática sócio espacial no plano da vida cotidiana realizando-se como modo de apropriação, bem como construção de uma história individual como história coletiva” (Ibid, p. 64).

Com esse interesse, o capitalismo separou o Homem da Natureza, modificando a relação homem-meio. Quer dizer, de um lado têm-se o homem, de outro oposto, têm-se a natureza (trabalhador - meio de produção). Afastado dos meios de produzir, o trabalhador, ou seja, o trabalho (necessário à reprodução capitalista) tornou-se “livre” para ser explorado pelos capitalistas, aqueles detentores dos meios de produção.

Para o capitalismo, os homens só existem enquanto produtores de mercadorias, e o seu trabalho só é produtivo se gerar mais valia que é o trabalho não pago ao trabalhador. O salário seria assim o pagamento parcial do que é efetivado pelo trabalhador e com o qual este suprirá no mercado os meios para sua sobrevivência. Para que o salário fique sempre em um nível gerador de mais valia, o capital criou o “exército industrial de reserva” (ibid., 2009).

O capital opera a radical separação entre o trabalhador e a natureza, desfaz violentamente seus vínculos orgânicos com ela e seus recursos e assim os separa, pois no capitalismo o processo do trabalho define-se a partir do modo como os homens configuram entre si as forças produtivas e a relação desses homens com a natureza a partir dessa configuração. Uma parte dos homens somente possui sua própria força de trabalho (os trabalhadores) e a outra parte possui o conjunto das condições materiais do trabalho (a burguesia) (ibidem, 2009). Privando, então, o trabalhador do conjunto dos meios materiais de reprodução de sua existência, o capitalismo retira-lhe toda possibilidade de acesso próprio aos meios de subsistência de que necessita e estabelece-lhe a recorrência ao mercado. Com isto, define que o trabalhador transforme sua força de trabalho em mercadoria, para que somente possa obter seus meios de subsistência transformando sua força de trabalho em salário.

Dessa forma, é possível compreender que a histórica relação homem natureza produz espaço, sobretudo a partir do capitalismo e, essa (re)produção do espaço no capitalismo define-se obedecendo à lógica do capital e refletindo o caráter classista da produção e do consumo. Segundo Corrêa (1987), a organização espacial além de ser um reflexo da sociedade, é também uma condição para a realidade futura dessa sociedade, no que se refere à reprodução social. De fato, não existe espaço exterior à lógica do capital, pois os arranjos existentes no mundo de hoje são a materialização das necessidades do sistema visando assegurar o funcionamento da produção capitalista.

Braz e Netto (2006) chamam atenção também para o fato de que essa relação sociedade natureza produzindo espaço após modo de produção capitalista está ligada à sucessivas crises econômicas. Determinando, segundo esses, o caráter contraditório do mesmo, pois,

A análise teórica e histórica do modo de produção capitalista comprova que a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia, ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao Modo de Produção Capitalista, a crise é constitutiva do capitalismo: **não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise** (p. 157).

Em si mesmas, as crises são a demonstração cabal de que esse modo de produção é constituído e dinamizado por contradições e só se desenvolve com a reprodução e a ampliação dessas mesmas contradições: *“de uma parte, trazem à luz as contradições do MPC (Modo de Produção Capitalista); de outro, criam as condições para uma reanimação e um novo auge, isto é, para um novo ciclo”* (Ibid, 2006, p.162).

## 1.2 - A Produção do espaço nos cenários de crises do capitalismo

A sociedade burguesa, com suas relações de produção e de troca, o regime burguês de propriedade, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou. Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas. Uma epidemia, que em qualquer outra época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade - a epidemia da sobre produção. A sociedade vê-se subitamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea... (Karl Marx e Friedrich Engels, Manifesto Comunista)

Ao analisarmos a história do desenvolvimento do capitalismo percebemos o quanto ela foi marcada por desigualdades e contradições. Um sistema, por excelência, de produção de mercadorias e permeado por crises econômicas cíclicas e endêmicas ao processo de contínua acumulação de capital. Seu movimento dialético de avanços e recuos é marcado por contradições e crises geradas durante o seu próprio processo de expansão (reprodução e acumulação), encontrando maneiras de se reinventar quando necessário. É fundamental, pois assim pode-se explicar e contextualizar melhor as formas de apropriação do espaço pelo capital.

À maneira assumida pelo ajuste espacial do capital vai alterando a forma de organização do espaço. O espaço vai sendo fraturado, ora reestruturado, ora espaço novo é incorporado à lógica nova de acumulação. A compreensão desse processo é importante para compreendermos como o Arranjo Produtivo Local de casas de Farinha em Sergipe se desenvolve e faz parte de um todo desenhado pelo capital em sua busca incessante por reorganização da produção para continuar se reproduzindo.

Com a chamada Revolução Industrial, o capital, por meio de indústrias e ou maquinários, se espacializa em escala planetária, ou seja, na direção de espaços ainda situados fora do circuito mercantil capitalista. Neste momento, o crescimento econômico se acelera e isso agiliza o processo de expansão das relações capitalistas sobre o espaço.

Sobre as crises do capitalismo o professor Sergio Lessa (2009)<sup>2</sup> coloca que há 14 mil anos atrás, quando aconteceu a revolução neolítica e a humanidade descobriu a agricultura, como consequência ocorreu uma profunda transformação do trabalho, pois, o indivíduo passou a produzir mais do que precisa para a sua subsistência e a isso dar-se o nome de trabalho excedente.

Todavia, em um longo período histórico que vai de 1776 a 1830 (Revolução Industrial europeia) o trabalho excedente ainda não era suficiente para atender a todas as necessidades de todos os indivíduos do planeta Terra, ou seja, ainda não sobrava para investir nas forças produtivas. Dessa forma, o único desenvolvimento das forças produtivas possível nessa circunstância, é o aumento populacional, aumento da força de trabalho.

A sociedade de classes entra nesse longo processo histórico como a forma mais eficiente que a humanidade encontrou para desenvolver as forças produtivas, confirma Lessa (2009). A sociedade, então, se organiza de tal forma que a maioria da população vai ter o seu

---

<sup>2</sup> FILHO, Sérgio Afrânio Lessa. **Crise estrutural do capitalismo e transformação social**. São Paulo, 2009, Palestra (seminário) Departamento de Jornalismo da PUC-SP, Escola Nacional Florestan Fernandes e o Centro de Educação Popular do Instituto Sedes promovem-curso-sobre-a-criese-do-capitalismo, Maio de 2009.

trabalho excedente expropriado, roubado pela minoria. Essa minoria arrecada tanto recurso, que ela não consegue consumir a riqueza que arrecada e, portanto, sobra para ela desenvolver os seus negócios.

Ainda para o autor, pela primeira vez a humanidade produziu mais do que ela precisava, sobrando, para desenvolver as forças produtivas. Porém, o mercado vai se tornando saturado, com uma produção maior que a necessidade. E o resultado disso é que, também pela primeira vez, ao longo da história da humanidade, o mercado não funciona mais como uma mediação adequada para desenvolver as forças produtivas.

É, nesse momento, que “... a mediação do mercado faz com que de tempo em tempo haja uma baita crise que trava a produção” (LESSA, 2009, palestra). Chegando a um determinado momento em que a produção não pode continuar aumentando porque os preços não compensam mais. Parte-se de um longo período histórico em que as relações mercantis levavam a produção para frente, mas que depois passa a ser travada por crises sucessivas, o que Marx vai chamar de “crises cíclicas” (LESSA, 2009).

As crises cíclicas nada mais são que expressão (causa e efeito) desse mesmo movimento contraditório de acumulação e expansão contínua das forças produtivas capitalistas em suas várias etapas de desenvolvimento e têm representado, sempre, momentos de reajuste da economia mundial dadas essas necessidades (MELLO, 2000).

Fiuza de Mello (2000) segue frisando que a história do capitalismo é a história da constante e permanente reestruturação produtiva. Desde que a expansão do comércio ultramarino no século XVI e a consequente constituição de um mercado mundial ao longo dos séculos subsequentes passaram a tencionar (incluindo-os) os padrões produtivos herdados do período medieval europeu e de outros modos de produção pré-capitalistas presentes nos demais quadrantes do globo, nunca mais se teve trégua no que até então podia ser considerado (comparativamente) como o pacato e estável reino da produção de valores-de-uso.

As crises no/do modo de produção capitalista derivam, segundo Alex Fiuza de Mello da própria natureza contraditória do movimento de autovalorização do capital que, por fazer depender a realização da massa do valor gerado de sua contínua absorção pelo mercado, ao estender de tempos em tempos a oferta de produtos para além dos limites possíveis da demanda conjuntural, apta a pagar os preços de mercado, acaba por gerar, nesses contextos, uma superprodução de mercadorias (com a consequente depreciação dos preços), que passa a exigir a ampliação contínua de mercados. Portanto,

Ao abalar indistintamente e de forma combinada (ainda que desigual) os vários níveis, instâncias, setores e organizações da vida social em todas as zonas e regiões do planeta, as periódicas e permanentes crises sistêmicas, como sintomas sensíveis que emergem na epiderme da complexa tessitura do organismo da sociedade global, manifestam em toda a sua crueza o estágio avançado de uma guerra molecular de dimensões universais, confirmando o diagnóstico de que, no mundo moderno, o processamento da dinâmica e o alcance das contradições entre os homens não se dá mais sob outra forma que aquela generalizada e incontrolável da “metástase” (MELLO, 2000, p. 76).

A partir do final do século XVIII (1780) e durante o século XIX, ocorreram alterações significativas na sociedade capitalista que a levaram à sua maturidade e a validaram como uma forma inovadora de produção e expansão da riqueza material. Tais alterações são resultantes do desenvolvimento das forças produtivas potencializado numa escala ineditamente desconhecida pela humanidade até a irrupção da Revolução Industrial, assim como se vinculam, reciprocamente, às mudanças políticas advindas das revoluções burguesas que culminaram na derrocada do Velho Regime e coroaram a dominação dos capitalistas sobre todo o conjunto da sociedade. Desde então, tem-se do ponto de vista da dinâmica histórica peculiar ao capitalismo seu ingresso no estágio concorrencial, o qual possibilitou sua consolidação nos principais países da Europa Ocidental (BIZERRA, 2016).

O autor acima citado apresenta também o papel do Estado diante dessa fase concorrencial do capitalismo mundial:

Em íntima conjunção com os imperativos do sistema do capital, o Estado criou leis que asseguravam o livre comércio e a livre concorrência e estimulavam a regulação do mercado pela “iniciativa privada”, resguardando a soberania do indivíduo privado e a realização pessoal. Exemplo palmar é o Decreto de Allarde aprovado em 2 de março de 1791, na França. Ao abolir as corporações artesanais que vigoraram desde a Idade Média, este Decreto proclamou, no seu artigo VII, a liberdade de comércio e indústria, instigando o desenvolvimento da produção e a realização dos negócios pelos capitalistas industriais (BIZERRA, 2016, p. 97).

No que diz respeito à organização da produção durante a etapa concorrencial do desenvolvimento capitalista, tem-se a aplicação da máquina ao processo produtivo, a qual permitiu um grau refinado de exploração da força de trabalho e requereu determinadas medidas estatais.

Essa base técnica – a máquina – possibilitou a produção generalizada de mercadorias e uma crescente acumulação privada de riqueza pelos capitalistas. As alterações introduzidas com o advento da indústria moderna destroem os empecilhos históricos, sociais e científicos

que impediam a dominância totalitária do capital, seu domínio sobre o trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas num ritmo acelerado antes impossível. Com a destruição desses empecilhos, desobstruiu-se o caminho para que o capital controle definitivamente o processo de trabalho e concretiza-se o objetivo dos capitalistas, instigados pela dinâmica voraz de lucros, de aprimorar as formas extensivas e intensivas de extração do trabalho chamado de excedente (a mais-valia relativa e absoluta descritas por Marx) (BIZERRA, 2016).

No desenvolvimento da grande indústria o papel vital do Estado para o funcionamento do sistema do capital também se evidenciou, sempre que necessário, a partir da legalização seletiva do trabalho feminino e do trabalho infantil em seus diversos níveis etários. Efetivamente, isso resultou em força de trabalho barateada para os capitalistas que agora exploraram intensivamente o trabalhador e a sua família na busca incessante por lucro ao ponto de transformar “sangue infantil em capital”. Por via dessa legalização estatal, “agora o capital compra menores ou semidependentes. O trabalhador vendia anteriormente sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos” (Marx, 1983, p. 21).

Identifica-se, ante o exposto, que durante o capitalismo concorrencial o capital viu no Estado o seu grande aliado que facilitaria a implementação de suas estratégias eficazes de dominação da força de trabalho. Pelo protetorado do Estado, salvaguardou-se a propriedade privada moderna e garantiu-se o domínio estrutural dos capitalistas sobre os trabalhadores. Os capitalistas utilizaram-se do Estado, “sem moderação e ostensivamente, como a máquina de guerra nacional do capital contra o trabalho” (BIZERRA, 2016, p. 110).

As legislações promulgadas pelo Estado nesse período histórico, como narrado anteriormente, perpassam nitidamente pelos interesses da burguesia. Interesses esses que desaguam no impulso desmedido de autovalorização do capital, na absorção de mais-trabalho. Enquanto complemento fundamental ao sistema vigente, o Estado utiliza-se do seu aparato jurídico em favor dos interesses da classe dominante. O Estado desenvolve mecanismos de atuação voltados a assegurar a dominação dos produtores pelos capitalistas, tomando cada vez mais necessariamente o caráter de aparelho de domínio de classe (Ibid., 2016).

Porém, justamente quando o capitalismo de livre concorrência parecia atravessar a sua fase de maior esplendor, as forças que levariam à concentração de capital, como previra Marx, começaram a produzir os seus efeitos. Os aperfeiçoamentos tecnológicos foram tão expressivos que somente as fábricas de grande porte puderam tirar proveito dos novos e mais

eficientes métodos de produção. A concorrência tornou-se tão agressiva e destrutiva que, em pouco tempo, as empresas menores foram eliminadas. Os concorrentes mais poderosos, em vias de se destruírem uns aos outros, frequentemente optavam por se associar, formando cartéis, trustes ou fundindo-se para assegurar a sua sobrevivência (Ibidem, 1991). Quanto a essa conjuntura de fatos, Lênin (1985) comenta:

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e sequência direta das propriedades essenciais do capitalismo em geral. (...) O que sob o ponto de vista econômico existe de essencial neste processo é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. O imperialismo é o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo, entre as maiores potências capitalistas (pp.87-88);

Desde os finais do século XIX, nos anos de 1870, o capitalismo ensaia a sua fase monopolista, também conhecida como imperialismo, com mudanças profundas que redesenharam sua dinâmica e estrutura econômica, incidindo nas esferas sociais e políticas. O desenvolvimento das forças produtivas propiciado pela elevação da composição orgânica do capital com a grande indústria moderna contribuiu para que fossem efetuadas mudanças na economia que acentuaram a anarquia da produção, a concorrência entre os setores do mercado e elevou as formas de acumulação. Por isso, a passagem a um novo estágio não se deu linearmente, mas consolidou-se ancorada nas alterações estruturais operadas na dinâmica socio-reprodutiva do sistema do capital quando este ascende à sua maturidade histórica (BIZERRA, 2016).

Trata-se de um novo estágio do capitalismo marcado pela formação dos grandes monopólios que, representando a burguesia na sua totalidade, passaram a ter uma interferência qualitativamente distinta do que se tinha no período histórico anterior sobre as ações desenvolvidas pelo Estado.

Correlato às exigências postas pela ordem monopolística, Netto (1992, p. 20) afirma que o Estado passa a atuar para efetivar “com chance de êxito” a solução monopolista: a maximização dos lucros através do controle dos mercados. Nessa fase histórica do desenvolvimento capitalista, portadora de flexões conjunturais particulares ora descritas, o Estado, juntamente com seu quadro jurídico e político, assume uma função regulatória mais direta e mais interventiva na esfera econômica.

Por via dessa função, está claro, assim, “que o Estado foi capturado pela lógica do capital monopolista – ele é o seu Estado”. O Estado correspondente ao capitalismo monopolista “é, no nível das suas finalidades econômicas, o ‘comitê executivo’ da burguesia monopolista” (NETTO, 1992, p. 22) e sua ação se materializa para assegurar as condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista, tanto localmente quanto no exterior.

A sociedade anônima por ações ou corporação converteu-se num recurso eficaz que possibilitava a uma única organização financeira assumir controle sobre vultosas quantidades de capital. Desenvolveu-se, na Europa e nos Estados Unidos, um vasto e bem organizado mercado de capitais, que centralizava, para as grandes corporações, as pequenas poupanças em capital de milhares de indivíduos e de pequenos empresários.

A concentração de capitais e a ascensão das grandes indústrias (dos monopólios) tornaram viável o aumento da produção industrial e da industrialização pelo mundo. Porém, o enriquecimento de poucos capitalistas industriais ocasionou o empobrecimento de grande parcela da classe trabalhadora (BEAUD, 1991).

Tal processo de concentração e de centralização de capitais ocorreu tanto nas empresas industriais quanto nos bancos, provocando a substituição da grande quantidade de pequenas casas bancárias por um pequeno número de grandes bancos, forçando, ainda, que o capital industrial buscasse a associação com o capital bancário, pela necessidade de créditos e visando a formação das sociedades anônimas por ações.

Forjou-se, assim, o capital financeiro, que passava a influir diretamente na vida das empresas, comprando e vendendo ações, promovendo fusões e associações entre os grupos empresariais e influenciando, junto aos Estados, nas diretrizes das políticas econômicas adotadas. A fusão do capital bancário – antes tipicamente um capital usurário, voltado a conceder empréstimos para financiamentos – com o capital produtivo, propicia grande desenvolvimento do sistema de crédito, o que vem também a favorecer de forma extraordinária a exportação do capital-dinheiro em larga escala.

Em fins do século XIX, no mundo dominado pelas gigantescas corporações que produziam em massa artigos destinados aos mercados nacionais ou mundiais, a concorrência de preços teve consequências tão devastadoras que as próprias corporações acabaram renunciando a ela. Configurou-se uma tendência inexorável à formação de um poder monopolista exercido por algumas poucas corporações.

Várias grandes empresas se associaram voluntariamente, formando cartéis ou pools, por exemplo, preservando, ao mesmo tempo, uma relativa autonomia de ação. Outras formas de associação utilizavam uma empresa financeira – um truste ou uma companhia (holding) para controlar as ações com direito a voto das corporações participantes. Havia ainda a alternativa da fusão ou amálgama de várias empresas, formando uma única corporação unificada (BEAUD, Michel 1991).

Nos meios urbanos e nos meios rurais, nas fábricas e nos campos, as máquinas passaram a substituir a mão de obra humana. Conseqüentemente, o número de desempregados cresceu acentuadamente; e os salários dos trabalhadores diminuíram. Dessa maneira, grande parcela da população que ficou desempregada e com baixos salários passou a consumir mercadorias industrializadas com menor frequência, retraindo o mercado consumidor.

O ano de 1873 inaugurou uma crise econômica batizada, pelos analistas, de “Grande Depressão”, a qual se estenderia até 1895, abrindo, desta forma, a segunda idade do capitalismo: a idade do imperialismo. Observava-se, no decorrer de vinte anos, uma tendência à baixa dos preços a acompanhar a redução das produções e o crescimento do desemprego, acompanhado, por sua vez, por uma tendência à baixa dos salários reais nos setores atingidos pela crise, acirrando a luta de classes em alguns destes países.

Percebia-se a crise como muito mais prolongada, ao contrário do que se podia sentir nas crises anteriores à fase do capitalismo monopolista, as quais teriam se caracterizado por serem explosivas e menos duradouras, causadas, principalmente, por más colheitas e ausência de produtos no mercado, provocando fome, miséria e revoltas sociais de vulto, a canalizar o descontentamento imediato das massas.

A Grande Depressão Capitalista, no século XIX, configurou-se como uma crise decorrente da evolução do sistema capitalista. Essa crise gerou um descompasso entre a superprodução de mercadorias nas indústrias e uma população de trabalhadores sem poder aquisitivo para consumir essas mercadorias (decorrente do aumento do desemprego entre os trabalhadores e da redução dos seus salários) (Ibid., 1991).

Oswaldo Coggiola (2014) explorando historicamente a respeito da “Grande depressão” e as crises do capitalismo explica que:

A Comuna de Paris e sua derrota precederam em pouco tempo à primeira grande crise mundial do capitalismo. Após vinte e dois anos de prosperidade (com algumas interrupções) entre 1850 e 1873, o capitalismo conheceu uma depressão de grandes proporções, que durou (com surtos econômicos “prósperos” intermediários) até, aproximadamente, 1895. As décadas de

1860 e 1870 tinham sido um período de rápido crescimento econômico internacional, que deflagrou uma onda poderosa de otimismo liberal (p.651).

Entre 1870 e 1914, vigorou no mundo capitalista o padrão-ouro, que indexava o preço da moeda nacional ao metal, podendo-se converter a moeda em ouro ou vice-versa: Em termos teóricos, o padrão-ouro criava um mecanismo automático de eliminação dos eventuais desequilíbrios no comércio internacional e, não menos importante, promovia os investimentos externos, uma vez que a estabilidade das taxas de câmbio dava aos investidores a segurança de que os valores dos seus investimentos externos seriam preservados. Isto foi decisivo em uma era dominada pela exportação de capitais. A expansão mundial da produção capitalista foi ampliando o escopo e a profundidade das crises comerciais e financeiras. A crise econômica iniciada em 1873, com o craque da Bolsa de Viena, atingiu dimensões mundiais ao atingir a economia inglesa, centro indiscutido do capitalismo mundial (COGIOLLA, 2016).

A enorme quantidade de quebras e falências empresariais levou a uma inédita concentração de capitais que levou Lênin a afirmar que “em 1876 concluiu na Europa Ocidental o desenvolvimento capitalista em sua fase pré-monopolista”. A “grande depressão” provocou também mudanças nas tendências principais das relações internacionais. O liberalismo econômico sofria um golpe rude. A taxa de rendimento (taxa de lucro) do capital, depois de perdas (falências e déficits) e impostos, caiu de 5% para 1% anual real entre 1820 e 1913, com a maior queda sendo registrada durante o período conhecido como “Grande Depressão”, e foi acompanhada de uma desaceleração do ritmo de crescimento. A conseqüente desvalorização do capital, tendência orgânica da acumulação capitalista, provoca o reajuste periódico da economia capitalista através de crises (Ibid., 2014)

A conseqüência da crise do fim do século foi o incremento inédito da exportação de capital, o redimensionamento do mapa industrial e econômico do mundo, a conseqüente redistribuição do poder político e militar e a redefinição do sistema monetário internacional, no quadro do surgimento do capital financeiro como figura dominante do capital. A expansão da base territorial do capitalismo e a nova exploração dos mercados externos foram a transitória solução encontrada para a crise.

As crises já são potenciais na circulação simples de mercadorias (M-D-M, ou mercadoria-dinheiro-mercadoria), ou seja, na produção mercantil simples. A fonte das crises é, portanto e em última instância, o caráter não planejado da produção mercantil. No entanto, a análise da circulação simples apenas mostrava que as crises eram possíveis (pela separação dos

atos de comprar e vender, que podem gerar sua interrupção). Na crise capitalista, diversamente, uma parte das forças produtivas é destruída e, de forma violenta, recompõe-se na unidade perdida entre a produção material (processo de trabalho, produção de valores de uso) e o seu caráter capitalista (processo de valorização, produção de valor). A definição mais geral da crise capitalista é que ela consiste na recomposição violenta da unidade entre processo de trabalho e processo de valorização, entre as esferas da produção e da circulação da mais-valia, separadas contraditoriamente e reunificadas pela própria lei de movimento econômico do capital (COGGIOLA, 2016).

Lentamente, o aumento do consumo dos trabalhadores aparece como um fator de crescimento econômico importante nos países capitalistas mais avançados e o resultado disso é que o mundo deixa de sentir aquelas crises cíclicas como ocorriam no século XIX. Agora, a primeira grande crise do século XX vai ser administrada com a Primeira Guerra Mundial.

Lênin (1985, p. 105) afirma que, no limiar do século XX, estava dada uma “situação monopolista de uns poucos países riquíssimos, nos quais a acumulação do capital tinha alcançado proporções gigantescas. Constitui-se um enorme ‘excedente de capital’ nos países avançados”. Daí a necessidade de que esse capital excedente fosse exportado em busca de uma colocação lucrativa. A possibilidade da exportação de capitais vinha do fato de existirem países onde “os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas (...) já incorporados na circulação do capitalismo mundial” (Ibid., 1985). Como consequência, era preciso controlar o mercado mundial. Por isso as burguesias das principais potências imperialistas empenharam-se febrilmente na preparação da Primeira Guerra Mundial, como forma de dividir e conquistar os mercados (COSTA, 2008).

A Primeira Guerra Mundial fez com que os Estados Unidos emergissem como a principal economia do planeta. As transações de produtos industriais e agrícolas se ampliaram com a abertura de créditos aos países aliados, seguidas pela concessão de empréstimos à Inglaterra, França e, posteriormente, Alemanha. A produção norte-americana deu um salto gigantesco em vários setores, destacando-se a indústria bélica, de material de campanha e alimentos.

Com o início da recuperação do setor produtivo dos países europeus, a produção norte-americana começou a entrar em declínio. Essa situação expressou-se principalmente no setor agrícola, com o aprofundamento da queda dos preços dos produtos primários.

A crise dos agricultores norte-americanos seria o prenúncio de 1929. Na medida em que as exportações diminuía, os grandes proprietários não conseguiam saldar as dívidas contraídas com os bancos. Além disso, as ações das empresas tinham se sobrevalorizado imensamente num movimento de especulação financeira. Foi questão de tempo para que a crise no campo causasse desabastecimento nas cidades que já enfrentavam problemas com o desemprego (ibidem).

Quando veio o colapso das bolsas, no dia 29 de outubro, os bancos do país estavam sobrecarregados de dívidas não saldadas, ações supervalorizadas de empresas que estavam em queda e, assim, recusaram refinanciamentos ou novos empréstimos para a habitação, automóveis etc. Calcula-se que cerca de mil hipotecas de casas foram executadas por dia, após 1929.

A quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque não só iniciou uma profunda depressão econômica internacional que perdurou por toda a década de 1930, mas também aprofundou os enormes conflitos Inter imperialistas, abrindo, assim, os portões para uma nova guerra mundial.

Na Grande Depressão do início do século XX, os Estados imperialistas procuraram defender suas burguesias a todo custo. Não hesitaram em levantar barreiras tarifárias para proteger seus mercados dos efeitos da crise, contrariando as doutrinas de livre comércio em que afirmavam repousar a prosperidade do mundo (ibidem).

Paniago (2012) enfatiza que, para Mézaros a crise de 1929 não passou de ajuste para reorganizar a estrutura global do sistema do capital e pode ser chamada de “limite relativo” dentro desse contexto. E são esses “limites relativos” que caracterizam as crises periódicas pelas quais o capitalismo já passou muitas vezes na história. Momentos de ativação dos limites relativos que, embora pareçam “grandes tempestades”, são passíveis de soluções, mesmo que temporárias e protelatórias, dentro do marco referencial do sistema. Assim,

A “Grande Crise Econômica” de 1929-1933 seria, para Mézaros, o exemplo mais representativo deste tipo de crise; depois dela sobreveio um novo ciclo de acumulação capitalista. Por “maior que fosse a crise [de 1929], ela estava longe de ser uma crise estrutural ao deixar um grande número de opções abertas para a sobrevivência continuada do capital, bem como para sua recuperação e sua reconstituição mais forte do que nunca em uma base economicamente mais saudável e mais ampla (PANIAGO, 2012, p. 53).

Diante de um enorme desemprego e um possível descontrole social, o governo fez com que o Estado norte americano interviesse na economia, criando grandes obras de infraestrutura, salário-desemprego, assistência aos trabalhadores e concessão de empréstimos. No entanto, os Estados Unidos só conseguiram retomar seu crescimento econômico com o início da produção armamentista para a Segunda Guerra Mundial, no final de 1940 (COSTA, 2008).

A crise de 1929 foi sentida mundialmente e os Estados Unidos adotam medidas cruciais no sentido de uma hegemonia da economia mundial, a partir de intervenções estatais e da criação de instituições supranacionais (BIRD, FMI e BM), com o acordo de *Bretton Woods*<sup>3</sup>.

O sistema financeiro que surgiria de *Bretton Woods* seria amplamente favorável aos Estados Unidos, que dali em diante teria o controle de fato de boa parte da economia mundial bem como de todo o seu sistema de distribuição de capitais. Os Estados Unidos finalmente tomavam as rédeas das finanças mundiais.

Para Lessa (2009), a segunda grande crise, ocorrida em 1929, foi administrada com a ascensão do nazi-fascismo. O autor enfatiza que, em 1943, depois de Batalha de Stalingrado, quando ficou claro que a Alemanha iria perder a guerra, o governo estadunidense reúne um grupo de pensadores para pensar o que iria ser a economia mundial no período pós-guerra e deste grupo, um indivíduo vai se tornar chave, o Dan Bright um liberal clássico, portanto um serviçal do imperialismo. E ele quem vai sugerir o que Keynes sugeriu na crise de 1929, ou seja, que em curto prazo de tempo o jeito de superar a crise não era como se fez em 1929, quando as indústrias cortaram a produção e demitiram e com isso, segundo ele, restringiram o mercado consumidor, gerando mais desemprego, quebrando a indústria, a agricultura, os bancos. Dan Bright passa a enfatizar que tem que se fazer o inverso, ou seja, tem-se que articular uma política econômica através da qual o Estado intervenha na economia para aumentar o consumo e então sair da crise de superprodução<sup>4</sup>. (IBID, 2009).

---

<sup>3</sup> Ou ainda "Acordos de Bretton Woods" é o nome com que ficou conhecida uma série de disposições acertadas por cerca de 45 países aliados em julho de 1944, na mesma cidade norte-americana que deu nome ao acordo, no estado de New Hampshire, no hotel Mount Washington. O objetivo de tal concerto de nações era definir os parâmetros que iriam reger a economia mundial após a Segunda Guerra Mundial.

<sup>4</sup> De acordo com Lessa (2009), no bloco socialista, após a Segunda Guerra Mundial, passa a haver uma negociação cada vez mais intensa entre a União Soviética e os grandes países capitalistas. A política dos partidos comunistas ligados à União Soviética no resto do mundo transformou-se em uma política de negociação e pressão junto aos governos capitalistas e não de confronto para derrubar o capitalismo. O que vai subsistindo é um processo de máquina partidária, de máquina sindical, e um processo de educação do trabalhador durante décadas, na qual a negociação é o principal instrumento dos trabalhadores, e o confronto é sempre parcial, pontual, se tornando, de fato, um acessório da negociação.

A reestruturação produtiva do século XX teve início a partir do modelo fordista/taylorista, e foi crucial na recuperação da crise. Foi um longo processo de mutações sócio organizacionais e tecnológicas que alteraram a morfologia da produção de mercadorias em vários setores da indústria e dos serviços. Fordismo e taylorismo foram as principais ideologias orgânicas da produção capitalista no século XX, tornando-se “modelos produtivos” do processo de racionalização do trabalho capitalista no século passado (PINTO, 2010).

O modelo taylorista/fordista caracterizou-se pela introdução de inovações tecnológicas e organizacionais que modificaram as formas de gestão do trabalho de um modo geral e a dinâmica da produção de mercadorias na indústria e no setor de serviços.

O Fordismo idealizado pelo empresário estadunidense Henry Ford (1863-1947), fundador da Ford Motor Company. Foi um modelo de Produção em massa que revolucionou a indústria automobilística na primeira metade do século XX. Com sua padronização e com a busca do conhecimento dos trabalhadores utilizava-se da experiência de quem tinha anos de conhecimento para a produção através da padronização da produção em série (Ibidem).

Com a principal finalidade de acentuar a capacidade produtiva e diminuir o tempo de ócio no trabalho e embasado nos princípios da administração científica formulados por Taylor (1911), Henry Ford introduziu em 1913 na indústria automobilística a linha de montagem em série. Nesse sistema, o trabalho era realizado de forma fragmentada e o trabalhador não interferia e nem conhecia o funcionamento total do processo produtivo, cabendo-lhe apenas a tarefa de repetir incessantemente os movimentos de seu trabalho numa rotina desgastante (Ibidem). Então,

Os objetivos continuaram a ser os mesmos da época de Taylor: a “limpeza” dos locais de trabalho e da mente dos trabalhadores enquanto aí estão, a clareza dos objetivos e das tarefas, a extrema simplificação e uniformização do trabalho a um nível que possibilitasse uma automação mais abrangente, elevando, por fim, o controle do ritmo de trabalho a uma cadeia única e previamente determinada para milhares de mãos (PINTO, 2010, p. 48)

O sistema Taylorista/fordista de organização expandiu-se nas economias capitalistas centrais durante as duas guerras mundiais, após o que foi difundido internacionalmente no longo ciclo de crescimento econômico, fundado na produção e no consumo de massa, que se seguiu. Nos países capitalistas, centrais e periféricos, o sistema de produção em larga escala de produtos

padronizados fordista articulou-se aos Estados de bem estar social<sup>5</sup> e a constituição dos grandes sindicatos de trabalhadores.

Essa articulação manteve-se até meados de 1970, quando começa a sofrer os impactos de transformações, principalmente na esfera econômica com o colapso do ordenamento financeiro mundial, com a decisão norte-americana de desvincular o dólar do ouro e o choque do petróleo, com a alta de preços coordenada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo, demonstraram que a ilusão do “capitalismo democrático” chegava ao fim (ibidem).

Tais mudanças colocaram em questionamento o sistema Taylorista/fordista, sobre o qual a produção industrial estava organizada até então. Ou seja, sob as novas condições de mercado colocadas pelo contexto dos anos de 1970, a produção em série e em larga escala tornou-se uma “camisa de força” para o crescimento econômico para os grandes centros mundiais e para EUA.

De acordo com Lessa (2009), quando o estado de bem-estar social, já no final da década de 1960, não consegue consumir a abundância da produção, a crise do modo de produção capitalista entra em novo patamar de uma crise estrutural<sup>6</sup>. Esse autor sintetiza o momento destacando o papel da burguesia, que consegue, nesse contexto de crise estrutural, fazer com a classe operária o que ela quis fazer. Fez a reestruturação produtiva, aumentou barbaramente o desemprego, intensificou a jornada de trabalho. Portanto, a burguesia voltou a ter em plena crise estrutural uma lucratividade maior que a lucratividade durante o período do bem-estar social. Intensificou ainda mais a exploração sobre os países capitalistas periféricos e o resultado disso é que o mercado consumidor desses países se contraiu também. Isso vai fazer com que o mundo capitalista chegue a um determinado momento que nem as bolhas conseguem mais sobreviver. Nesse contexto, iniciou-se a crise de outubro de 2008 (Ibid, 2009).

---

<sup>5</sup> Trata-se de um modelo de governo em que a iniciativa pública, por meio de aparelhos estatais, é concebida como pilar fundamental não apenas nas áreas da saúde, educação e segurança, mas, também quanto às políticas previdenciárias, de emprego e de renda da classe trabalhadora; No âmbito do mercado, o Estado assume ainda o papel de um agente essencial na condução do desenvolvimento econômico, seja através de intervenções reguladoras nas políticas comerciais, financeiras e industriais, seja constituindo empresas em pontos estratégicos das cadeias produtivas. No Brasil, embora com diversas particularidades em relação às experiências dos países capitalistas centrais, denominou-se esse estilo de política estatal como sendo “desenvolvimentista” tendo vigorado, grosso modo, no período entre a década de 1930 e a de 1980.

<sup>6</sup> Sobre esse aspecto Lessa (2009), realiza uma crítica ao papel da classe operária e dos sindicatos. A intervenção Estatal ampliaria o consumo. Isso era politicamente possível porque existia uma classe operária dos países capitalistas centrais que desde 1915 vinha desenvolvendo essa política, não mais de confronto, mas de negociação com a burguesia para aumentar o seu poder aquisitivo, estava posto o Estado de bem-estar social (Welfare State). Entretanto, para o autor, esse era o momento para a classe operária se lançar às lutas e defender as suas conquistas, defender o Estado de bem-estar social. Mas, segundo Lessa (2009) não o fez porque no período do Estado de bem-estar social não era dela, nem o projeto social democrata e nem o projeto democrático estalinista. Daí, os sindicatos sociais democratas viraram as costas.

A economia mundial se deparou, então, com a primeira crise estrutural da acumulação do capital que teve seu início nos anos de 1970, com novos processos de reestruturação produtiva e de ajustes estruturais (PANIAGO, 2012).

A crise de 1970 demarca um momento de inflexão, marcada pela queda na taxa de lucros, evidenciando um esgotamento do padrão de acumulação capitalista que se mantinha desde os anos de 1940 (Taylorismo/Fordismo). Assim, deu-se início a partir daquela mesma década, um processo chamado de “reação burguesa” à crise do capital, a qual foi marcada por uma redefinição das funções do Estado capitalista.

É no bojo da mundialização financeira que se desenvolve o novo regime de acumulação flexível e com ele, um novo complexo de reestruturação produtiva, cujo “momento predominante” é um “novo modelo produtivo”, o toyotismo. A ideologia orgânica do toyotismo, que se desenvolve no interior de uma III Revolução Tecnológica e Científica que atinge a produção de mercadorias, tende a se disseminar e influenciar as novas determinações do mundo do trabalho (ALVES, 2007).

A organização toyotista do trabalho capitalista possui maior densidade manipulatória do que a organização fordista-taylorista. Não é apenas o “fazer” e o “saber” operário que são capturados pela lógica do capital, mas sua disposição intelectual-afetiva que é mobilizada para cooperar com a lógica da valorização. O operário é encorajado a pensar “pró-ativamente”, a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam (Ibidem).

De início, o toyotismo passou a ser identificado com o “modelo japonês” e com o sucesso da indústria manufatureira japonesa na concorrência internacional. Durante os anos 1970 e 1980, várias técnicas de gestão foram importadas do Japão. Mas, no decorrer da mundialização do capital, o sistema Toyota com sua filosofia produtivista assumiu um valor universal para o capital em processo. O toyotismo passou a incorporar uma “nova significação” para além das particularidades de sua gênese sócio-histórica (e cultural), vinculado com o capitalismo japonês (ALVES, 2007, p. 181).

Desde o desenvolvimento do capitalismo industrial e do mercado mundial na primeira metade do século XIX, constituíram-se as condições de crise geral do capitalismo internacional a partir de seu núcleo mais dinâmico – o capitalismo europeu. Primeiro, uma crise de crescimento por volta de 1848 e, a seguir, a expansão da lógica do capital (décadas de 1860-1870), constituindo naquela época, as condições para a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista nas últimas décadas do século XIX. A chegada

do imperialismo que inaugura o século XX marcaria a época das crises orgânicas do sistema mundial do capital.

Alves (2007) comenta que é importante salientar que a ideia de crise é complexa. Na perspectiva da lógica do capital, as crises do sistema não possuem apenas sentido de negatividade. Pelo contrário, é por meio delas que o sistema produtor de mercadorias cresce e se expande, recompondo suas estruturas de acumulação de valor. Em sua dimensão objetiva, a crise decorre da própria expansividade sistêmica do capital, mesclando, em si, momentos intensamente contraditórios de desenvolvimento ampliado das forças produtivas do trabalho social por meio das Revoluções Científico-Tecnológicas, que criam novos meios de produção, de comunicação e de transporte e que marcam os períodos mais críticos de desenvolvimento do capitalismo industrial; e momentos de aguda exacerbação da expropriação, exploração e exclusão social do trabalho vivo.

Quando Lênin constatou que o imperialismo era uma nova etapa crítica de desenvolvimento do capitalismo internacional, ele estava salientando o surgimento de uma nova temporalidade histórica marcada pela crise orgânica do capital que imprimiria a sua marca no século XX e que, a partir de meados da década de 1970, assumiria características de crise estrutural. O imperialismo do começo do século XX anunciou a crise orgânica do sistema do capital. Em nossos dias, a era da “globalização” ou da mundialização do capital prenuncia sua crise estrutural (Ibid., 2007).

Deste modo, o que queremos salientar é que além da crise cíclica, a crise do capital no século XX explicitou outra dimensão de crise: a crise orgânica, que decorre do desenvolvimento cíclico do modo de produção capitalista e do capitalismo industrial constituído no século XIX. A passagem para o capitalismo monopolista e o surgimento do capital concentrado expõe um novo terreno sócio-histórico da modernidade capitalista que anuncia a crise orgânica do capital, abrindo um período de intensa luta de classes e de revolução social. O período da crise orgânica é marcada pela barbárie dos conflitos sociais das Guerras Mundiais e guerras localizadas do século XX. É uma etapa superior de desenvolvimento do sistema de contradições do capital numa etapa avançada das forças produtivas (e destrutivas) do trabalho social estranhado. Diante disso, Alves (2007) comenta:

A crise orgânica do capital se desenvolve no século XX, ampliando-se na medida do próprio desenvolvimento da modernização capitalista. Ela não impede o ciclo capitalista, mas o sobredetermina. É claro que existem momentos de expansão e crescimento capitalista no interior do processo histórico de crise orgânica. A época do fordismo-keynesianismo, “era de ouro do capitalismo”, ocorreu no bojo da crise orgânica do capital. Com a

crise orgânica instauram-se formas de coordenação macroeconômica (e macrosocial) ligadas à presença da esfera estatal na reprodução social. Em época de crise estrutural, o capitalismo global encontra-se diante de seus limites irremediáveis. Por isso, discute-se hoje, por exemplo, a crise do Estado-nação e a crise de um complexo de valores e de instituições sociais ligados à época de ascensão histórica do capital. Outra dimensão da crise estrutural é a crise do trabalho como atividade social identitária de classe e elo crucial de socialização da modernidade capitalista. A precarização do trabalho em suas múltiplas formas objetivas e subjetivas é um dado sócio histórico crucial da crise do valor-trabalho (p. 149).

O capital monopolista formulou e implementou um conjunto de respostas à crise estrutural do capital, configurou a reestruturação do capital articulando estratégias a partir do tripé: reestruturação produtiva, financeirização e neoliberalismo. Sobre esse aspecto, Oliveira (2017) chama atenção:

Com a crise estrutural e a financeirização da economia há uma reconfiguração da base da produção da riqueza, pois a característica do capital passa a ser rentista e parasitária. Um novo regime de acumulação capitalista enquadra o capital no patamar máximo de sua internacionalização e também no limite de suas contradições absolutas (Ibid, p. 28)

Essas transformações foram responsáveis pelo surgimento de interesse especial por experiências alternativas em termos de organização do trabalho e da produção industrial. Pinto (2010) enfatiza ainda: “Dentre estas, destacam-se as redes de pequena empresas tecnologicamente desenvolvidas, como a chamada especialização flexível, na “Terceira Itália” (p. 52).

No Brasil, nos anos 1990, essa noção de desenvolvimento produtivo a partir das potencialidades dos lugares emergiu também com o discurso de valorização do lugar, focado em abstrair do local suas potencialidades e com o intuito de promoção do desenvolvimento também local, o capital apropria-se dos espaços transformando-os em territórios. A via dos APLs (Arranjos Produtivos Locais) efetiva esse modelo. A abertura desses territórios para um empreendedorismo dos lugares, que imersos numa lógica desigual e combinada se inscrevem na economia “globalizada”.

Segundo Lisboa (2007, p. 173) “Trata-se de um novo sistema de produção que facilitou a localização de cada produto em territórios geográficos onde as vantagens se colocam favoráveis à acumulação de empresas”. Promovendo-se, então, naquele território, em grande parte das vezes, uma monopolização pelo capital.

A respeito da crise do capitalismo em questão, Lisboa (2007) argumenta que o período trouxe mudanças determinantes ao modelo de desenvolvimento em questão,

Nesta fase, a baixa lucratividade, em virtude da superprodução, vai implicar modificações na direção dos investimentos que passam da esfera produtiva para a esfera financeira, promovendo a abertura dos mercados financeiros. Fortalece-se, a partir desse momento, a hegemonia americana do futuro, contexto no qual os grandes bancos passam a assumir maior poder de decisão no sistema operando as práticas de valorização do capital fictício (pp.131-132).

A autora chama atenção para que do montante do capital que ficou disponível sob a forma de capital dinheiro, uma parte foi investida na produção e no setor de serviços; e a outra parte mais substantiva do capital, permaneceu no circuito da circulação, buscando valorizar-se nessa esfera (ibid).

### **1.3 A financeirização da economia e as mudanças no mundo do trabalho**

Essa forma de acumulação, via financeirização, é caracterizada pela formação de um mercado mundial unificado com companhias transnacionais, padronizando formas de produção, de distribuição de produtos e serviços e de extração do mais valor. Processo que se intensificou, sobretudo pela revolução tecnológica, pela horizontalização das empresas e sua ligação pelas redes de informáticas (NETO e BRAZ, 2006).

Através dos recursos informacionais, o processo de financeirização teve suporte na gigantesca concentração do sistema bancário e financeiro, que ao longo do tempo acompanhou o processo de concentração geral da economia capitalista, proporcionando a monopolização do sistema financeiro. Mas, que mesmo após tantas décadas já passadas, não puderam alterar o perfil da crise estrutural do capital. Não alteram a crise, embora encontrem formas de extração da riqueza produzida e altas taxas de lucro. Oliveira observa que:

Este regime de acumulação, apesar de predominantemente financeiro, continua sendo explicado pelo papel que o trabalho abstrato produtor de valor sempre assumiu, uma vez que, a esfera financeira, embora comandante, não sobreviva de forma independente da esfera produtiva (2017, p. 128).

No modo de produção capitalista a criação de valor deriva apenas da esfera da produção, na circulação não se pode gerar valor novo, no entanto, o que vem acontecendo com o capitalismo contemporâneo é o vertiginoso crescimento dessa massa de capital

dinheiro que não é investida na produção, mas que secciona seus ganhos (juros) de mais valor global (OLIVEIRA, 2017).

David Harvey (2011), enfocando o pensamento de Marx, mostra que nesse sistema o crescimento econômico é buscado a partir de contradições internas das crises, conforme já assinalava Marx, ao mostrar que as barreiras para o progresso da acumulação eventualmente podem precipitar crises de naturezas diversas no capitalismo. Harvey reforça a tese de que as crises são endêmicas ao próprio modo de produção. Elas podem ocorrer de diversas formas e se manifestar desde a produção até a fase do consumo, inclusive nas fases de circulação. Uma crise periódica deve ter o efeito de “expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação adicional. Podemos conceber cada crise como uma mudança do processo de acumulação para um nível novo e superior.” (HARVEY, 2011)

Sobre esse novo momento da acumulação, Chesnais (1996) mostra que estamos falando de uma "mundialização do capital". Na verdade, inicia-se um novo regime de acumulação capitalista, um novo patamar do processo de internacionalização do capital, com características próprias e particulares se comparada com etapas anteriores do desenvolvimento do capitalismo. Esse novo período capitalista se desenvolve no bojo de uma profunda crise de superprodução (Brenner, 1999) e é caracterizado por outros autores como sendo marcado pela "produção destrutiva" (Mészáros, 1997) ou ainda pela "acumulação flexível" (Harvey, 1993).

Chesnais (1996) afirma preferir o termo mundialização à palavra globalização, de origem anglo-saxônica. Enfatiza que:

A palavra ‘mundial’ permite introduzir, com muito mais força do que o termo ‘global’, a ideia de que, se a economia se mundializou, seria importante construir depressa instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento (p.24).

Ressalta ainda que a mundialização é do capital, e que este é o responsável pela mundialização da economia, [...] “o conteúdo efetivo da globalização é dado, não pela mundialização das *trocas*, mas pela mundialização das operações do capital, em suas formas tanto industrial quanto financeira” (Ibid, 1996, p. 26).

Ao tratar esse processo em curso, Chesnais privilegia em sua análise o movimento do capital financeiro, que tem como cenário o mundo. De acordo com ele:

A mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos e estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de

privatização, de desregulamentação e de dismantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan (Ibid, p.34).

É a partir daquele momento, que a ideologia da "mundialização" – subjacente às políticas neoliberais - é posta como a nova orientação capitalista, considerada como saída para a crise de 1974-1975. Ao mesmo tempo, se começa a cultivar as novas tecnologias que serão utilizadas pelas corporações transnacionais, através do novo complexo de reestruturação produtiva, para modificar as relações com os trabalhadores e as organizações sindicais.

Portanto, o complexo de reestruturação produtiva e, principalmente, as políticas neoliberais, que se desenvolvem a partir do ano 1980, possuíam entre seus objetivos, a destruição das organizações sindicais, ou melhor, todas as instituições e relações sociais que colocavam obstáculos à lógica da valorização do capital.

Em tempos de formação da força sindical mundial, o papel dos sindicatos na atualidade, nos remete à análise de Rosa de Luxemburgo (1970), quando se referia à fase do welfare state, ao ressaltar que ao invés de desenvolverem a tarefa da luta emancipadora da classe trabalhadora, os sindicatos se caracterizavam por reivindicarem salários estabelecendo limites para a exploração e não a eliminação do capital. Um papel restrito, não ultrapassa a regulamentação da exploração capitalista momentânea do mercado, não revela nenhuma possibilidade de serem autogestores e muito menos de suprimir o lucro industrial. Ali, como nessa etapa neoliberal do capitalismo, o papel do sindicalismo é limitado pelas próprias forças do capital, não colaborando para um processo de emancipação radical. À medida em que a relação capital trabalho tende com força para o lado do capital, a sobrevivência dos trabalhadores implica ceder ao capital, o sindicalismo é esmagado.

Contemporaneamente no Brasil, a lógica que perpassa a reforma trabalhista recente (produto do golpe de 2016) situa-se na ótica do capitalismo, que busca um ambiente propício à precarização do trabalho, e favorece a ampliação da exploração do trabalho pelo capital. A reforma trabalhista vem com o intuito de combater a atual Legislação que consente mecanismos de mobilização dos trabalhadores, e direitos trabalhistas, fazendo com que os sindicatos se transformem em meros espaços inertes, sem condições de lutas e finalidades, e o trabalhador não se sinta mais representado por este, conseqüentemente enfraquece a consciência de classe tão necessária e fundamental para a derrota do capitalismo, na superação de relações de trabalho tão excludentes e desumanas (Ibid, 1970). Apesar desse

quadro, não se pode dizer que está havendo arrefecimento da luta de classes. O golpe atual traz forças midiáticas e jurídicas para o protagonismo conservador, mas os movimentos sociais aliando-se ao sindicalismo organizando permanecem protagonizando a luta contra o capital.

A centralização do capital aliada à descentralização das operações produtivas, comerciais e financeiras, reorganizam a economia e a geopolítica do mundo. Neste contexto, os grupos industriais multinacionais ganham força, introduzindo novas formas de gestão e de controle do trabalho, da produção e dos mercados.

O autor utiliza a noção de oligopólio mundial para tratar a forma pela qual as grandes firmas se organizam ao redor do mundo: a partir de um espaço de "rivalidade industrial" - espaço definido pela concorrência, mas também pela colaboração entre os grupos. É esse o espaço da ocorrência de relações diversificadas que articula o Investimento Externo Direto - IED, aos grandes grupos multinacionais. O investimento estrangeiro na economia mundial não é um fato novo. Mas, como assinala Chesnais:

Não se deve confundir a novidade da tomada de consciência da importância do IED e dos IEDs, com novidade do próprio fenômeno. Na verdade, o papel cumprido pelos investimentos estrangeiros, desde o fim do século XIX, na determinação das especializações comerciais dos vários países ou regiões do mundo sempre foi desprezado ou fortemente subestimado (1996, p.47).

Os IEDs assumem outros significados e outras formas, a partir dos anos oitenta do século XX. É quando se verificam formas de articulação diversas entre os grupos industriais, comerciais e financeiros, tais como: aquisições, fusões, parcerias, consórcios entre outros. Os investimentos externos diretos são potencialmente criadores de novas capacitações tecnológicas, organizacionais e produtivas, que vão de encontro às solicitações do regime de acumulação flexível, em que a espacialização e a flexibilização da produção e do mercado se destacam.

O setor de serviços é pensado por Chesnais (1996) como "nova fronteira para a mundialização do capital", notadamente os serviços financeiros, de seguros e imobiliário. O capital mundializado é, por definição, intensivo em serviços. Verifica-se também, um movimento novo, que transfere para a esfera do mercado, atividades que anteriormente diziam respeito à esfera do Estado. A desregulamentação e privatização dos serviços públicos são um exemplo nesse sentido. Neste movimento, o investimento externo direto, realizado a partir da

comercialização de serviços diversos, desempenha papel importante na manutenção e conquista de novos mercados.

Chesnais (2003) ao tratar sobre o capitalismo estar ou não em uma nova fase enfatiza sobre o regime de acumulação com predominância financeira e comenta que esse tem uma relação direta com a mundialização do capital. Coloca que o regime financeirizado é uma “criação” dos países capitalistas avançados e que o capital é mundializado no sentido em que seu funcionamento exige, de forma essencial a sua própria existência, um grau bastante elevado de liberalização e de desregulamentação não apenas da finança, mas também do investimento externo direto (IED) e das trocas comerciais. Sendo que essas medidas devem ser impostas a todos os lugares do mundo e não somente onde o novo regime de acumulação foi implantado, Chesnais (2003) completa enfatizando:

Um processo de construção institucional internacional, tanto de fato como de direito, conduzido pelos Estados Unidos, o G-7, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (os colaboradores do suposto Consenso de Washington)<sup>7</sup>, formalizado pelo Tratado de Maastricht e apoiado em seguida pela Organização Mundial do Comércio (OMC), tornou a “adesão” dos países obrigatória e reduziu sua margem a sua mais simples expressão (p.52)

O autor prossegue enfatizando que o novo regime de acumulação é uma fusão entre a finança e a indústria que acaba por exigir que os grupos possam usufruir de uma liberdade total de localização de áreas de abastecimento, de produção e de comercialização, dessa forma, atingindo uma liberalização completa do IED e das trocas, bem como da nulidade de todo e qualquer constrangimento sobre esse abastecimento local.

Em seus primórdios, a internacionalização capitalista surge como "globalização das trocas", do mero intercâmbio de mercadorias, impostas pelo Ocidente ao Oriente. É a constituição de um mercado mundial que muitos confundem com a "globalização" propriamente dita. A mundialização do capital vai caracterizar a nova etapa de internacionalização capitalista, ou seja, a globalização dos investimentos e da produção. Chesnais (1996) completa enfatizando que quando especifica "mundialização do capital", isso

---

<sup>7</sup> Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados – FMI, Banco Mundial e BID – especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International economics, era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da América Latina, para relatar a experiência de seus países. Também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de “consenso de Washington”. Na oportunidade, ratificou-se a proposta neoliberal que o governo norte-americano vinha insistentemente recomendando, por meio das referidas entidades, como condição para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral. (BATISTA JR, 1994, pp. 5 e 6)

diz respeito tanto o capital produtivo aplicado na indústria e nos serviços, quanto o capital concentrado que se valoriza conservando a forma-dinheiro.

Outra leitura interpretativa sobre a atual fase do capitalismo nos é oferecida por Wallerstein (2003), que, contrariando a tese de que a partir dos anos 1990 o mundo vivencia uma mundialização do capital, ou seja, como colocava Chesnais (2003, p. 46) “[...] uma etapa particular do estágio do imperialismo, compreendida como a dominação interna e internacional do capital financeiro”, para Wallerstein, isso tudo não passa de um grande erro de interpretação, pois, apesar de vivermos um período de grandes transformações e de uma crise histórica, estamos na verdade atravessando uma era de transição, e destaca:

Não apenas a transição de alguns países retardatários, que devem adaptar-se à mundialização, mas uma transição em que o sistema-mundo, em seu conjunto, vai-se metamorfosear. O futuro, longe de ser inevitável e sem alternativas, vê-se gradualmente definido no decorrer dessa transição, cujo ponto de chegada permanece bastante incerto (Wallerstein, 2003, p. 72).

Segundo o autor os propósitos e processos relacionados ao termo “mundialização” não possuem nada de novo, pois existem acerca de 500 anos, e a década de 1990, não seria um bom ponto de referência cronológica para analisarmos o contexto contemporâneo. Wallerstein nos convida a examinar os fatos do mundo atual através de outra ótica, a dos “ciclos de Kondratiev”<sup>8</sup>.

Examina a situação atual separando dois eixos temporais, o primeiro vai de 1945 até a contemporaneidade; o segundo começa em meados de 1450 e segue até os dias atuais. O primeiro eixo diz respeito a uma fase A, de expansão econômica que corresponde ao período que foi de 1945 até 1967-1973 e uma fase B, de contração da economia que vai de aproximadamente 1973 até hoje e, segundo o mesmo, deve seguir assim por mais alguns anos.

Quanto ao eixo que vai de 1450 até os dias atuais Wallerstein enfatiza que marca os limites do tempo de vida da economia-mundo nos moldes capitalistas que, portanto, teria passado por seu período de criação, seguido por um período de desenvolvimento e crescimento e que atualmente entra em seu período de “crise terminal”. Ou seja, de autodestruição, passando a outro momento da história da humanidade, o de um novo modo de produção e não apenas passando por mais uma transição para uma nova fase do capitalismo, como outros autores enfatizam.

---

<sup>8</sup> Ciclos relativamente longos que reúnem uma fase de expansão e uma fase de contração da economia (fases A e B). A duração de cada fase corresponde a 25-30 anos.

Ainda seguindo o raciocínio de pensar sobre a existência de uma nova fase ou não do capitalismo Duménil e Lévy (2003) salientam que o capitalismo tem o padrão de atravessar crises estruturais e que as supera através de transformações profundas em seu funcionamento. Comentam que no período de 1970 a 1980 os principais países capitalistas desenvolvidos conheceram uma considerável crise estrutural com uma série de manifestações: “baixo investimento e fraco crescimento, desemprego, inflação, lentidão da progressão do salário, diminuição da rentabilidade do capital” (p. 15)

Comentam também que a instabilidade financeira dos anos 1990 parecia estar confinada a alguns países da periferia, pois, existiam aqueles cuja situação não era desesperadora e aqueles que estavam mergulhados em miséria, enquanto que o centro permanecia poupado.

Outra questão relevante daquele momento histórico foi a combinação de dois elementos que, segundo os autores, foram indispensáveis para a leitura dos novos fatos:

[...] - o desaparecimento de manifestações importantes da crise nos países avançados e o surgimento de novas tecnologias e instituições financeiras – desenha os contornos de uma nova fase do capitalismo (DUMÉNIL E LÉVY, 2003, p. 16).

Dessa forma, entendem que essa dinâmica histórica do capitalismo não é apenas o resultado de choques desordenados e casuais, e sim, a revelação de que ali se desenrola um combate que remete à grande dialética marxista das forças produtivas, das relações de produção e ao papel motor da luta de classes.

Segundo Pochmann (2001), a expansão capitalista a partir da Segunda Guerra Mundial é impulsionada pelas necessidades norte-americanas de expandir seus mercados em direção às regiões menos desenvolvidas como os países da Ásia, África e América Latina. O New Deal foi um conjunto de medidas econômicas e sociais tomadas pelo governo Roosevelt, entre os anos de 1933 e 1937, com o objetivo de recuperar a economia dos Estados Unidos da crise de 1929. Teve como princípio básico a forte intervenção do Estado na economia, e a Aliança para o Progresso, assinada no ano de 1961, durante o governo de J.F. Kennedy, sinalizam a intervenção americana cujo objetivo declarado consistia na ajuda ao desenvolvimento além de combater a expansão do comunismo. Outros instrumentos transnacionais são construídos após a Segunda Guerra alegando ter como objetivo melhorar as condições de vida dos países subdesenvolvidos: o FMI, o BID, o Banco Mundial, a ONU, a OTAN, a UNESCO.

Pochmann (2001, p.8), traçando uma análise do sentido dessa mundialização/integração, observa que “a integração das economias transformou-se no caminho mais simples de potencialização do império norte-americano e das finanças internacionais no comando do processo de acumulação mundial” Por outro lado, Hobsbawn (2001, p. 272) alerta que a existência de uma economia mundial impõe limites ao que mesmo as economias de Estados muito grandes e poderosos podem fazer, o surgimento das economias mundiais foi responsável por muitos dos problemas da época. Os processos de globalização ou mundialização dos mercados e do capital anulavam o poder dos Estados nacionais, principalmente dos países periféricos e semiperiféricos.

As décadas que se seguem à Segunda Guerra Mundial são marcadas pelo processo de polarização e centralização do capital, tanto em níveis micro quanto macroeconômicos. Constrói-se rapidamente o novo contexto da divisão internacional do trabalho, caracterizado pelo aumento das desigualdades entre as nações e entre as sociedades nacionais, que diante dos limites impostos pelas economias mundiais criam uma relação de dependência em relação aos países desenvolvidos.

O cenário da divisão internacional do trabalho nas últimas décadas reflete o acesso e a distribuição das inovações tecnológicas e científicas:

Há um conjunto de países que constitui o núcleo orgânico das economias capitalistas onde se realizam as atividades cerebrais associadas ao fluxo de inovação envolvendo métodos de produção, novas fontes de suprimento e novas formas de organização. O núcleo periférico e semiperiférico são os que realizam as atividades predominantemente neuromusculares coordenadas à pouquíssima inovação em educação, ciência e tecnologia (POCHMANN, 2001, p. 33).

O fosso ou as diferenças e desigualdades entre esses dois blocos se amplia com a crise estrutural da década de 1970.

A mundialização do capital reflete mudanças qualitativas nas relações de forças políticas entre o capital e o Estado e entre o capital e o trabalho. As tecnologias disponíveis na década de 1970 permitem que sejam implantadas técnicas de produção aplicadas nas fábricas japonesas<sup>9</sup> a partir das quais se desenvolve o novo paradigma de organização e gestão da produção, a acumulação flexível.

---

<sup>9</sup> Sistema de técnicas e métodos de gestão e organização do trabalho e da produção implantados pelo engenheiro Taiichi Ohno, na Toyota, nos anos 1950.

Pode-se dizer, que nas últimas décadas as relações sociais e de trabalho sofreram profundas modificações, principalmente no que diz respeito às privatizações, um dos motivos responsáveis pelo alargamento do desemprego, do contrato temporário e conseqüentemente, do aumento da desigualdade e da exclusão social.

As transformações da sociedade no capitalismo ampliaram a complexidade das relações de trabalho estabelecidas. Segundo Antunes (2005), os novos padrões de organização e gerenciamento, oriundas das transformações no mundo do trabalho, teve a substituição dos padrões rígidos Taylorista/Fordista por padrões mais flexíveis como o Toyotismo, que ao propor a flexibilização da produção, passou a operar com estoque mínimo se adaptando a atender com rapidez às novas exigências do mercado, implicando na flexibilização e na eliminação dos direitos trabalhistas. Pode-se afirmar que este padrão de produção toma força na década de 1990, se estabelece e consegue se manter.

Estas transformações não refletem apenas nas relações de trabalho, provocam modificações drásticas na vida cotidiana do trabalhador, como: nos direitos, na educação, no lazer e na vida privada, acentuando, cada vez mais, a concentração do capital para um número bastante reduzido e a pobreza se ampliando gerando em larga escala as contradições sociais. Sem dúvida, o trabalho precário e o desemprego estrutural que se somam à desestruturação das políticas sociais, mostram na atualidade uma realidade social dramática e perversa oriunda da histórica relação entre produção do espaço e o processo de acumulação capitalista.

Frente a todo este processo de contradições das relações econômicas e sociais, o universo das relações de trabalho no capitalismo vem progressivamente adquirindo múltiplas processualidades, as quais também não são novas, mas duráveis e persistentes, que são "a expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontrato, 'terceirizado', que marca a sociedade dual no capitalismo [...]" (ANTUNES, 2005, p.51).

Desta forma, pode-se afirmar que continua existindo um movimento contraditório nas relações de trabalho nesta sociedade que, de um lado, reduz o operariado industrial, em "decorrência do quadro recessivo, quer em função da automação, da robótica e da microeletrônica, gerando uma monumental taxa de desemprego estrutural [...]" (ibidem, p.52).

Por outro lado, dá-se a subproletarização do trabalho, os novos postos de trabalho, parcial, "terceirizado", subcontratado, os quais tomam forma de relações informais de emprego. É a "precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente

regressão dos direitos sociais, [...] configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial" (ibidem, p.52).

Neste sentido, a revolução tecnológica na origem do capital faz emergir uma nova fase da história das relações de produção, consequentemente do trabalho. O mercado exige conhecimentos diferentes, na medida em que novas tecnologias são introduzidas no cotidiano do trabalho, exigem-se cada vez mais trabalhadores qualificados para atuar no mercado.

Todas essas controvérsias manifestam as modificações drásticas que vem atingindo as relações do trabalho, orientadas pela política neoliberal, responsável pelo alargamento do desemprego e da informalidade. Destaca-se, mais uma vez, o processo de vulnerabilidade do trabalho no capitalismo contemporâneo e de violação de direitos historicamente conquistados.

Para finalizar é importante frisar que o processo de precarização do trabalho possui um vínculo orgânico com a crise estrutural do capital como foi apresentado anteriormente em Alves (2007). Ou seja, a percepção de que o sistema mundial do capital está imerso numa crise estrutural, tende a colocar determinações qualitativamente novas para o problema da precarização do trabalho no capitalismo do século XXI.

#### **1.4 Individuação, empreendedorismo e endogenia produzindo espaço.**

[...] O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. E de que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios para evitá-las (Karl Marx e Friedrich Engels, Manifesto Comunista)

As tecnologias e técnicas do final do século XX aliadas às melhorias dos transportes e das comunicações reduzem a importância da produção de massa e da existência de estoques. A acumulação flexível consiste exatamente na “produção da quantidade certa, com a qualidade certa, no exato momento em que ela é exigida” (HILFERDING, 1985, p.114), como indicam noções do novo paradigma como *just in time* e qualidade total.

Com o colapso do modelo de regulação fordista-keynesiano, o capitalismo mundial é reconfigurado. A mundialização do capital realiza-se por meio de dois processos indissociáveis. O primeiro corresponde às transformações das condições materiais – a produção, os transportes, a comunicação – que viabiliza a acumulação flexível e da

consolidação de uma economia única. O segundo diz respeito às mudanças nas relações de poder entre países, classes e frações de classes, que alteram as relações entre capital, trabalho e Estado, consolidando uma nova política subordinada ao mercado e aos interesses do grande capital.

A partir da década de 1970, a perspectiva integradora do Estado de Bem-Estar e das políticas voltadas para o pleno emprego, mais intensivas nos países de capitalismo central é deixada de lado em nome do retorno ao liberalismo econômico-social, como se o mercado, como único instrumento de regulação da sociedade, fosse algo que mesmo dando certo no passado havia sido desviado pelo intervencionismo.

Frigotto (2005) enfatiza que o neoliberalismo constitui um discurso congruente com a etapa capitalista iniciada em 1970, já que defende e justifica as práticas adequadas a esse novo momento. Trata-se de uma política econômica cujo principal objetivo é impor o pleno controle do capital sobre o trabalho. Entretanto, esse objetivo é ideologicamente dissimulado pelo discurso do livre mercado e pelas teorias fragmentárias e individualistas que objetivam demonstrar que a crise estrutural do capitalismo é passageira e conjuntural.

A ampla rede de segurança consolidada nos países do capitalismo avançado que garantia relativamente o pleno emprego e as condições de habitação, saúde, os direitos trabalhistas, políticas consideradas essenciais para a vitalidade do mercado, perdem espaço para um novo tipo de sociabilidade, no qual a correlação das forças sociais é claramente favorável ao capital. Os países do capital periférico abandonam os projetos nacional-desenvolvimentistas (direcionados para o consenso em torno da garantia dos direitos), assumindo a agenda neoliberal pela adoção das orientações do Consenso de Washington, o qual já foi mencionado anteriormente, a partir da década de 1990, inserindo-se na economia mundial de forma subordinada e associada ao núcleo central do capitalismo (Ibidem, 2005).

A nova Divisão Internacional do Trabalho proporcionada pela expansão das multinacionais e/ou transnacionais caracteriza-se pela possibilidade de transferência de parte do processo de produção para outros países. De acordo com as oportunidades de competitividade e lucratividade, os custos da produção e da mão-de-obra, a flexibilidade dos salários e dos contratos de trabalho, o grau de submissão dos indivíduos e dos governos – aspectos que dependem do processo histórico e das correlações de força específicas de cada sociedade – as empresas tendem a concentrar nos países pobres os empregos simples e mal remunerados, enquanto as funções de comando e planejamento, que lidam diretamente com

pesquisa e produção de tecnologia, permanecem alocadas nos países de origem, os chamados países centrais.

O pacote de medidas neoliberais, cujas premissas consistem na revisão do papel do Estado, abertura da economia e na flexibilização da força de trabalho, gera contradições entre as classes que obrigam o capital a redefinir suas estratégias hegemônicas. Inserindo-se no quadro de mundialização do capital, o neoliberalismo apresenta manifestações globais e particulares nos diferentes países.

A Flexibilização do trabalho, aumento dos requisitos profissionais para contratação, desvalorização econômica do trabalhador, desemprego e emprego precário, aumento do setor de serviços e redução das ocupações industriais, tendências gerais da economia distribuem-se de forma heterogênea no cenário mundial.

Diante dos processos de desregulamentação e flexibilização, o compromisso entre capital e trabalho levado a efeito pelas lutas da classe trabalhadora é derrubado, permitindo que o capital subsuma o trabalho sem qualquer acordo com os 'proprietários da capacidade de trabalho'. Quando encontra resistência dos trabalhadores, excessivas regulamentações ou qualquer restrição que possa onerar os custos da produção e alterar as taxas de lucro, as empresas deslocam a produção para outras localidades onde a classe trabalhadora possa sujeitar-se a salários mais baixos, direitos reduzidos ou nenhum direito e a maior intensidade do trabalho sem protestos. Assim,

A forma que assume a globalização neste fim-de-século tem uma especificidade que é, em sua essência, o desbloqueio dos limites sociais impostos ao capital pelas políticas do Estado de bem-estar social. É, também, nesse sentido, uma revanche contra as conquistas sociais da classe trabalhadora. O ideário da globalização, em sua aparente neutralidade, cumpre um papel ideológico de encobrir os processos de dominação e de desregulamentação do capital e, como consequência, a extraordinária ampliação do desemprego estrutural, trabalho precário e aumento da exclusão social (FRIGOTTO, 2005, p. 103).

Em face à mudança da materialidade e das contradições da sociedade, uma suposta mudança paradigmática atribui ao conhecimento uma nova centralidade nas relações sociais. Em meio à desintegração dos mercados de trabalho e à crescente redução do emprego decorrente da adoção de sistemas flexíveis e automatizados, incorporam-se ao senso comum conceitos e teorias que visam convencer as populações pobres da inexistência de qualquer alternativa e da necessidade de adaptação às constantes mudanças na base técnica e

organizacional do trabalho, consolidando a educação, a qualificação e o treinamento como critérios de classificação dos postos de trabalho.

Contudo, estes elementos são redefinidos sob categorias como empregabilidade, competências, empreendedorismo, autonomia, participação, qualidade total, flexibilidade, etc., jargões empresariais que tem como finalidade traduzir o impacto da nova base técnica flexível sobre a formação da mão-de-obra.

A tônica do ideário educacional da sociedade do conhecimento passa a ser alicerçada na necessidade de preparar indivíduos para a vida, através do desenvolvimento de competências flexíveis e multi-adaptáveis, que proporcionem a sua adequação às constantes transformações e incertezas do mundo contemporâneo:

A autoresponsabilização do trabalhador é resultado da flexibilização dos processos de trabalho que espacializa fora da fábrica padrões de produção estruturados em uma rede de empresas, especialmente pequenas e médias, de diversos perfis, inclusive artesanal e familiar. Como a acumulação flexível engendra a necessidade de novos setores de produção, diminui trabalhadores na indústria e aumenta a exigência da qualificação do trabalhador que precisa ser multifuncional. Logo, em uma relação dialética e contraditória, explodem atividades desqualificadas e precárias dentro e sobretudo fora da produção industrial capitalista, especialmente no comércio, serviços, em que a informalidade e terceirização são modalidades marcantes (OLIVEIRA, 2017, p. 165).

Procura-se, assim, naturalizar o desemprego, a exclusão e o sofrimento humano através da negação das crises e contradições do capitalismo. A nova retórica que envolve a suposta valorização do trabalhador, a emancipação humana e da elevada capacidade de abstração tem como prerrogativa o fato de que existem empregos, porém a ineficiência e a incompetência dos indivíduos em se tornarem empregáveis é que deflagra o desemprego e a necessidade de aceitação de empregos precários. Desta forma, supõe-se que o problema do desemprego seria solucionado pela elevação da escolaridade e pelo desenvolvimento completo dos mecanismos de mercado. Trata-se de um discurso que busca, simultaneamente, adequar a classe trabalhadora aos novos padrões de produção e estabelecer o consenso para a manutenção da estrutura social vigente. A esse respeito Oliveira (2017) acrescenta:

Esse quadro gera uma nova morfologia do trabalho que tem como traços simultâneos: tendências mundiais de informalização e precarização (com novas formas de valorização do valor e novos mecanismos geradores de trabalho excedente, que expulsam da produção trabalhadores sobrantes e descartáveis); um grau maior de intelectualização do trabalho nos ramos de maior impacto tecnológico; o desperdício de força humana e a corrosão

ainda maior do trabalho contratado e regulamentado (de raiz fordista-taylorista), que vem sendo substituído nas palavras de Antunes (2013) pelo trabalho atípico, terceirizado, pelo cooperativismo, empreendedorismo e trabalho voluntário (p. 136)

Oliveira (2017) enfatiza também que essa conjuntura de estrutura social imposta pelo capital leva o trabalhador a formação de uma consciência de que precisa se empenhar para sair da condição de desemprego e pobreza por meio da empregabilidade. Foca no indivíduo e transfere da sociedade e Estado para o trabalhador a responsabilidade da inserção e sucesso no mundo do trabalho. É um subterfúgio em um contexto em que a perversidade da crise estrutural do capital engendra a afirmação plena do desemprego igualmente estrutural.

Sérgio Lessa (2006) considera que ao adentrar a crise estrutural do capital o contexto nos tornou pessoas individualistas que tenta o tempo todo (re)afirmar-se socialmente contra todas as outras pessoas e, isso, nos degradou socialmente e individualmente intensificando as desumanidades.

Há mais seres humanos do que a quantidade de força de trabalho que o sistema do capital necessita: a concorrência se transforma em luta aberta pela sobrevivência e a vida cotidiana vai incorporando elementos de uma guerra civil. Ao invés de a crise levar a tomar consciência desta situação histórica, ocorre – nos processos de individuação – o oposto. Ao menos no curto prazo. Ao contrário de revolta, gera nas pessoas uma atitude defensiva que reforça o individualismo. No fundamental, a questão do desemprego é enfrentada como uma questão de desqualificação do indivíduo e não como uma questão histórica gerada pela crise do capital. Lessa afirma ainda:

O desemprego deixa de ser problema social para se converter na "empregabilidade" de cada um. E, se alimentando e ao mesmo tempo reforçando esta postura, os sindicatos e partidos políticos negociam as demissões de milhares de trabalhadores em troca de algumas compensações que, ilusoriamente, seriam suficientes para que os desempregados se "empoderassem", isto é, se qualificassem para o mercado de trabalho. Mesmo sindicatos outrora combativos como os dos metalúrgicos do ABC passam a promover cursos para os novos empresários (tipo pequenas empresas, grandes negócios) alimentando ilusões de que haveria saídas individuais ao desemprego. Os ex-trabalhadores se converteriam em futuros burgueses (pp. 13 e 14, 2006).

Diante desse contexto de individuação e precarização do trabalhador narrados até então, Alves (2007) enfatiza que o Estado neoliberal é o Estado político do capital nas condições de sua crise estrutural. Ele incorpora em si elementos de crise de legitimidade, que possui como base material, a crise fiscal. O Estado neoliberal é uma estatalidade política carente de justificação histórica, na medida em que é incapaz de assumir com efetividade ampla as tarefas históricas impostas pelo processo civilizatório.

Lembra também sobre o Estado Neoliberal:

[...] que ao tornar-se Estado máximo para o Capital, torna-se Estado mínimo para os interesses da civilização do trabalho. Mesmo que assuma o papel de regulador social, ele não consegue romper seus laços orgânicos com o grande capital, tornando-se incapaz de arbitrar interesses oligopólicos do capital concentrado. O Estado neoliberal é sua forma “apodrecida” do capitalismo monopolista de Estado. Adota o referente de mercado para se auto preservar diante da crise de valorização do capital. Ora, a função histórica da estatalidade política é ser o complemento orgânico da reprodução social do capital. Estado e capital são entes reflexivos cuja função primordial é garantir a reprodução da acumulação de valor através da extração de sobretrabalho e a normalidade sócio institucional imposta pela ordem sistêmica do capital (Ibid., 2007).

Alves (2007) tecendo uma relação entre o Estado e força de trabalho chama atenção para fatos marcantes de parte do século XX, quando um importante contingente da força de trabalho organizada, por conta da luta de classes que instituiu o Estado Social e promoveu conquistas de direitos trabalhistas e políticos da classe do proletariado no interior da ordem do capital, conseguiu ocultar, para si, sua própria condição de superfluidade no sistema da exploração da mais-valia. Nas últimas décadas, devido a crise estrutural e ao novo patamar de luta de classes, expresso pela ofensiva do capital na produção e reprodução social por meio das ideologias do neoliberalismo e do pós-modernismo, torna-se exposta a condição de precariedade ontológica da força de trabalho como mercadoria. Ora, a precarização do trabalho expõe a condição de precariedade latente.

O processo de precarização do trabalho, que aparece sob o neologismo da flexibilização do trabalho, impõe-se não apenas por meio da perda de direitos e do aumento da exploração da força de trabalho, por meio do alto grau de extração de sobretrabalho de contingentes operários e empregados da produção social. A precarização do trabalho se explicita por meio do crescente contingente de trabalhadores desempregados supérfluos à produção do capital (Ibid., 2007).

Giovane Alves (2007) continua conjecturando que em época de globalização, o processo de precarização atinge, de forma ampliada, a subjetividade do trabalho. Esta ofensiva do capital à subjetividade do trabalho vivo é mediada pela constituição do precário mundo do trabalho. Um dos traços inegáveis do precário mundo do trabalho no século XXI é a disseminação das implicações laborais de caráter mercantil com o surgimento de um contingente imenso de trabalhadores vendedores de mercadorias e, portanto, imersos nas contingências do mercado. Surge o que poderíamos denominar de proletariado-mascate, um imenso contingente de trabalhadores assalariados vendedores de mercadorias e prestadores de serviços como mercadorias dos mais diversos tipos. É claro que, tradicionalmente comerciantes autônomos e trabalhadores assalariados do comércio constituíam o contingente típico da força de trabalho imersa na implicação laboral de caráter mercantil. Eram eles que tratavam dos produtos-mercadorias nas instâncias do mercado de consumo. Entretanto:

[...] sob o capitalismo global, as implicações laborais de caráter mercantil assumiram proporções inauditas no seio do mundo do trabalho. O vendedor de mercadorias ou representante comercial aparece diante de nós, presencialmente e virtualmente, por meio das novas tecnologias de informação e comunicação. A atividade de venda confunde-se com o serviço de marketing e propaganda. Na TV ou Internet nos deparamos com novas mercadorias sendo exibidas por algum proletário-mascate. Todos nós nos tornamos vendedores de algum produto-mercadoria. “Always be closing” (algo como “sempre esteja fechando um negócio”) é a máxima do caixeiro-viajante que expressa a condição do tempo de vida tornado tempo de trabalho do proletário-mascate. Com a terciarização do mercado de trabalho, ampliaram-se, seja no setor formal ou informal da economia capitalista, as atividades de serviços ligadas às áreas de vendas. Na verdade, muitos serviços possuem vínculos orgânicos com a atividade industrial propriamente dita. Os serviços são o modo de manifestação da industrialização universal. Enfim, vivemos hoje, a lógica do capital industrial sob a forma de uma “sociedade de serviços” (ALVES, 2007, p. 139).

Giovane Alves (2007) salienta que o toyotismo não é meramente “modelo japonês” ou o “japonismo”. Apesar de ter a sua gênese histórica no Japão, nos anos 1950, é a partir da mundialização do capital, isto é, no decorrer da década de 1980, que o toyotismo adquiriu dimensão universal. A partir daí ele perde sua singularidade restrita e seu valor ontológico para a produção capitalista o projeta como uma categoria universal, que articula, em si, um complexo de particularidades regionais, nacionais (e locais), seja de setores e empresas.

Portanto, como exemplo de toyotismo pode-se salientar os mais diversos tipos de Programas de Gerenciamento pela Qualidade Total, as novas formas de pagamento e de remuneração flexível, a terceirização capaz de instaurar uma “produção enxuta” e constituir

em torno da firma central (e empresa em rede), uma complexa rede de empreendimentos subcontratados; a organização da produção em grupos de trabalho (team work), as novas técnicas de manipulação gerencial que cobiçam os valores dos colaboradores, suas crenças, sua interioridade e sua personalidade, etc. (Ibid., 2007).

Apesar de o toyotismo pertencer à mesma lógica de racionalização do trabalho, o que implica considerá-lo uma continuidade com respeito ao taylorismo/fordismo, ele tenderia, nesse caso, a surgir como um controle do elemento subjetivo da produção capitalista que estaria posto no interior de uma nova subsunção real do trabalho ao capital. O que significa, deste modo, que o toyotismo seria uma descontinuidade com relação ao taylorismo/fordismo.

A linearidade e a relação mecânica entre a demanda por qualificação e as inovações tecnológicas flexíveis, que embasam o discurso ideológico burguês, dão à tônica das proposições de desenvolvimento à partir dos próprios sujeitos e das potencialidades locais.

Trata-se de mecanismos para fazer o próprio sujeito buscar alternativas de sobrevivência para fazer frente à crise e a incapacidade do sistema de produção gerar emprego. Caem por terra quando examinamos com cuidado as determinações do padrão de acumulação flexível e da formação de cidadãos empreendedores, participativos, autônomos, dotados de habilidades técnico-profissionais e comportamentais, o discurso de autonomia, liberdade e desenvolvimento autônomo e social.

A ideologia do auto empreendedorismo é a solução fictícia à crise estrutural do mercado de trabalho capitalista. Nesta ótica ideológica, cada um deverá se sentir responsável por sua saúde, por sua mobilidade, por sua adaptação aos horários variáveis, pela atualização de seus conhecimentos. A ideologia não apenas mascara as contradições sociais, mas elabora uma nova mitologia. Deste modo, surge o mito do auto empreendedor, que é o colaborador da empresa toyotista. É a ideologia extrema da abolição do regime salarial, cujo sonho toyotista é um mundo da produção constituído apenas por empresas individuais de prestação de serviços individuais (ibid., 2007).

É claro que se trata de uma nova ideologia do capital, uma operação complexa levada a cabo pelo novo regime de acumulação flexível, sob o espírito do toyotismo, que busca ocultar as contradições candentes de capitalismo em sua etapa de crise estrutural.

O sistema capitalista, produtor de mercadorias, pode ser desigual e combinado<sup>10</sup>. Caracterizado também por mudanças e por crises econômicas em seu permanente movimento dialético, essas mudanças que se estabelecem no capitalismo, advêm justamente das contradições e crises geradas pelo próprio sistema do capital que na sua expansão desenfreada para acumular riqueza materializou na reestruturação produtiva uma maneira nova de continuar se reproduzindo.

No Brasil, particularmente na década de 1990, as transformações geradas pela nova *divisão internacional do trabalho* foram de grande intensidade, já que partiram de uma dinâmica interna, característica dos países de industrialização dependente, fundada na superexploração da força de trabalho. A imposição de baixos salários, associados a ritmos de produção intensificados e jornadas de trabalho prolongadas, foi ainda acentuada pela desorganização do movimento operário e sindical, imposta pela vigência, entre 1964 e 1985, da ditadura militar (Antunes, 2008).

Portanto, esse é o contexto no qual, com a vitória do neoliberalismo no Brasil nos anos 1990, se desenvolve o processo de reestruturação produtiva. Um processo desencadeado em meio a condições de exploração particulares e articuladoras de elementos herdeiros do fordismo (ainda vigentes em vários ramos e setores produtivos) aos novos mecanismos, próprios das formas de acumulação flexível (Harvey, 2013).

A implantação de programas de qualidade total, dos sistemas *just-in-time* e *kanban*, além da introdução de ganhos salariais vinculados à lucratividade e à produtividade (de que é exemplo o programa de participação nos lucros e resultados — PLR), sob uma pragmática que se adequava fortemente aos desígnios neoliberais, possibilitou a expansão intensificada da reestruturação produtiva, tendo como consequências a flexibilização, a informalidade<sup>11</sup> e a profunda precarização das condições de trabalho e vida da classe trabalhadora brasileira.

Segundo Carlos (2012, p. 64), às necessidades que aparecem como condição de realização da reprodução advêm do fato de que determinada atividade econômica só pode se realizar em determinados lugares do espaço, assim, as particularidades dos lugares se reafirmam constantemente, referindo-se, portanto, à escala local. Assim, ganham contornos as estratégias do Estado visando à reprodução do capital e à produção de um espaço dominado.

---

<sup>10</sup> Diz respeito à Lei do desenvolvimento desigual e combinado formulada por León Trotsky a partir de suas análises acerca da dinâmica histórica das nações atrasadas.

<sup>11</sup> Se a informalidade (que ocorre quando o contrato de trabalho não obedece a legislação social protetora do trabalho) não é sinônimo direto de precariedade, sua vigência expressa formas de trabalho desprovido de direitos e, por isso, encontra clara similitude com a precarização.

Trazendo uma discussão sobre a necessidade das comunidades/lugares levantarem suas potencialidades a partir da nova proposta de reestruturação produtiva do capital, Harvey (2005a) em seu capítulo VI da obra *A Produção Capitalista do Espaço*, investiga o papel que o urbano tem desempenhado, nesse contexto de reestruturação, para as distribuições geográficas da atividade humana e no desenvolvimento desigual (político-econômico) da sociedade contemporânea. Dessa forma, o autor comenta que:

Normalmente, o novo empreendedorismo urbano se apoia na parceria público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições num território específico, enquanto seu objetivo econômico imediato (ainda que não exclusivo) (p. 174).

Harvey comenta que, em 1985, em Orleans, houve um seminário que reuniu acadêmicos e empresários de grandes cidades de sete países centrais do mundo com o intuito de analisar a postura econômica e fiscal dos governos urbanos citados, em decorrência dos problemas pelos quais esses setores vinham passando naquele momento. O seminário mostrou por unanimidade que os governos urbanos deveriam ser mais inovadores e empreendedores, precisavam encontrar melhores maneiras de explorar possibilidades para amenizar os problemas e apresentarem soluções positivas para as suas populações. Dessa forma,

Cito isso porque é sintomático da reorientação das posturas das governanças urbanas adotadas nas últimas décadas nos países capitalistas avançados. Em outras palavras, a abordagem “administrativa”, tão característica da década de 1960, deu lugar a formas de ação iniciadoras e “empreendedoras” nas décadas de 1970 e 1980. Nos anos recentes, em particular, parece haver um consenso geral emergindo em todo o mundo capitalista avançado: os benefícios positivos são obtidos pelas cidades que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico (2005a, p. 167).

Sob a alegação de que a construção desses ‘lugares’ seria uma maneira eficiente para alocação de recursos e benefícios para a suas populações, o poder público, assim, segue justificando sua política empreendedora. Porém, Harvey (2005a) chama a atenção para a realidade das aplicações dos benefícios finais, pois segundo o mesmo, tais benefícios possuem resultados finais indiretos, uma vez que, na verdade, são aplicados em projetos específicos a um determinado lugar, o que muitas vezes, deixam de lado problemas mais amplos (moradia, saúde, mercado de trabalho, etc.) que afetam a região ou até o território como um todo.

Ao citar o exemplo da cidade de Baltimore nos Estados Unidos, Harvey convida a pensar sobre como “mesmo que falte o pão, o circo prospera. O triunfo da imagem sobre a substância é total” (Ibidem, p. 186). A cidade foi capa da revista *Time* e mereceu o título de “cidade renascentista” mudando sua antiga imagem assustadora e pobre para uma impressão de cidade dinâmica e empreendedora tendo efetivada a construção de uma nova parte da cidade à margem do mar e de um ancoradouro. Mas, estudos realizados mostraram que os benefícios foram parciais e limitados e de modo geral a cidade como um todo estava tornando-se ainda mais precária que antes. Assim,

Porém, também é evidente que o fato de pôr Baltimore em evidência desse modo, dando um maior sentido de identidade à cidade, representou um êxito político, consolidando o poder da influência da parceria público-privada local que materializou o projeto. Trouxe recursos financeiros associados ao desenvolvimento para Baltimore (ainda que seja difícil dizer se trouxe mais do que tirou em virtude da assunção do risco pelo setor público). Também deu à população em geral algum sentido associado à vinculação com o lugar.

Essas reflexões são essenciais para se pensar o objeto de investigação dentro da universalidade. Num esforço de ler o particular dentro da totalidade, ver-se como a conformação de APLs (Arranjos Produtivos Locais) remete a essa estratégia política de desenvolvimento baseadas em tornar as localidades mais dinâmicas e como um novo sentido produtivo: o empreendedorismo. Como por exemplo, a partir de aglomerações de empresas que incentivam a competitividade em uma determinada região. ”É a globalização, que através do chamado desenvolvimento endógeno incentiva a ampliação de vantagens locais reforçando a competitividade entre esses lugares” (LISBOA, 2007).

O economista austríaco Joseph A. Schumpeter, no livro “Capitalismo, socialismo e democracia”, publicado em 1942 associa o empreendedor ao desenvolvimento econômico. Segundo ele, o sistema capitalista tem como característica inerente, uma força que ele denomina de processo de destruição criativa, fundamentando-se no princípio que reside no desenvolvimento de novos produtos, novos métodos de produção e novos mercados, em síntese, trata-se de destruir o velho para se criar o novo.

A proposta do empreendedor schumpeteriano, como aquele que introduz a inovação, gera desequilíbrio e provoca crescimento no sistema econômico. O teórico, em questão, destaca o papel fundamental da inovação no ato de empreender e seu impacto no crescimento econômico. Distingue entre invenções (novas ideias e conceitos) e inovações (uma nova

combinação de recursos produtivos). Segundo o mesmo, o desenvolvimento é possível quando ocorre inovação.

O SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), como o próprio nome já diz, foi criado para dar apoio aos pequenos empresários ou cidadãos comuns que querem abrir o próprio negócio. Presta assessoria e dá suporte aos brasileiros nessa tarefa de empreender no Brasil. A partir do surgimento do órgão SEBRAE o termo empreendedor se popularizou e alcançou todas as classes da população. Então,

O Sebrae é um dos órgãos mais conhecidos do pequeno empresário brasileiro, que busca junto à essa entidade todo suporte de que precisa para iniciar sua empresa, bem como consultorias para resolver pequenos problemas pontuais de seu negócio. (DORNELAS, 2001, p.38).

Existem programas e ações voltadas à capacitação do empreendedor, como por exemplo, o programa Brasil Empreendedor, do governo federal com o objetivo inicial de estimular o desenvolvimento das MPE (Micro e Pequenas Empresas) e promover a manutenção e geração de três milhões de postos de empregos e, também, elevar o nível capacitação empresarial, tendo capacitado mais de seis milhões de empreendedores.

Sob as diretrizes e práticas neoliberais, o Estado tem seu eixo de atuação reconfigurado e se faz presente de forma secundária nas atividades empreendidas e encabeçadas pelos atores locais. Com a “participação social”, os atores locais são induzidos a assumir a responsabilidade de promover o desenvolvimento econômico e social do territorial/local, para isso precisam mostrar seu lado inovador, empreendedor (APL/SEDETEC/SE, 2011).

É diante desse novo paradigma do desenvolvimento que os Arranjos Produtivos Locais tem se fortificado e assumido forma espacialmente no território brasileiro sob a ideologia da inclusão econômica e social, expectativa da geração de emprego, renda e trabalho. No estado de Sergipe, o apoio a promoção do desenvolvimento dos APLs pelo governo tem sido expressivo, nos últimos anos, como uma estratégia de dinamizar a economia local, aumentar o dinamismo empresarial e melhorar a qualidade de vida da região e dos municípios (Ibid., 2011).

Quanto às oportunidades de empreendedorismo no APL de casas de farinha em Sergipe estas, segundo o Plano de Desenvolvimento Preliminar do Arranjo Produtivo Local

da Mandioca no Agreste e Centro-Sul sergipano (2011), estão relacionadas às formas de união dos produtores em associações e cooperativas, planejadas conjuntamente. Existe a possibilidade de expansão e melhoria dos negócios à partir da readequação das casas de farinha. Os produtores que realizaram melhorias na infraestrutura e maquinários em suas casas de farinha, segundo o plano de desenvolvimento, já compartilham com os colegas o retorno dos investimentos.

A seguir, no segundo capítulo, discutiremos mais a respeito do tema empreendedorismo voltado às políticas de desenvolvimento baseadas em Arranjos Produtivos Locais.

## **CAPÍTULO 2**

### **2. O MODELO DE EMPREENDEDORISMO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLs): DE EXEMPLOS MUNDIAIS ÀS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO NO BRASIL**

A transição para o Regime de Acumulação Flexível como visto no capítulo anterior, feita em parte por meio da implantação de novas formas organizacionais e de novas tecnologias produtivas, suscitou o desenvolvimento de um novo marco teórico acerca do planejamento de desenvolvimento regional e urbano que se propõe a dar respostas adequadas às novas questões que ora se impõem. Até então, a Teoria do Desenvolvimento tinha norteado as ações públicas principalmente dentro da manipulação de grandes complexos industriais, compostos por indústrias motrizes e movidas, dentro do marco do Regime de Acumulação Fordista, influenciando significativamente as formulações de políticas de desenvolvimento e de reordenamento espacial desde meados da década de 1940 até meados da década de 1970 (COSTA, 2010).

#### **2.1 - Desenvolvimento endógeno e aglomerações: a funcionalidade escalar dos (APLs, CLUSTERS E DISTRITOS INDUSTRIAIS) na reestruturação produtiva em curso.**

Diante das transformações sistêmicas do final do Século XX e do insucesso do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, essa postura analítica passa a ser paulatinamente substituída por uma nova teoria, que procurava ser mais coerente com os “novos tempos”, tempos da globalização e neoliberalismo, de enfraquecimento do Estado-nacional, das políticas de desenvolvimento regional e de ascensão do federalismo competitivo (Ibidem).

Essa realidade passa a se materializar a partir da crise sistêmica da década de 1970, como já foi narrado anteriormente, que colocou em xeque ao mesmo tempo o paradigma fordista, forçando as empresas a modificarem sua estrutura produtiva e organizacional e o modelo centralizado de planejamento do desenvolvimento, deslanchando um processo de descentralização político-administrativa que acabou dando às cidades e às regiões, novas atribuições.

Nesta nova visão de mundo o processo de desenvolvimento acaba sendo resultante tanto do ambiente macroeconômico, determinado pelas políticas de ajuste, quanto pelo ambiente microeconômico (ainda que definido pela relação capital-mercado-Estado), construído através dos modelos de produção, gestão, organização, relacionamento empresarial e condicionado pela forma de gestão pública da localidade, pela capacidade de governança da comunidade e pelo nível de articulação público-privada (Ibidem, 2010).

Em a Condição Pós-Moderna, Harvey percebe que a acumulação flexível é capaz de explorar com grande êxito uma ampla gama de circunstâncias geográficas aparentemente contingentes, reconstruindo-as como elementos internos estruturados de sua própria lógica. Resulta daí uma cadeia coerente que passa a dar aos agentes locais de uma dada comunidade a impressão de que o desenvolvimento de sua localidade é um atributo inerentemente de competência local. Se os capitalistas se tornam cada vez mais sensíveis às diferenças qualitativas dos espaços locais, os agentes locais podem de alguma forma tornar o seu local mais atrativo ao capital.

Assim, as qualidades locais passam a ser cada vez mais destacadas e trabalhadas, tornando isto um trunfo na competição entre lugares, o que tem gerado, conforme o autor, um efeito contraditório e ao mesmo tempo irônico de crescente padronização dos espaços no mundo a partir do momento em que cada localidade busca tornar-se única. É com base nesta constatação que Harvey aponta o que ele chama de paradoxo central: “quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneira atrativa ao capital” (Harvey, 2005 b, p. 267).

Não só o Brasil, mas muitos foram os países que passaram a formular e implementar políticas de desenvolvimento focadas no apoio a aglomerações<sup>12</sup> também a partir dos anos noventa. As justificativas para a popularização desta diretriz, sugerida por organismos como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) e o Banco Mundial, são diversas. Duas podem ser destacadas:

O fato do processo competitivo atual implicar em uma revalorização do local, enquanto espaço privilegiado para o surgimento de inovações; e o fim do estado intervencionista keynesiano, implicando em um movimento em direção à descentralização de responsabilidades do estado no sentido da região e das localidades (DINIZ, SANTOS e CROCCO, 2006, p. 112)

---

<sup>12</sup> As denominações “aglomerações ou aglomerados” estão sendo empregadas ao longo do texto nos sentidos genéricos dos termos, dado que há vários outros conceitos adotados na literatura pesquisada, como APLs, distritos industriais, sistemas produtivos locais, clusters e outros.

O fenômeno das atividades produtivas aglomeradas de pequenas e médias empresas não é um acontecimento recente. A gênese da análise dos APLs – expressa nas externalidades aglomerativas – aparece já na última década do Século XIX em capítulos destinados ao estudo da organização industrial na obra *Princípios de Economia* de Alfred Marshall, quando o autor destaca Lancashire e Sheffield na Inglaterra por possuírem uma forma de organização da produção em forma de distritos industriais compostos por pequenas empresas. É em função disto que os distritos industriais da Terceira Itália são por diversos autores hoje em dia chamados de Distritos Industriais Marshallianos, justamente porque apresentam uma série de características que Marshall havia narrado há mais de um século para aquelas localidades (COSTA, 2010).

Segundo Marshall, já na sua época, o fenômeno da especialização produtiva espacial, expresso no que ele chamou de Distritos Industriais Britânicos, não se constituía num acontecimento recente. Podia surgir em consequência das condições físicas, da ação dos governos e de fatores sociais, aproveitando heranças técnicas, produtivas e culturais dos antepassados. Nas aglomerações em que se deteve o autor identificou os fenômenos da diferenciação e da integração<sup>3</sup>, aparentemente opostos, porém não dicotômicos, que se coadjuvavam para resultar no aumento da eficiência produtiva das empresas aglomeradas espacialmente (p. 38).

Segundo o professor Jair do Amaral Filho (2001), doutor em economia e membro da REDESIST<sup>13</sup>, o exemplo mais conhecido e constantemente referenciado como modelo de sucesso no exemplo de organização espacial de atividades é a Terceira Itália. Esta forma de trabalho, segundo este, tem sido destaque na região italiana da Emília Romagna (organizações associativas de pequenas e médias empresas).

Nessa região as transformações ocorreram em função de uma reorganização administrativa ocorrida em 1970, na qual o governo estabeleceu um programa de desenvolvimento baseado no grande número de empresas de pequeno porte da região. No início de 1976, o governo patrocinou diversos programas visando estimular a cooperação por meio da participação das empresas em feiras, programas de aquisição de equipamentos e até mesmo incentivos para a construção de fábricas. Tais benefícios estavam geralmente disponíveis para as pequenas empresas que quisessem ou estivessem atuando em conjunto.

---

<sup>13</sup> Uma rede de pesquisa interdisciplinar, formalizada desde 1997, sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e que conta com a participação de várias universidades e institutos de pesquisa no Brasil, além de manter parcerias com outras instituições da América Latina, África, Europa e Ásia. Responsáveis por inúmeras pesquisas, cursos de pós-graduação e especialização, interação, articulação e debate permanente, envolvendo instituições e especialistas do Brasil, MERCOSUL, América Latina e outras partes do mundo.

Nesta mesma região, ressalta-se que o governo local contribuiu provendo serviços sociais e de negócios (Ibidem).

Para o autor o que ocorreu foi uma passagem de um modelo de desenvolvimento com base na concentração produtiva em nível territorial para um modelo de relativa difusão do desenvolvimento. Passaram a ser valorizadas as identidades regionais e as vocações das regiões (cultura, formação profissional etc.). Sendo assim, o processo de descentralização focou em flexibilidade produtiva, valorizando as potencialidades disponíveis nas regiões (Ibidem).

Na França, ao longo dos anos 1990, as aglomerações produtivas foram foco das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do território. A partir de 1998, são implementadas medidas de apoio ao fortalecimento dos *systemes productifs locaux* (SPLs); Seguindo tal concepção, a Delegação Interministerial para o Desenvolvimento de Territórios e Atratividade Regional (Datar) define os SPLs como sistemas produtivos que associam empresas, governo, instituições, autoridades locais e centros de pesquisa (Ibidem)

A política, em primeiro lugar, visava sensibilizar e mobilizar as empresas, na sequência, buscou incentivar a formação e a inovação nos SPLs. Partiu-se do lançamento de um edital para selecionar projetos nas zonas caracterizadas por uma produção especializada, a fim de fortalecer os laços entre empresas e seus gestores públicos, para ajudar a superar o comportamento tradicionalmente individualista dos empresários e estimular a abordagem coletiva do mercado combinando projetos que conduzem ao desenvolvimento. Um total de 96 foram escolhidos e os setores beneficiados incluíam couro, têxteis, sapatos, indústria eletrônica, naval, aeroespacial e ferroviária, produtos químicos e plásticos, entre outros (AMARAL FILHO, 2001).

De acordo com o Ministério de Indústria, Turismo e Comércio (MITYC) espanhol, as primeiras políticas desse país voltadas aos aglomerados produtivos locais iniciaram-se em 1990, sendo das comunidades autônomas a responsabilidade pela iniciativa. Nesse sentido, destacam-se as ações do país Basco, da Catalunha e da Galícia, que promoveram iniciativas específicas em uma série de setores considerados estratégicos.

No país Basco, mais especificamente, os primeiros objetivos dessas políticas eram superar e reestruturar a economia. No entanto, no final da década de 1990, já se pode observar uma atuação mais ambiciosa, focada na competitividade de médio e longo prazo. Nos anos subsequentes, pode-se analisar outras iniciativas, como nas Ilhas de Baleares e na

Comunidade de Madri. Nas Ilhas Baleares as ações estiveram voltadas à promoção do turismo, constituindo, assim, *o cluster* de inovação tecnológica e turismo. Já na Comunidade de Madri, as políticas direcionadas aos aglomerados foram iniciadas em 2006, sendo que hoje já se pode verificar o desenvolvimento de doze iniciativas em setores estratégicos da economia de Madri (Ibidem).

Essas políticas são efetivadas por meio do MITYC, que possui um programa denominado Apoio à Pequena e Média Empresa. Portanto, as iniciativas desse programa perpassam as seguintes linhas de atuação: fomento à iniciativa empreendedora e à criação de empresas; melhora do acesso a financiamentos para empreendedores e pequenas e médias empresas; fomento ao crescimento e à competitividade; e cooperação institucional com as comunidades autônomas, órgãos e agentes relacionados com o apoio às pequenas e médias empresas. O governo espanhol reconheceu a existência de 237 distritos industriais em um universo de 806 sistemas locais de trabalho. E acrescenta Amaral Filho (2001),

Embora não totalmente coincidente, já que a Itália pode ser considerada pioneira na formulação de estratégias voltadas aos distritos, todos os países analisados formalizaram tais políticas específicas a aglomerações produtivas nos anos 1990 e início de 2000. A Itália preocupou-se, inicialmente, em reforçar e dinamizar os distritos industriais existentes, já a França, além de buscar consolidar os sistemas produtivos locais existentes, estimula o surgimento de novos sistemas. Também na Espanha os apoios fornecidos aos aglomerados compreendem ações que objetivam criar e fortalecer os agrupamentos produtivos. No Brasil, a ideia predominante é dinamizar os APLs existentes, criando mecanismos que auxiliem a evolução dos arranjos em direção a sistemas (p. 276)]

A literatura emprega diversos conceitos – distritos industriais, clusters, sistemas locais de produção, arranjos produtivos locais, entre outros – que guardam diferenças entre si, mas têm como elo comum o entendimento de que as aglomerações, em sentido amplo, facilitam e contribuem para a dinâmica econômica e inovativa de um espaço territorial específico, ou seja, essas diversas denominações têm em comum a ênfase na importância dos aspectos locais para o desenvolvimento e a competitividade das empresas (CASSIOLATO e SZAPIRO, 2003).

A ideia de aglomerações torna-se explicitamente associada ao conceito de competitividade, principalmente a partir do início dos anos 1990, o que parcialmente explica seu forte apelo para os formuladores de políticas. Dessa maneira, distritos industriais, clusters, arranjos produtivos tornam-se tanto unidade de análise como objeto de ação de políticas industriais. Muitas organizações (centros de pesquisas, organismos governamentais e

consultorias) realizam estudos sobre aglomerações em que a especialização e competitividade econômicas são reinterpretadas dentro de uma perspectiva de interações. A ênfase nesta dimensão foi reforçada com o sucesso observado na aglomeração espacial de firmas tanto em áreas hi-tech (Vale do Silício), como em setores tradicionais (Terceira Itália) (Ibidem).

O próprio conceito de aglomeração tornou-se mais articulado. Um importante passo nesta direção foi a ligação da ideia de aglomeração com a de “redes”, especialmente no contexto de cadeias de fornecimento e ao redor de empresas “âncora”. Calcada na experiência japonesa e da Terceira Itália, a cooperação entre agentes ao longo da cadeia produtiva passa a ser cada vez mais destacada como elemento fundamental na competitividade. Todavia, apesar desta ênfase na cooperação a concepção de *cluster* possui um peso muito maior na questão da rivalidade (concorrência) entre empresas como estimulador da competitividade (ibidem, 2003).

Note-se também que, enquanto a maior parte desta literatura é relativa às experiências de países desenvolvidos, as ideias sobre a importância do aglomerado de empresas na competitividade têm sido crescentemente estendidas aos países em desenvolvimento. Em tais países tem-se utilizado uma definição simples (e operacional) de *clusters* como sendo apenas uma concentração setorial e espacial de firmas com ênfase em uma visão de empresas como entidades conectadas nos fatores locais para a competição nos mercados globais. Apesar de a especialidade e a cooperação serem explicitadas em tal abordagem, esta utiliza uma visão simplificada de “mudança tecnológica”, entendida como apenas o resultado de aquisição e uso de equipamentos (bens de capital); a “difusão” de tecnologia é colocada como o principal processo a contribuir para a mudança tecnológica dentro do aglomerado, e é limitado o interesse pela dinâmica de criação e acumulação de capacitações internas ao aglomerado para gerar inovações ou pelos fatores que possam influenciar se e como tais capacitações são acumuladas (ibidem, 2003).

A capacidade de gerar inovações tem sido identificada consensualmente como fator chave do sucesso de empresas e nações. Tal capacidade é obtida através de intensa interdependência entre os diversos atores, produtores e usuários de bens, serviços e tecnologias, sendo facilitada pela especialização em ambientes socioeconômicos comuns.

As interações tecnológicas em torno de diferentes modos de aprendizado culturalmente delimitados criam diferentes complexos ou *clusters* de capacitações tecnológicas que, no seu conjunto, definem as diferenças específicas entre países e regiões. Assim, é exatamente a partir da perspectiva da importância central do processo de inovação

na competitividade que, a Rede de Pesquisa em Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST)<sup>14</sup> define arranjos e sistemas produtivos locais e propõe uma caracterização específica voltada ao entendimento de tais sistemas em países como o Brasil (CASSIOLATO e LASTRES, 2003).

Assim, o território se conforma como uma estratégia de política econômica para o crescimento e fortalecimento dos sistemas produtivos locais. “O território aparece como o local apropriado para a inovação tecnológica e organizativa e o fortalecimento do tecido produtivo empresarial local” (LISBOA, 2007, p. 141).

A autora chama atenção para essa lógica de produção de territórios pelo capital, à medida que desenvolve práticas espaciais visando sua conquista/apropriação e uso, ou seja, estabelece sua territorialidade quando vai definindo relações sociais e de produção no lugar. Esta ideia de dominação/apropriação, pelo poder do capital, se estabelece no momento que, ao abrir novos espaços para a sua acumulação/reprodução, o capital os torna territórios de uso e exploração em função dos seus fins.

A discussão da política de desenvolvimento endógeno ou local está vinculada a ações que visam a geração de emprego, renda e trabalho, elevação da competitividade e das atividades econômicas, fomento as potencialidades locais, fortalecimento do capital social, promoção da sustentabilidade, etc. Esta vertente do desenvolvimento não se circunscreve somente à dimensão econômica. Seu eixo de atuação repercute na dimensão social, cultural e ambiental, dando-lhe caráter de totalidade ao entendimento da sociabilidade que se forma nessa articulação do desenvolvimento (BARQUERO, 2001).

O debate sobre a temática territorial nos espaços acadêmicos renasce no cerne das propostas do desenvolvimento local com uma nova conotação. O território passa a ser encarado como que o grande regulador de relações, capaz de transformar e de receber as ações e projetos sociais, sendo então reificado sob o mantra do desenvolvimento, com a função de se autoadministrar e organizar produtivamente. Acompanhada da ideia de que cada território possui suas particularidades vantajosas, caberia à ação pública descobrir ou potencializar as vocações locais para promover o desenvolvimento local. A intenção da endogenização é arquitetar estratégia para resgatar os territórios que estão à margem do mercado, e assim capacitá-los para receber investimentos expressivos.

---

<sup>14</sup> A RedeSist tem sua coordenação-geral sediada no Instituto de Economia da UFRJ, sob a responsabilidade dos Professores José Eduardo Cassiolato e Helena Lastres. Consultar: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br>>.

A comunidade local é “convidada” a participar do conjunto de decisões que determinarão o caminho para o crescimento econômico local, ou seja, planejando e desenvolvendo projetos para gerir as próprias necessidades em face de atingir o pretendido desenvolvimento do território. Nessa manifestação, os atores locais são motivados a se (re)criarem, descobrirem as vantagens e construir um ambiente favorável às mudanças (LISBOA, 2007). Para tanto, é preciso se mobilizar e apresentar seu poder empreendedor, a fim de que seja capturado e “valorizado” pelos interesses capitalistas, convertendo-se em lucros para o capital em processo de acumulação.

O desenvolvimento local sob o signo da ideologia das oportunidades, da inclusão social, do protagonismo local e do controle social, torna subjaz a comunidade à lógica desigual, excludente e contraditória do capital e atua no sentido de perenizar as diferenças sociais e as hierarquias de poder. Assim, como forma de assegurar o controle e a reprodução em todos os espaços, o capital vai se fixando em escalas menores do desenvolvimento, inscrevendo sua lógica destrutiva e exploratória. Cria-se uma nova sociabilidade ordenativa com ênfase na escala local, conquanto sob a velha estrutura reprodutiva e acumulativa do capital. A esse respeito Silva (2016) comenta:

Ao se apresentar como saída plausível para os problemas e mazelas que permeiam a sociedade, a política do desenvolvimento no âmbito local obstina incorporar novos/velhos territórios enfraquecidos e/ou desaparecidos economicamente do mercado local e nacional à rota do circuito do capital. A intencionalidade concreta desse projeto do desenvolvimento, fundamenta-se na ambiciosa tentativa de apaziguar e/ou superar as históricas disparidades socioeconômicas, com base no fetiche da participação e autonomia dos atores locais na gestão local do território, no caráter inovador/empreendedor e na possibilidade de melhorias de vida. No entanto, o máximo que consegue é suavizar a problemática, sendo que a noção de desenvolvimento uniforme, de distribuição equilibrada, com a supressão das desigualdades socioeconômicas nunca será uma materialização no sistema sociometabólico do capital (pp. 119 e 120).

A realização de pesquisa na área de estudo escolhida para essa análise nos permitiu observar expressões dessas desigualdades socioeconômicas. Elas são visíveis pela própria conformação das fábricas ou casas de farinha. Algumas delas são dotadas de maquinário moderno, outras mais rústicas expõem a dificuldade dos seus proprietários produzirem em maior quantidade a farinha. As fotos a seguir (01 e 02) apresentam claramente essas desigualdades socioeconômicas, a partir da produção do território pelo capital nos APLs da mandiocultura em Sergipe.

**Foto 01**

**Casa de farinha menos capitalizada e com prensa elétrica mais antiga. Povoado Brasília, Lagarto/SE.**

**Fonte: Trabalho de campo/a autora, junho 2019.**

**Foto 02**

**Casa de farinha mais modernizada e com prensa bastante atual e que requer menos trabalho humano em seu manuseio. Povoado Brasília – Lagarto/SE.**

**Fonte: Trabalho de campo/a autora, junho 2019.**

As imagens mostram as diferenças entre as casas de farinha no território de conformação do APL de mandioca no Centro-Sul Sergipano, mais especificamente no povoado Brasília em Lagarto, município maior produtor de mandioca (33.045 t) e de farinha de mandioca (4.816 t) segundo o Censo Agropecuário 2017.

Observa-se também não somente no município de Lagarto (Centro Sul Sergipano), como também no de Campo do Brito (Agreste Central Sergipano) e segundo maior produtor de farinha do estado com 3.464 t para o ano de 2017 (IBGE, 2017), locais onde foram realizados a maior parte dos trabalhos de campo, que as casas de farinha encontram-se em níveis de investimentos bem diferenciados. A imagem número 01, por exemplo, mostra uma casa de farinha com piso de cimento simples, sem forro no teto e sem pintura ou revestimentos nas paredes, incluindo o vestuário comum e falta de acessórios como uma bota, luvas ou máscaras que denotem uma higiene mais adequada ao manejo da fabricação de farinha, o contrário do que observamos em relação a esses mesmos itens na imagem 02.

Através das imagens embora estejam instituídas em área de APL, nota-se que as fábricas de farinha, nas suas diferenças, denotam que as condições de renda e acumulação são também distintas (Fotos 03 e 04).

**Foto 03**



**Casa de Farinha 01 no Povoado Boa Vista do Urubu Lagarto – SE**

**Fonte: Trabalho de campo/a autora, junho 2019.**

**Foto 04**



**Casa de Farinha 02 no Povoado Boa Vista do Urubu Lagarto – SE**

**Fonte: Trabalho de campo/a autora, junho 2019.**

O próximo item trará uma análise mais criteriosa acerca dessa política de implantação de Arranjos Produtivos Locais no Brasil e suas consequências para a sociedade.

## **2.2 - O Brasil e a política de Arranjos Produtivos Locais**

Para os pesquisadores da RedeSist, os Sistemas Produtivos e Inovativos Locais são definidos como “(...) conjuntos de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos expressivos de produção, interação, cooperação e aprendizagem”. Portanto,

Geralmente incluem empresas – produtoras de bens e serviços finais, fornecedoras de equipamentos e outros insumos, prestadoras de serviços, comercializadoras, clientes, etc., cooperativas, associações e representações - e demais organizações voltadas à formação e treinamento de recursos

humanos, informação, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, promoção e financiamento (RedeSist, 2005, p. 1).

Os Arranjos Produtivos Locais não são considerados Sistemas, em razão da articulação entre os agentes ser ainda ausente ou incipiente. Tal conceito foi inspirado na abordagem neoschumpeteriana de sistemas de inovação, segundo a qual os processos de inovação que ocorrem em nível da firma são resultados das relações estabelecidas por ela com outras empresas e organizações (instituições de pesquisa, governo, setor financeiro, entre outras). Assim, tais sistemas são entendidos como um conjunto de diferentes instituições que influenciam a capacidade inovativa e de aprendizado de países, regiões e localidades (CASSIOLATO e LASTRES, 2003). Ou seja, os citados autores, propõem caracterizar Arranjos e Sistemas Produtivos Locais por meio de sistemas de inovação, em suas dimensões supranacional, nacional e subnacional. Um sistema de inovação pode ser definido como um conjunto de instituições distintas que conjuntamente e individualmente contribuem para o desenvolvimento e difusão de tecnologias. Este enfoque visa entender a dinâmica de funcionamento dos agentes produtivos a partir da ideia de competitividades fundada na capacidade inovativa das empresas e instituições locais, individual e coletivamente. Ele está baseado em conceitos que enfatizam significativamente os aspectos regionais e locais: aprendizado, interações, competências, complementaridades, seleção, governança, etc.

Segundo a Redesist, os APLs (Arranjos Produtivos Locais) são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – estas apresentam vínculos, mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – estas podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedores de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (Ibidem, 2003).

Os sistemas produtivos e inovativos locais são aqueles arranjos produtivos em que interdependência, articulação e vínculo consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade de inovação endógena, da competitividade e do desenvolvimento local. Assim, considera-se que a dimensão institucional e regional constitui elemento crucial do processo de capacitação produtiva e inovativa. Diferentes contextos, sistemas cognitivos e regulatórios e formas de articulação e de aprendizado interativo entre agentes são reconhecidos como fundamentais na geração e

difusão de conhecimentos e particularmente os que são tácitos. Tais sistemas e formas de articulação podem ser tanto formais como informais (Ibidem, 2003).

Dessa forma, argumento básico do enfoque conceitual e analítico adotado pela RedeSist é que onde houver produção de qualquer bem ou serviço haverá sempre um arranjo em seu torno, envolvendo atividades e atores relacionados à sua comercialização, assim como à aquisição de matérias-primas, máquinas e demais insumos, as exceções são muito raras e tais arranjos variarão desde aqueles mais rudimentares àqueles mais complexos e articulados (Ibidem).

No Brasil, a utilização da abordagem de APLs iniciou-se a partir do final da década de 1990, tendo o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) como precursor. Esse ministério patrocinou pesquisas e estudos empíricos sobre aglomerados, por meio de recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e de bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Foi também nesse período inicial que foi incluída uma ação sobre APLs no Plano Plurianual (PPA) 2000- 2003, de responsabilidade do MCT (Brasil, 2003).

Merece destaque, no âmbito desse ministério, o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para Apoio à Inovação – fundo setorial específico mais conhecido como Fundo Verde e Amarelo (FVA). Criado por meio da Lei no 10.168, de 29 de dezembro de 2000, a implementação do fundo foi ao encontro das ações coordenadas pelo MCT relativas ao apoio à micro, pequenas e médias empresas localizadas em APLs, parques tecnológicos, incubadoras entre outros (Ibidem).

O Ministério da Integração Nacional (MI) – por meio da Secretaria de Programas Regionais – também estabeleceu uma atuação voltada a APLs, a partir de 2003. A atuação do ministério parte da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), apostando na estruturação de APLs como uma estratégia central para o desenvolvimento regional. Para desenvolver as sub-regiões brasileiras prioritárias, o ministério atua por meio do Programa de Desenvolvimento Regional. Tais programas visam, de forma geral,

(...) mobilizar e a articular a sociedade local em torno de projetos econômicos, com o intuito de criar ou de fortalecer os Arranjos Produtivos Locais para que estes ampliem as oportunidades de trabalho e de geração de renda nas comunidades e logo melhorem as condições de vida de seu povo e forneçam novos horizontes para o desenvolvimento nas sub-regiões prioritárias para o desenvolvimento regional (Brasil, 2003, p. 13).

Valendo-se do conceito de APL, definido pela RedeSist, a estratégia de implementação dos programas do MI, enfocam o apoio aos APLs localizados em áreas prioritárias da PNDR ou em sub-regiões prioritárias para o desenvolvimento regional. São consideradas áreas prioritárias da PNDR aquelas caracterizadas por “baixa renda”, “estagnada” ou “dinâmica”.

A seleção dos APLs a serem apoiados pelo MI ocorre por meio de: i) editais (nos espaços prioritários da PNDR), em que constam os critérios para seleção e que podem variar conforme a área e/ou sub-região prioritária; ou ii) projetos conjuntos pactuados com instituições dos governos federal e estaduais e organizações regionais, “(...) atendendo a territórios com características compatíveis com a PNDR” (Brasil, 2003, p. 16).

A partir de 2012, o MI lança a chamada Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR II)<sup>15</sup>. Entendendo a PNDR como um primeiro esforço de uma política nacional de desenvolvimento regional no país e, ao mesmo tempo, reconhecendo seus limites, particularmente quanto ao alcance de suas ações e aos recursos disponíveis, o MI propõe a nova PNDR. Os princípios balizadores seguem dentro da lógica anterior, bem como a tipologia empregada; no entanto, pretende ser de fato, uma política sistêmica, o que supõe uma abordagem em múltiplas escalas, capaz de articular iniciativas territoriais e regionais (Brasil, 2012).

Particularmente quanto aos APLs, e para contribuir com a concretização dos objetivos da PNDR II, é proposto o projeto Rotas de integração nacional (Rotas), cuja meta maior seria promover a inclusão produtiva e a integração econômica das regiões menos desenvolvidas do país. As Rotas, conforme Portaria MI número 162 de 24 de abril de 2014, são redes de APLs setorialmente e territorialmente interligados, visando aproveitar sinergias coletivas e a ação convergente das diversas agências de fomento presentes no território nacional, contribuindo assim para o desenvolvimento regional.

O conceito de APL aqui adotado é o mesmo do da RedeSist. Tal projeto está ainda em fase inicial, na etapa de prospecção de segmentos da atividade produtiva para a estruturação das Rotas e posterior definição das redes a serem priorizadas (Brasil, 2012).

O MCT (Ministério de Ciências e Tecnologia) vem atuando nessa temática por meio da Finep (Empresa Brasileira de Inovação e Pesquisa), principalmente, por meio de editais e

---

<sup>15</sup> Para um balanço da PNDR I (2003-2010), seus avanços e limites, bem como para um resumo da proposta da nova PNDR, veja o documento fruto da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (Brasil, 2012).

chamadas públicas para apresentação de projetos. Objetiva-se apoiar propostas que promovam a interação de instituições de pesquisa e pesquisadores com as empresas integrantes do APL, tanto para solucionar gargalos tecnológicos quanto para desenvolver e consolidar os arranjos. Entre outros organismos executores de política, no âmbito de investimento e financiamento, vale citar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil, o Bradesco e a Caixa Econômica Federal. Os bancos oferecem linhas de crédito a partir de recursos próprios ou via recursos repassados por ações do setor público que visam, em teoria, facilitar o acesso ao crédito mais barato (Lastres et al., 2014).

Nessa perspectiva toda a dinâmica estabelecida pelo APL se submete aos ditames do mercado, enquanto processo totalizante no sistema do capital. Assim, o Arranjo Produtivo Local se sustenta a partir de seu desempenho no mercado e de seu alinhamento ao reordenamento do Estado, deveras que a inserção cada vez maior ao mercado significa estar sob seus mandos e caprichos, consubstanciado pelo processo de acumulação do capital.

Sob as diretrizes e práticas neoliberais, o Estado tem seu eixo de atuação reconfigurado e se faz presente de forma secundária nas atividades empreendidas e encabeçadas pelos atores locais. Com a “participação social”, os atores locais são induzidos a assumir a responsabilidade de promover o desenvolvimento econômico e social do territorial/local, para isso precisam mostrar seu lado inovador, empreendedor.

Segundo Harvey (2012), o papel do Estado neoliberal é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada às práticas do neoliberalismo:

O Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da política e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados(...). As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado(preços) e porque poderosos grupos de interesses vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício (p.12).

O Estado, então, atua no sentido de viabilizar o ciclo reprodutivo do capitalismo, e neste contexto de financeirização/mundialização do capital sob os preceitos neoliberais desenvolve políticas públicas camufladas, com o protagonismo dos atores locais que são

induzidos a assumir a responsabilidade de promover o desenvolvimento econômico e social do territorial/local, para isso precisam mostrar seu lado inovador, empreendedor. Os Arranjos Produtivos Locais são desenvolvidos no sentido de fortalecer a sobrevivência dos micros e pequenos empreendimentos, neste cenário competitivo, gerando desenvolvimento econômico e social local.

Dessa forma, percebe-se a presença marcante do sistema financeiro aliado às políticas voltadas ao desenvolvimento local, através principalmente, de linhas de crédito muitas vezes excludentes e que visam apenas à lucratividade do próprio capital financeiro.

Cabe um destaque ao BNDES que ganha importância no contexto das ações de políticas voltadas para APLs no país a partir de 2007. Nesse ano, instituíram-se a Secretaria de Arranjos Produtivos e Inovativos e Desenvolvimento Local, ligada diretamente à presidência do banco, e o Comitê de Arranjos Produtivos, Inovação, Desenvolvimento Local, Regional e Socioambiental, composto pelos superintendentes das áreas operacionais (Lastres et al., 2014). O BNDES financiou a pesquisa, ‘Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Brasil’, cuja síntese está publicada em Campos et al. (2010) e Apolinário e Silva (2010).

Como estratégia de ação do BNDES, dois vetores para o desenvolvimento integrado de regiões e de seus territórios foram definidos: o entorno dos grandes projetos em implantação e as regiões tradicionalmente menos atendidas pelo banco. No primeiro caso, visa-se diminuir os impactos negativos comumente gerados por vultosos investimentos (a exemplo das obras do PAC), por meio do estímulo ao adensamento de cadeias de fornecedores e de APLs, agregação de valor aos bens e serviços produzidos localmente e comprometimento das empresas com o desenvolvimento integrado local.

Para desenvolver o segundo vetor, reforçou parcerias com o governo federal e com governos estaduais. Nessa direção, em 2009, criou a linha BNDES estados e estabeleceu uma parceria específica para o apoio a APLs em regiões de baixa renda, utilizando recursos não reembolsáveis do fundo social (Lastres et al., 2014, p. 21-23).

Ainda seguindo o mesmo raciocínio, vale ressaltar o papel do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e seu apoio a APLs no Brasil. O Sebrae, em nível nacional, passou por um redirecionamento estratégico no ano de 1999. A partir de tal

direcionamento, passou a privilegiar o território, em vez de o setor de atividade, e o coletivo<sup>16</sup> em detrimento da empresa individual. As ações de apoio às micro e pequenas empresas,

(...) foram gradativamente incorporando dimensões e variáveis externas ao ambiente interno dos negócios, passando a considerar também as questões estruturais, o entorno ou ambiente institucional, político e infraestrutural, bem como a relação dos pequenos negócios entre si e com os demais elos de uma cadeia produtiva de setores prioritários (Sebrae, 2003, p. 8).

Com o objetivo de promover a competitividade e a sustentabilidade dos micro e pequenos negócios, o Sebrae estabeleceu, então, a atuação em APLs como uma de suas prioridades. Assim, desde 2002, a atuação do mesmo em âmbito nacional, passou de uma abordagem de solução individual a seus clientes para o progressivo atendimento de necessidades e oportunidades de forma coletiva, respeitando as diferenças regionais.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é uma entidade privada sem fins lucrativos criada em 1972 e, atualmente, tem como a missão promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo, para fortalecer a economia nacional (CARDOSO, 2014).

A instituição atua também com foco no fortalecimento do empreendedorismo e na aceleração do processo de formalização da economia por meio de parcerias com os setores público e privado, programas de capacitação, acesso a serviços financeiros e à inovação, estímulo ao associativismo, feiras e rodadas de negócios (Ibidem).

Na década de 90, o Sebrae desenvolveu várias atividades junto a aglomerações empresariais, sempre com foco nas MPE. Com a consolidação do conceito de APL no início dos anos 2000 o Sebrae se organizou, definiu políticas e elaborou metodologia para sua atuação em APL.

A partir daí, entre as atividades realizadas para tornar a instituição capacitada para atuar em APLs, pode-se mencionar a definição do conceito de Arranjos Produtivos na ótica do Sebrae, bem como a construção do *Termo de Referência para Atuação do Sistema Sebrae em arranjos produtivos*, Conforme este documento, APLs são:

São aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais,

---

<sup>16</sup> Entre as formas coletivas de abordagem do Sebrae destacam-se: grupos de empresas e de empreendedores; associações, cooperativas e consórcios; núcleos setoriais; redes de horizontais; encadeamentos empresariais; arranjos produtivos locais; e redes de APL.

tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (Sebrae, 2003, p. 12).

Para identificar arranjos produtivos, o Sebrae considerou: i) levantamento e análise de trabalhos, pesquisas e projetos setoriais, realizados por entidades de classe, institutos de pesquisa e universidades; ii) mapeamento com base em dados secundários da Rais (Ministério do Trabalho), PIA (IBGE) e outros, e aglomerações, com ou sem a utilização de georreferenciamento; iii) análise de concentração regional x setorial; e iv) projetos em desenvolvimento ou desenvolvidos pelo Sebrae e parceiros (Sebrae, 2003, p. 23).

Para selecionar os APLs a serem apoiados pelo Sebrae, os critérios abaixo poderão definir o grau de prioridade em função da importância, tendência e urgência: i) contrapartida local; ii) participação de cada arranjo no PIB, na geração de emprego, nas exportações e competição com importações; iii) capacidade da especialização produtiva do arranjo em contribuir para as prioridades estabelecidas pelo plano de trabalho do Sistema Sebrae, bem como do governo nacional e estaduais; iv) relações do tipo: PIB setor/região; MPE setor/região; número de empregados setor/região; porcentagem de participação no PIB estadual; v) análise de cenários e tendências da economia; vi) número de parceiros (inclusive potenciais); vii) dinamicidade e organização institucional, capacidade de resposta (Sebrae, 2003, p. 23).

A partir de 2007, o Sebrae começou a atuar fortemente por projetos, independente da configuração local (seja de APL seja de polo). Isto não quer dizer que negue a existência de APLs, mas que sua ação ocorre sem a preocupação de definir se os espaços locais são ou não APLs. Sua contribuição se dá por meio da atuação por projetos específicos, o que não impede que esses impactem positivamente nos arranjos. O Sistema de Informação da Gestão Estratégica Orientada para Resultados (Sigeor) dá visibilidade às ações e materializa tal abordagem por projetos.

Segundo Amaral Filho (2002) membro da Redesist, pode-se afirmar que não existe uma fórmula específica para criação ou desenvolvimento de APLs, pois há aspectos característicos para cada tipo de arranjo que variam de acordo com a região na qual os agentes destes arranjos estão envolvidos, ou seja, as diferenças estão inerentes a dinâmicas internas de cada um deles; entretanto, é pertinente dizer da existência de traços comuns entre eles.

Para a Redesist, os arranjos produtivos locais são caracterizados a partir dos seguintes elementos:

- *Da dimensão territorial*: como foco de análise e de ação política, definindo espaços onde processos produtivos, cooperativos e inovativos têm lugar, tais como: município ou área de município, conjunto de municípios, região, microrregião, conjunto de microrregiões e outros;
- *Da diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais*: os arranjos geralmente envolvem a participação e a interação não apenas de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de serviços, comercializadoras, clientes e outros - e suas variadas formas de representação e associação, como também de várias outras instituições públicas e privadas, voltadas para capacitação de pessoas, pesquisas, desenvolvimento e engenharia, políticas, promoção e financiamento;
- *Do conhecimento tácito*: nos arranjos produtivos locais, verificam-se processos de geração, compartilhamento e socialização de conhecimento, por parte de empresas, instituições e indivíduos. O conhecimento tácito apresenta forte especificidade local, decorrendo da proximidade cultural e/ou de identidades culturais, sociais e empresariais;
- *Da inovação e aprendizagem interativas*: o processo de aprendizado interativo é a fonte fundamental para a transmissão de conhecimentos e a ampliação da capacitação produtiva e inovativa das firmas e instituições. A capacitação inovativa possibilita a introdução de novos produtos, processos e formatos organizacionais, sendo essencial para garantir a competitividade dos diferentes atores locais, tanto individuais como coletivamente.
- *Da governança*: neste caso específico, governança refere-se aos diferentes modos de coordenação entre os agentes e atividades que envolvem da produção à distribuição de bens e serviços, assim como a geração, disseminação e uso de conhecimentos e de inovações<sup>17</sup>.

Amaral Filho (2002), afirma também que em todos os casos exitosos de organização coletiva de MPME (Micro, Pequena e Médias empresas) verificou-se a presença de quatro elementos estruturantes comuns que se apresentaram também de maneira articulada. Estes elementos, de acordo com o mesmo autor, referem-se ao capital social, estratégias coletivas de organização da produção, estratégias coletivas de mercado e articulação político-institucional.

A forma assumida pela descentralização político-administrativa do Estado caracteriza esse novo contexto ao permitir com que a governança local participe de projetos que encoraje o desenvolvimento econômico e social interno. Neste contexto o local passa a

---

<sup>17</sup> REDESIST – REDE DE PESQUISAS EM SISTEMAS E ARRANJOS PRODUTIVOS E INOVATIVOS LOCAIS. Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais. Rio de Janeiro: UFRJ, jun. 2005. Disponível em: <[www.redesist.ie.ufrj.br](http://www.redesist.ie.ufrj.br)>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

ser a nova escala de concentração de capitais; a saída para o capital remediar sua crise estrutural.

A escala local, enquanto mecanismo para o desenvolvimento ascende como um receptáculo favorável à inovação, propício a receber os projetos das políticas de desenvolvimento. Essa “micro” escala se sedimenta na nova morfologia do capitalismo contemporâneo, por se tratar de um “espaço” menor que tende a favorecer o domínio e controle mais eficaz do capital nas relações de trabalho e de produção à sua lógica de (re)produção.

O desenvolvimento local corresponde, então, a uma “nova” maneira de o capital enfrentar a crise emergente buscando, assim, encontrar novos territórios, mão-de-obra, recursos naturais e conhecimento que possam representar possibilidades de serem explorados, e não oferecer um desenvolvimento harmonioso que traga melhorias a sociedade como assim é propagada na retórica envelhecida do desenvolvimento local e nas suas políticas públicas.

Segundo Amaral Filho (2001) nos últimos anos as teorias de desenvolvimento regional sofreram grandes transformações, de um lado provocadas pela crise e pelo declínio de muitas regiões tradicionalmente industriais e, de outro, pela emergência de regiões portadoras de novos paradigmas industriais. Esse fenômeno está associado às mudanças radicais nas formas e nos modos de produção e de organização industriais, bem como à globalização e à abertura das economias nacionais.

Quanto ao primeiro fenômeno devem ser considerados os aspectos da flexibilização e da descentralização, dentro e fora das organizações, os quais ocasionam impactos importantes em termos de reestruturação funcional do espaço. Quanto ao segundo fenômeno, esse tem provocado impactos consideráveis sobre os custos e sobre os preços relativos das empresas, as quais têm levado cada vez mais em conta fatores locais em suas estratégias de competitividade (Ibidem).

Do ponto de vista regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região (ibidem).

Porém, em primeiro lugar, o caráter endógeno desse processo não tem um sentido autocentrado na própria região ou no local, e, em segundo lugar, seus fatores propulsores podem ser vistos tanto pelo lado da endogeneização da poupança, ou do excedente, como pelo

lado da acumulação do conhecimento, das inovações e das competências tecnológicas, com repercussões sobre o crescimento da produtividade dos fatores (Ibidem).

É preciso desvelar o paradigma do desenvolvimento local, que sob o signo da ideologia de oportunidade, de inclusão social e justiça, de protagonismo local e controle social, torna subjaz a comunidade local a lógica desigual, excludente e contraditória do capital, que atua no sentido de perenizar as desigualdades sociais e hierarquias de poder. Assim, como forma de assegurar o controle e a reprodução em todos os espaços, o capital vai se introduzindo em escalas cada vez menores, inscrevendo sua ordem destrutiva e exploratória. Cria-se uma nova sociabilidade ordenativa com o sentido da escala local, sob a velha estrutura reprodutiva e acumulativa do capital.

Ao emergir como redentor das mazelas/problemas que permeiam a sociedade, a política do Desenvolvimento no âmbito local, se obstina a incorporar, novos/velhos territórios enfraquecidos e/ou desaparecidos economicamente do mercado local e nacional. A intencionalidade concreta desse projeto do Desenvolvimento, fundamenta-se na ambiciosa tentativa de mitigar e/ou superar as históricas disparidades socioeconômicas com base no fetiche da livre iniciativa, do caráter inovador/cooperativo, o que tornar-se favorável a (re)produção do capital.

Amaral Filho (2001) acrescenta que quanto ao capital social, refere-se a um fator intangível por natureza, representando um acúmulo de compromissos sociais consolidados pelas interações sociais em uma determinada localidade. Por sua vez, este capital social serve de apoio a outro componente, conhecido como estratégia coletiva de organização da produção. Esta estratégia se relaciona com as decisões coordenadas entre os produtores, no que se refere a quem vai produzir, o que produzir e como produzir. Também é por meio da estratégia coletiva de organização da produção que se revela e se processa a aprendizagem coletiva, fonte das inovações e da competitividade.

O terceiro elemento, conforme Amaral Filho (2002) está direcionado à estratégia coletiva de mercado. Esta também está voltada para as ações coordenadas e convergentes entre os produtores. Vale ressaltar que a estratégia coletiva de organização da produção não teria importância, caso não existisse uma estratégia também coordenada e coletiva para a conquista e manutenção dos mercados. Isto decorre em razão de que os mercados compradores, além de serem formados por grandes players, são também condicionados por grande escala. Sem uma estratégia comum entre os produtores, fica difícil para a pequena empresa superar esses obstáculos, pois as pequenas empresas veriam reduzidos os ganhos

conseguidos nas economias de escala alcançados nas esferas da compra dos insumos e na realização da produção.

O último integrante está voltado para a articulação político-institucional, também decorrida do capital social. Este elemento é o instrumento pelo qual o arranjo produtivo se articula com instituições públicas e privadas responsáveis pelas políticas públicas, e com as organizações privadas de apoio às pequenas empresas. As evidências revelam que, quanto mais capital social acumulado dentro de num determinado núcleo ou aglomeração de empresas, melhor e mais eficiente será a articulação com as organizações e instituições (Ibidem, 2002).

Portanto, a verificação da existência desses quatro componentes, bem como de suas articulações, no interior de um núcleo produtivo, permite identificar em que estágio o arranjo produtivo se configura (AMARAL FILHO, 2002).

É neste contexto que se canaliza a atenção sobre os estudos dos Arranjos Produtivos Locais, entendidos como uma “nova” estratégia para organizar a produção econômica de um território, oportunizar emprego, renda e trabalho a partir dos recursos disponíveis do território, além do que é entendido como alternativa para as empresas conseguirem sobreviver no mercado ao atuarem de forma conjunta.

## **CAPÍTULO 3**

### **3. DA IMPORTÂNCIA DA MANDIOCULTURA NO BRASIL À POLÍTICA DE APLs DE CASAS DE FARINHA EM SERGIPE**

Para o trato da terra utilizavam o sistema de coivara ou queimada, para logo após revolvê-la com o auxílio da enxada. Sem a aplicação de qualquer outro tipo de adubo, a terra era, em geral, preparada entre os meses de maio e julho, reservando agosto para o início do plantio. Da colheita do ano anterior eram retiradas e guardadas mudas que deveriam medir cerca de 30 a 50 cm de comprimento e plantadas isoladamente. O cultivo da mandioca era relativamente fácil, pois exigia mínimos cuidados; raramente era acometida de doenças e pragas. Sua colheita era efetuada após um período de dois anos e geralmente no mês de abril. (HÜBENER, 1981, p. 78).

A mandioca é uma cultura ancestral praticada pelos indígenas que antecederam toda e qualquer atividade agrária mecanizada, entretanto, como outras culturas, sofreu alterações e atualmente apresenta-se como uma das principais atividades econômicas em vários países do mundo, assim como em muitos municípios brasileiros.

Desde os primeiros indícios da agricultura camponesa no Brasil, que datam do período Colonial no século XVI no Nordeste brasileiro, a mandiocultura é uma atividade costumeira. Nessa fase se iniciam os primeiros núcleos de ocupação do território, e desde esse momento a produção camponesa começa a se territorializar.

Essa cultura consolida uma atividade agrícola pré-colonial em que uma das suas principais contribuições foi ser desde o princípio, uma atividade de base familiar e de baixo custo de produção, além do baixo uso de tecnologia. Está intimamente ligada à identidade dos brasileiros, pois em várias passagens históricas do país ela possui destaque. Givaldo Santos de Jesus enfatiza: “A primeira Carta Magna brasileira foi batizada de Constituição da Mandioca e obrigava deputados, senadores, e os grandes proprietários de terra a cultivar uma área mínima de mandioca...” (2006, p. 94).

#### **3.1 A mandiocultura no Brasil: da reprodução camponesa à monopolização da produção**

De roças do ano anterior são arrancados ramos que ainda permanecem nos canteiros, juntados, amarrados em feixes e carregados para os

novos canteiros, estes ramos, com a grossura de mais ou menos um dedo e vários pés de comprimento, aforquilhados, parecem ser muito nodosos, ainda mais ao tato; são cortados em pedaços com cerca de quatro polegadas chamados Piques. Lançados num cesto, são carregados ao longo dos canteiros onde são metidos, inclinadamente no centro das Covas com os nós e olhos para cima. (PLATZMANN, 2010, p. 177).

A produção mundial de mandioca, como, vem apresentando um crescimento contínuo, com uma média anual de 2,5 a 3% e passou de 98 milhões de toneladas na década de 1970, para 212,9 milhões de toneladas de raiz, em 2007 (Tabela 1). Este aumento é registrado principalmente nos países africanos que têm na mandioca o principal componente na sua dieta alimentar. Segundo a Endagro, a mandioca alimenta cerca de 60% da população africana, podendo alcançar até 400 milhões de pessoas. A fácil adaptação nas terras dos países africanos fez com que aquele continente participasse com 49,3% da produção mundial de mandioca, no ano de 2007. Em menor escala, seguem a Ásia com 34,2% e a América Latina com 16,4%. Na África, apesar do extraordinário aumento na produção, o consumo ainda é do produto na forma “in natura” cozida ou frita. Durante os últimos 10 anos, algumas fábricas de farinha foram instaladas e o produto já começa a ser industrializado (SEAB-AL, 2009).

Evidentemente, é preciso destacar a Nigéria que já se tornou líder absoluto na produção de mandioca, passando de 10 milhões de toneladas, em 1970, para 34,4 milhões de toneladas, em 2007. Este volume representa cerca de 32,8% da produção africana e aproximadamente 16% do total mundial. Outros países como a República Democrática do Congo e Gana também estão elevando a sua produção com o objetivo de suprir as necessidades alimentares de suas populações.

Na Ásia o modelo da exploração é direcionado basicamente para as grandes indústrias de fécula e de “pellets” (SEAB-AL, 2009). A mandiocultura asiática atingiu um nível organizacional e tecnológico considerado satisfatório. A densidade técnica para este tipo de cultivo agrícola também atingiu patamares altos, destaca-se as modernas indústrias de fécula e o significativo avanço nas pesquisas agrícolas. Tem relevo considerável neste cenário a Tailândia, a Indonésia e o Vietnã com centros de pesquisa geralmente coordenados pelos órgãos oficiais, porém os recursos são compartilhados entre os governos, as empresas privadas e os produtores de mandioca.

A Tailândia é o segundo produtor mundial de mandioca, no entanto continua liderando na produção de fécula e de “pellets”. Também é líder absoluto nas exportações desses produtos que representa, atualmente, uma média de 85% do mercado internacional.

Nos últimos anos, os volumes exportados pela Tailândia estão na faixa de 2 milhões de toneladas de fécula e aproximadamente 10 milhões de toneladas de “pellets”.

Diferentemente da África e da Ásia que apresentam uma acelerada expansão de produção, a América do Sul estabilizou-se na faixa dos 35 milhões de toneladas de mandioca durante os últimos 37 anos. O Brasil é o líder absoluto, cuja parcela representa 77% sobre o total produzido pelos países latino-americanos e 12,7%, com relação à produção mundial (Tabela 01).

**Mundo**  
**Produção Mundial de Mandioca em Raiz**  
**(Em Milhões de Toneladas)**  
**1970/2007**

Países	1970	2000	2003	2004	2005	2006	2007	Part.	Var % 1970-07
<b>África</b>	40,9	96,7	101,9	107,6	109,7	116,5	105,0	49,3	156,7
<b>Nigéria</b>	10,2	32,0	33,4	38,2	38,2	45,7	35,4	16,2	237,3
<b>Rep. Fed. Congo</b>	10,3	16,0	14,9	15,0	15,0	15,0	15,0	7,1	45,6
<b>Gana</b>	1,5	8,1	10,2	9,7	9,7	9,6	9,6	0,5	566,7
<b>Outros</b>	18,9	40,6	43,4	45,2	46,8	46,2	46,2	21,4	141,3
<b>Ásia</b>	22,4	49,8	55,8	60,3	55,9	67,3	67,3	34,2	225,4
<b>Tailândia</b>	3,2	19,1	18,4	21,4	16,9	22,6	22,6	12,6	740,6
<b>Indonésia</b>	10,7	16,1	18,5	19,4	19,4	20,0	20,0	9,4	86,9
<b>Outros</b>	8,5	13,7	18,9	19,2	19,6	24,7	24,7	12,2	205,9
<b>América Latina</b>	35,3	31,3	32,3	35,0	37,5	35,0	35,0	16,4	0,9
<b>Brasil</b>	30,0	23,0	23,0	23,8	26,6	27,0	27,0	12,7	10,0
<b>Outros</b>	5,3	8,3	9,9	11,9	10,9	8,0	8,0	3,8	50,9
<b>Total mundial</b>	98,6	117,8	190,0	202,9	203,1	218,8	212,9	100,0	115,9

**Tabela 01 - Fonte: FAO, IBGE, SEAB/DERAL**

No Brasil, até meados da década de 1990, as políticas agrícolas tinham um caráter centralizador na oferta de crédito rural e apoio técnico, beneficiando, prioritariamente, os grandes proprietários de terra, os cultivos de exportação e as regiões Sul e Sudeste do país. As consequências da falta de políticas públicas para o desenvolvimento e fortalecimento do

campesinato tiveram uma contribuição importante na intensificação do êxodo rural e na concentração de terra.

Os camponeses, no Brasil, historicamente são representados através da pobreza dos grupos que viviam completamente isolados ao lado da grande propriedade monocultora. Construía suas casas às margens dos rios e cultivavam os produtos alimentícios, ou de subsistência, entre estes a mandioca. Em épocas de crise da grande propriedade os “sitiantes”, em alguns casos, cultivavam as terras do grande proprietário e eram “protegidos” por seus senhores. Tal situação era modificada quando o crescimento da atividade canvieira no Nordeste atingia bons resultados.

Para fazer frente a grande propriedade expropriadora e manter-se no campo, desde antes da chegada dos portugueses até os dias atuais a mandioca sempre representou o item da maior importância na alimentação do pobre. A mandioca é uma planta da família das euforbiáceas (*Manihot Utilíssima*) raiz tuberosa, comestível, de porte médio, casca rugosa de cor marrom e polpa branca, amarela ou avermelhada, sendo a branca mais comum, e fornece amido, tapioca e farinha, da qual preparam-se inúmeras iguarias. Espalhada para diversas partes do mundo tem hoje a Nigéria como seu maior produtor. No Brasil Colônia, foi um dos principais alimentos utilizados pelos colonos. Em forma de farinha, integrava vários pratos, como bolo, beiju, sopa, angu (JESUS, 200).

Quando a colonização brasileira foi finalizada, na segunda metade do século XIX, as políticas migratórias e a abolição da escravatura começaram a fazer parte do cenário político, o clima de instabilidade sócio-econômico e as mudanças que viriam com a chamada segunda revolução industrial – característica dessa fase da história política internacional - faz desencadear outros modelos. Apesar disso, segundo Lamache (1993 p. 180):

... pode-se afirmar desde então, de maneira geral, que a agricultura camponesa nasceu no Brasil sob o signo da precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de produção e especialmente, da terra; caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção; pobreza da população engajada nestas atividades, como demonstra a grande mobilidade espacial e a dependência ante a grande propriedade.

Os camponeses tinham suas terras tomadas e cada vez mais se instalavam às margens do sistema produtor, não participavam do mercado, em termos de ocupação, servindo-se das piores terras. A agricultura camponesa ocupava-se e ocupa-se até os dias atuais em produzir os alimentos que a grande propriedade de cultura voltada para exportação não se interessa ou, não se interessava, tradicionalmente. Como observa Romeiro:

A produção de alimentos ocupa áreas residenciais não ocupadas pela agricultura de exportação (seja no interior da grande propriedade ou na sua periferia) ou em áreas ainda não ambicionadas pelos mais poderosos (fronteira agrícola). (1994, p. 119)

Desde antes da chegada dos portugueses até os dias atuais a mandioca representa a base da alimentação brasileira, principalmente no Nordeste do Brasil, segundo Jesus (2006).

Mas, desde o período colonial, a produção de mandioca é praticada em pequenas roças no Brasil, sejam inseridas em propriedades maiores, de responsabilidade mais direta dos moradores, ou em pequenos sítios localizados na proximidade dos engenhos e fazendas. Com o predomínio do açúcar na chamada Zona da Mata, as lavouras tradicionais foram sendo empurradas para o Agreste, que passou a ser região supridora alimentar dos trabalhadores da cana-de-açúcar.

A região mais tradicional de produção era a extensa linha de transição entre a Mata e o Agreste, área menos propícia à cana-de-açúcar. Sempre como cultura subsidiária, de responsabilidade de pequenos produtores, direta ou indiretamente vinculados ao sistema de produção dominante, a mandioca marca presença quase exclusivamente na pequena propriedade, com predominância nos municípios com estrutura fundiária mais fragmentada.

Uma vez assentada em terreno propício, a cultura da mandioca não demandava grandes cuidados, era relativamente de fácil trato. Hebe Castro (1987, p. 84) informa que “apesar de não se constituir em uma cultura permanente, possui a característica de poder ficar até dois anos sem ser colhida após o seu amadurecimento, podendo, portanto, ser literalmente armazenada na própria terra, colhida em função das necessidades do produtor”.

No litoral do Paraná, percebem-se similaridades com as técnicas utilizadas no século XIX em Capivari, na Província do Rio de Janeiro. Naquela região, Hebe Castro identificou três tipos de beneficiamento da mandioca visando à sua transformação em farinha e que produziam farinha d'água ou farinha gorda, farinha d'água de mistura e farinha seca.

No primeiro tipo, apenas o forno era requerido, sendo primeiramente a mandioca amolecida em água exposta ao sol, espremida à mão e coada em peneira grossa. No segundo tipo, o forno de cobre e a roda de ralar eram indispensáveis, e a mandioca era “primeiramente ralada e depois misturada com água, espremida à mão e passada em peneira fina, misturando então o que ‘passou’ e o que ficou na peneira, de modo a formar novamente uma só massa, de novo espremida e levada ao forno”. No terceiro tipo, entravam em cena os utensílios mais comuns no preparo da chamada “farinha seca”: “a mandioca raspada é lavada e ralada em um

ralador que pode ser movido à mão ou a água, submetida neste estado durante várias horas à ação de uma prensa, passada em peneira fina e levada ao forno ou tacho para ser cozida e torrada”. (CASTRO, 1987, p. 86).

No Brasil, a maior parte da produção serve ao consumo direto, porém, há também a comercialização em menor escala tanto da massa quanto da goma da mandioca, para preparo de bolos, tapiocas e outros quitutes, e dos beijus, duros ou moles, preparados nas próprias casas de farinha. Da raiz da mandioca, a farinha é o produto mais valorizado, conhecida no período colonial como farinha de pau, por ser extraída das longas raízes, em contraste com a obtida do grão do trigo. As farinhas variam na sua textura, cor e sabor, de uma região a outra do país. No Norte predominam as farinhas conhecidas como d'água, com processamento mais próximo da tecnologia original indígena, enquanto no Nordeste a farinha de maior qualidade deve ser seca e fina.

A produção brasileira de mandioca é praticamente consumida no mercado interno, com cerca de 0,3% da produção nacional sendo exportados nos últimos 10 anos. O Brasil já foi o primeiro produtor mundial, atingindo 30 milhões de toneladas no início da década de 70. Atualmente, mesmo em decréscimo é o segundo país com maior produção: cerca de 20 milhões de toneladas em 2000. A redução da área cultivada com mandioca tem ocorrido nos últimos 30 anos, com maior destaque para o Nordeste. A cultura tem se expandido apenas em Mato Grosso do Sul, em virtude da instalação de grandes indústrias produtoras de fécula. (APL/AL 2004/2007).

A mandiocultura está presente em praticamente todo o território nacional, mas a sua concentração maior é na Região Nordeste, cuja participação varia entre 30% e 35% da produção, destacando-se a Bahia, Maranhão e Ceará. Esta região se caracteriza pelo clima mais seco, altas temperaturas e longas estiagens, o que dificulta o cultivo de outras culturas menos resistentes que a mandioca (Tabela 2). A Bahia é o principal produtor nordestino, possui o maior número de pequenas fábricas de farinha e conta com um importante e mais antigo centro de pesquisas da EMBRAPA, em Cruz das Almas (SEAB/PR, 2009, p. 4).

**Brasil – Principais Estados**  
**Mandioca: Área, Produção e Produtividade**  
**2012 - 2016**

Regiões/Estados	Área (1000ha)	Produção (1000t)	Produtividade (kg/ha)	Participação %
<b>Nordeste</b>	772	8.505	11.017	32,6
<b>Bahia</b>	273	3.367	12.333	12,9
<b>Maranhão</b>	203	1.744	8.591	6,7
<b>Ceará</b>	97	984	10.144	3,8
<b>Outros</b>	199	2.410	12.111	9,2
<b>Norte</b>	498	7.628	15.317	29,2
<b>Pará</b>	294	4.616	15.701	17,7
<b>Amazonas</b>	85	881	10.365	3,4
<b>Outros</b>	119	2.131	17.908	8,2
<b>Sudeste</b>	149	2.803	18.812	10,7
<b>Minas Gerais</b>	63	1.566	24.857	6,0
<b>São Paulo</b>	57	806	14.140	3,1
<b>Outros</b>	29	431	14.862	1,7
<b>Centro-Oeste</b>	74	1.279	17.284	4,9
<b>Mato Grosso do Sul</b>	31	620	20.000	2,4
<b>Mato Grosso</b>	25	361	14.444	1,4
<b>Outros</b>	18	298	16.556	1,1
<b>Sul</b>	294	5.890	20.034	22,6
<b>Paraná</b>	186	4.113	22.113	15,8
<b>Rio Grande do Sul</b>	80	1.257	15.713	4,8
<b>Santa Catarina</b>	28	521	18.607	2,0
<b>Brasil</b>	1.787	26.105	14.608	100,0

**Tabela 02 - Fonte: IBGE, SEAB/DERAL**

No que se refere às políticas públicas governamentais de apoio à mandiocultura no Brasil, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, houve incremento dos investimentos em assistência técnica, infraestrutura, capacitações, comercialização por meio do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), onde o Governo Federal adquiriu, através de compra direta e compra antecipada, cerca de 37,4 mil toneladas de farinha de mandioca, um total de R\$ 25,4 milhões para o setor no período entre 2003 e 2007.

Além disso, há significativo número de contratos com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em apoio a Mandioca. Dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA mostram que entre, 2006 e 2007, foram consolidados 11.173 contratos do Pronaf na ordem de R\$ 22.570.634,25 em investimentos para apoio a Mandioca. Os Estados que detêm o maior número de contratos são o Maranhão (20,9%), Piauí (19,3%) e Bahia (16,7%).

Outro programa ressaltado pelo MDA é o PGPAF – Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - através do qual foi afixado o bônus aos produtores de mandioca em R\$ 74,00/tonelada na região Centro-Sul e R\$ 80,65/tonelada para o Norte e Nordeste. Além disso, os preços mínimos da raiz e derivados da mandioca passaram por reajuste para a safra de 2008/2009, medida importante que alcança os elos da cadeia da mandioca.

No setor agroindustrial, o beneficiamento da mandioca vem ganhando visibilidade. O agronegócio de mandioca, no Brasil, garante uma receita bruta de 2,5 bilhões de dólares e um milhão de empregos diretos. Entre os produtos 33,9% corresponde à alimentação humana; 50,2% à alimentação animal; 5,7% à outros usos e 0,2% à exportação, havendo uma perda de 10%; sendo que 95% das propriedades são camponesas (CUNHA, 2018).

O beneficiamento da mandioca é uma atividade que começou a ser praticada no Brasil pelos seus primeiros habitantes, os índios. Esses desenvolveram técnicas para transformar certa espécie de mandioca imprópria para o consumo humano em alimentos que hoje são consumidos em vários países, em forma de farinha e derivados.

Segundo Peduzzi (2018) a relevância econômica dessa agroindústria vem crescendo nos últimos anos decorrente, principalmente, dos processos que procuram agregar valor no beneficiamento da mandioca, utilizando-a como matéria-prima em diferentes áreas, conforme pode ser evidenciado pelo mesmo autor,

Antes mesmo de ser usada como matéria-prima para a produção de biocombustível a mandioca já é uma das culturas que mais empregam no Brasil. É o que afirma o vice-presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca (ABAM), Antônio Donizetti Fadel. “Atualmente a produção de mandioca é responsável por gerar, direta e indiretamente, cerca de 10 milhões de empregos. A maior parte – cerca de 50% – trabalha com a produção de farinha”, argumenta Fadel. “É, sem dúvida, um tipo de cultura que tende a fixar o homem no campo”, completa. A produção de mandioca no Brasil é de cerca de 26 milhões de toneladas por ano, segundo a ABAM. Quase a metade vira farinha, 40% é usado para consumo de mesa e ração animal, e 9,5% transformada em amido, principalmente na Região Sul. “Apesar de o Brasil ainda não produzir nada de biocombustível, nós já dominamos as técnicas necessárias para começar esse tipo de atividade. O que precisamos é avançar com as pesquisas que

buscam aumentar a produtividade, de forma a termos melhores condições de competitividade”, defende o dirigente da Abam (PEDUZZI, 2018).

De acordo com a ABAM (2018), foi aprovado, no dia 29 de maio de 2007, o projeto que propõe a adição de farinha de mandioca à farinha de trigo e seus derivados e concede benefícios tributários como a suspensão da incidência da contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) às indústrias de farinha de trigo e aos produtores de farinha de mandioca, raspa de mandioca e fécula de mandioca que produzirem a farinha misturada. O projeto fixa as proporções da mistura em 3% nos primeiros 12 meses de vigência da lei, 6% nos seguintes 12 meses, e, finalmente, 10% a partir do 25º mês. Com isso, a ABAM acredita que esse projeto trará benefícios significativos para a economia brasileira.

Há outros setores industriais que estão utilizando a mandioca como matéria prima, como o setor de papeis, que fabrica papel e papelão ondulado com amido da mandioca e está garantindo bons resultados para o setor. Outra utilização mencionada anteriormente seria na fabricação de combustíveis limpos, o álcool.

No Brasil, já existe o projeto de implantar uma usina para a produção de álcool de mandioca cuja planta do projeto corresponde ao valor de 4 milhões de reais, no estado de Pernambuco . Espera-se com o álcool produzido a partir da mandioca uma diversificação na indústria de álcool, no país quebrando o monopólio da cana-de-açúcar (ABAM, 2018). Outra parte que antes era descartada e agora agrega valor na renda dos produtores é a parte aérea, especificamente a folha que está sendo beneficiada para fabricar farinha (SOUZA, 2018).

O estado da Bahia é um dos maiores beneficiadores da mandioca no Brasil, porém, ainda trabalha com produtos de baixo valor agregado, como reporta o SEBRAE (2003, p. 69):

Na Bahia, a mandioca contribui com cerca de 16% do valor bruto da produção agrícola, situando-se como a primeira cultura de importância econômica no estado. Assim, percebe-se a excelente oportunidade de intervenção no agronegócio e busca-se a especialização de produtos para a alimentação humana que ainda se encontra em níveis primários.

Afirmando a importância econômica da mandiocultura para a Bahia, o governo federal por meio da Secretaria de Programas Regionais (SPR) do Ministério da Integração Nacional, vai investir 619 mil reais para a recuperação de casas de farinha, instalação de uma central de beneficiamento e comercialização de mandioca e capacitação de produtores. Esses recursos serão aplicados nos municípios de Medeiros Neto, Lajedão, Vereda, Itanhém e

Jucuruçu, visando aumentar a renda das famílias envolvidas (Ministério da Integração Nacional, 2018).

Foi criada também no sul do estado, em Buerarema, a Cooprus – Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sul da Bahia com o intuito de fortalecer a cadeia agroindustrial da mandioca. Entre os objetivos específicos estão: facilitar o escoamento da produção, intervir para melhorar preço e buscar selo de qualidade para a farinha. A perspectiva é aproveitar melhor a mandioca e derivados para aumentar vendas (SEBRAE, 2007).

No município de Vitória da Conquista, há dois bairros que vivem predominantemente da pequena agroindústria da mandioca que, de acordo com SEBRAE (2003), provavelmente, serão beneficiados com os recursos advindos da Fundação Banco do Brasil. Nos bairros Simão e Campinhos são produzidos a partir de 420 toneladas de raízes de mandioca, 976 sacos de farinha de primeira qualidade, 600 kg de goma, 920 kg de goma fresca, 741 sacos de farinha de segunda qualidade, gerando renda para 474 pessoas.

Com a Coopasub espera-se apoiar o desenvolvimento agroindustrial da mandioca em toda a região sudoeste e dentre os objetivos mais específicos estão: a revitalização de 39 casas de farinha, a construção de uma unidade de processamento de fécula com capacidade de 100 toneladas/dia, além da instalação de uma unidade para padronizar e embalar a farinha da mandioca, em Vitória da Conquista (FBB, 2018).

Segundo o Ipea (2013), avaliando os resultados de dados do Censo agropecuário do ano de 2006, naquele ano, foram produzidos no Brasil 1.332.875 t de farinha de mandioca. A maior parte desta produção é proveniente das regiões Nordeste e Norte, onde foram produzidos, respectivamente, 50,4% e 46,9% deste total. Este fato pode ser explicado ao se observar que, nas regiões Nordeste e Norte, este produto é típico da culinária e hábitos alimentares locais. Ademais, na região Norte existem áreas que são ocupadas por agricultores posseiros e ribeirinhos que têm como principais atividades agrícolas aquelas ligadas à produção de mandioca e de farinha como base alimentar tradicional proveniente da cultura indígena e cabocla (IBGE, 2006).

Estas regiões com maior produção de farinha também concentram um número mais significativo de unidades produtoras de farinha. Do total de 264.882 estabelecimentos brasileiros, uma quantia significativa destes está localizada na região Nordeste, equivalendo a 177.655 (67,1%) unidades. Por sua vez, na região Norte se encontram mais 67.066 unidades produtoras, o que corresponde a 25,3% do total brasileiro. Estas duas regiões demonstram variações na capacidade de produção das agroindústrias. A distância entre o número relativo

aos informantes e a quantidade produzida na região Norte demonstra que a capacidade produtiva destas agroindústrias atingiu um patamar que é superior ao das agroindústrias localizadas na região Nordeste. Em média, cada unidade transformadora do Norte produz 9,31 t, enquanto aquelas localizadas no Nordeste, 3,78 (Ibidem).

Comparadas com as demais regiões brasileiras, Norte e Nordeste demonstram que a capacidade de produção das suas respectivas agroindústrias é superior às observadas no Centro-Oeste e no Sudeste. No Sudeste, são produzidas 23.273 t (1,7% da produção brasileira), ao passo que se localizam 17.498 dos produtores (6,6% do total nacional). Isto gera uma capacidade produtiva de aproximadamente 1,33 t por unidade transformadora. No Centro-Oeste, são produzidas 5.889 t (0,4%) e existem 2.241 informantes (0,8%), o que atribui a esta região uma produção média para cada agroindústria de 2,62 t. Entretanto, ao se observar os números da quantidade produzida (7.102 t) e dos informantes (422) na região Sul, nota-se que a escala produtiva desta região é superior àquela observada nas outras regiões, correspondendo a 16,82 t. Isto contrasta com o que foi observado nos casos dos doces, geleias e embutidos, em que a produção e os informantes se encontram predominantemente na região sulina, enquanto a escala de produção é uma das menores na comparação macrorregional (IPEA, 2013).

**Brasil – Regiões**  
**Farinha de mandioca**  
**Número de informantes, quantidade produzida e tipo de matéria-prima – 2006**

	Número de informantes	%	Quantidade produzida (t)	%	Produção		Produção	
					M.P. Própria (t)	%	M.P. adquirida (t)	%
<b>NORTE</b>	67.066	25,3	624.892	46,9	573.919	91,8	50.973	8,2
<b>NORDESTE</b>	177.655	67,1	671.719	50,4	591.896	88,1	79.823	11,9
<b>SUDESTE</b>	17.498	6,6	23.273	1,7	19.964	85,8	3.309	14,2
<b>SUL</b>	422	0,2	7.102	0,5	2.252	31,7	4.850	68,3
<b>CENTRO-OESTE</b>	2.241	0,8	5.889	0,4	5.183	88,0	706	12,0
<b>BRASIL</b>	264.882	100,0	1.332.875	100,0	1.193.214	89,5	139.660	10,5

**Tabela 03 - Fonte: Censo Agropecuário 2006 – Tabulação especial realizada pelo IBGE (2010).**

Outra particularidade que a região Sul assume em relação a este derivado da mandioca relaciona-se à origem da matéria-prima. Esta região, ao contrário das demais, produz mais farinha com matéria-prima provinda do exterior do estabelecimento. Da total da produção, 68,3% eram originários de matéria-prima adquirida. De outro modo, nas demais regiões, observa-se o predomínio da produção com fonte de matéria-prima do estabelecimento. Nestas regiões e nestes estabelecimentos, a produção de farinha de mandioca com procedência própria está acima de 85% de suas respectivas produções totais (IPEA, 2013) (Tabela 03).

### **3.2 A espacialização da mandiocultura em Sergipe e a política estadual de desenvolvimento regional de APLs.**

Em Sergipe, apesar da continuidade da atividade camponesa nas pequenas propriedades e do avanço das relações capitalistas de produção no campo, desde o período colonial até a atualidade, predominou a grande propriedade, inicialmente de força escravista, depois com o assalariamento direto e indireto.

De acordo com Diniz (1996), os séculos XVII e XVIII foram voltados para a criação de gado, posteriormente para a cana-de-açúcar, quando passa a perder espaço com o fortalecimento da pecuária na região do Cotinguiba. A pequena propriedade esteve atrelada a produção de cultivos alimentícios como milho, feijão, arroz e mandioca, abastecendo as cidades do Estado e algumas baianas.

O cultivo da mandioca no estado de Sergipe (Prancha 1) não é recente, porém, nos municípios do Centro-Sul de Sergipe, este cultivo por ser tradicional tinha pouca relevância, uma vez que os lucros obtidos para o agricultor não garantiam os resultados mínimos de sobrevivência (Prancha 1). Contudo, até hoje, em Sergipe, o cultivo da mandioca, principalmente quanto à produção de farinha, continua como um produto de grande importância alimentar, assim como acontece para toda região Nordeste do Brasil. O produto utilizado principalmente em pequenas unidades de produção com o uso do trabalho familiar, garantindo a reprodução e a permanência do campesinato no campo.

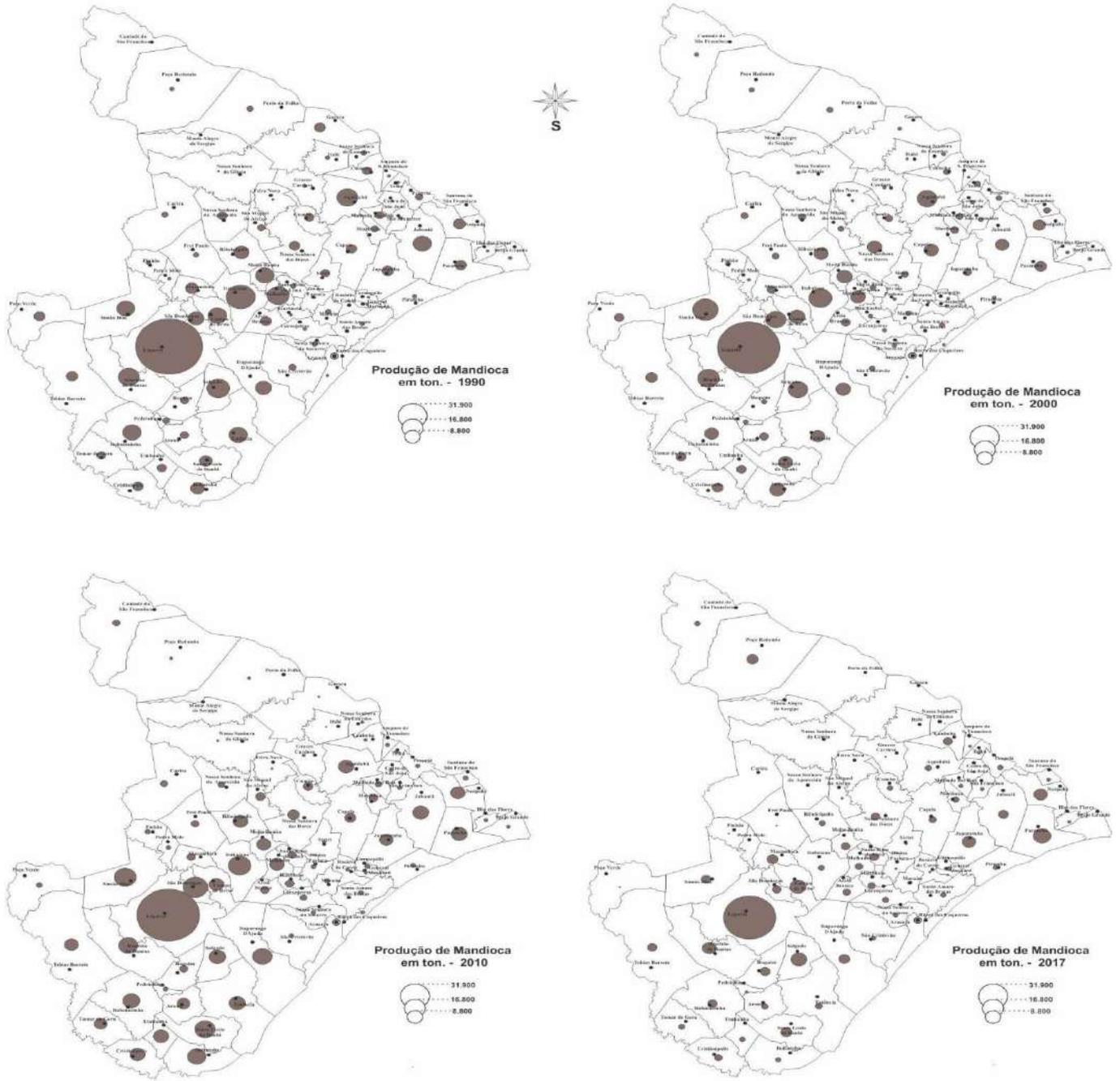
De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2006), existem em Sergipe aproximadamente 12.600 mandiocultores e 700 casas de farinha, sendo este o foco da atividade que é caracterizada como agricultura do tipo familiar. Segundo a PAM - Pesquisa Agrícola Municipal realizada pelo IBGE, em 2009, Sergipe registra um total de 33.094 hectares de área plantada, localizados principalmente nos municípios de Lagarto (8.000 ha), Itabaiana (1.650 ha), São Domingos (1.250 ha) e Santa Luzia do Itanhy (1.150 ha).

A produção de mandioca em Sergipe foi de 491.367 toneladas em 2009, sendo o maior produtor o município de Lagarto (152.000 ton.), que concentra 31% de toda a produção estadual da raiz. Outros municípios também se destacam na produção da mandioca em Sergipe: São Domingos (22.500 ton.), Itabaiana (19.800 ton.), Simão Dias (18.000 ton.), Santa Luzia do Itanhy (16.100 ton.), Riachão do Dantas (14.400 ton.), Pacatuba (13.650 ton.), Indiaroba (13.046 ton.), Itaporanga d'Ajuda (13.000 ton.), Itabaininha (11.200 ton.) e Salgado (10.260 ton.). Os demais municípios do estado tiveram produção abaixo de 10 mil

toneladas. Outras culturas de ciclo curto são mantidas nas mesmas áreas pelos mandiocultores (IBGE/PAM, 2009). Cerca de 80% da produção sergipana de mandioca é para o consumo humano, vendida na forma de farinha nas feiras, armazéns e supermercados.

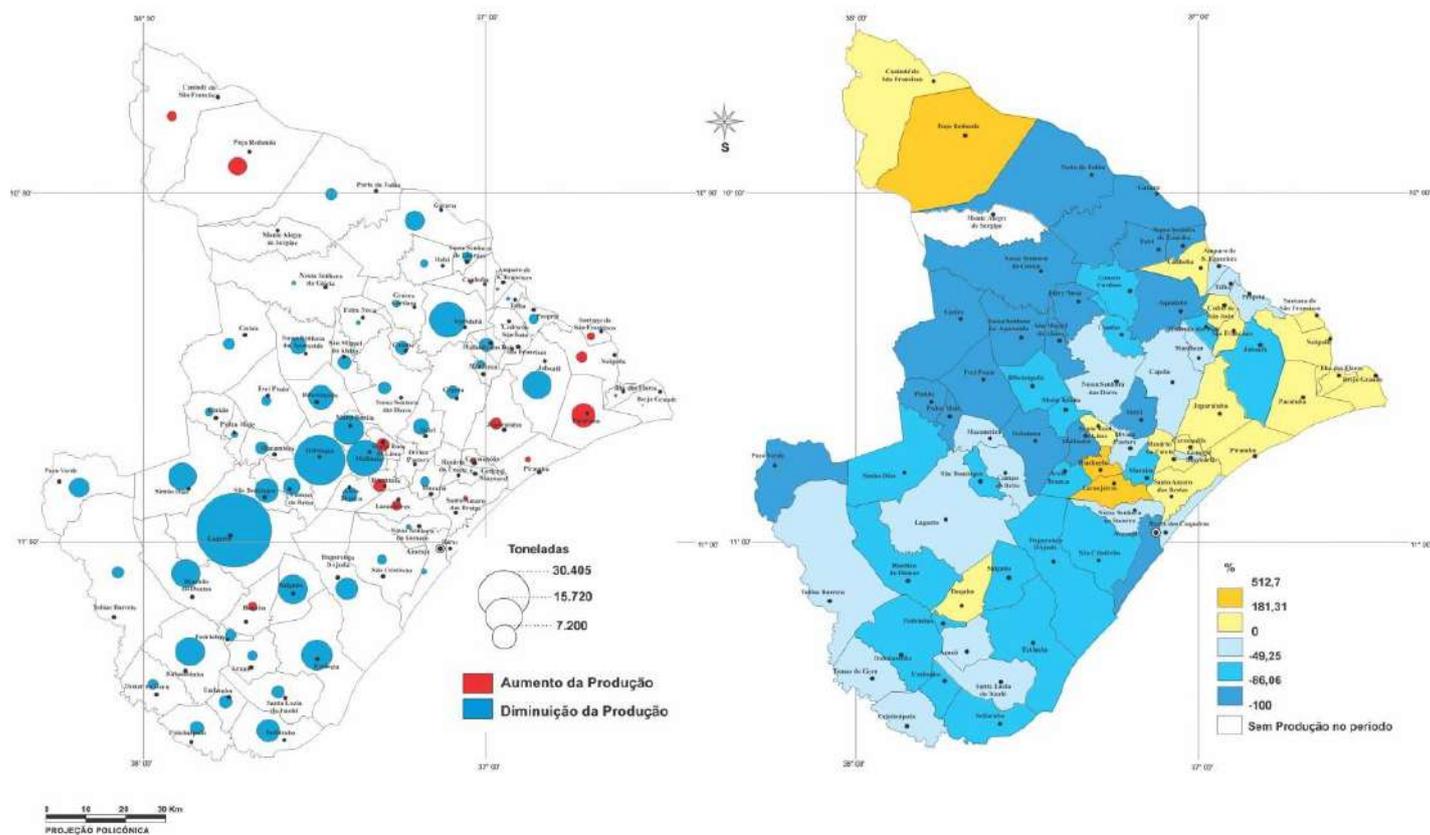
Enfatizando os dados mais recentes, segundo o Censo Agropecuário 2017 temos o município de Lagarto (Centro-Sul Sergipano) com uma produção de 103.680 toneladas se colocando como o 18º município maior produtor brasileiro do tubérculo (dados da EMBRAPA/2017). Sua área colhida para o mesmo ano chegou a 7.380 ha e um rendimento por ha de 14,05 (t/ha). O município de Campo do Brito (Agreste Central Sergipano) apresentou a segunda maior produção com um total de 9.937 toneladas, seguido por Riachão do Dantas com 7.424 toneladas e Simão Dias com 3.445 (t) para esse mesmo ano (Centro-Sul sergipano) e com o 5º lugar em produção de mandioca em Sergipe encontra-se São Domingos com 3.139 toneladas (Agreste Central Sergipano) (IBGE, 2017). Seguem as Pranchas 1 e 2 com a visualização dos contextos da produção de mandioca nos anos de 1990, 2000, 2010 e 2017 (Prancha 1) e com as variações absoluta e relativa dessa produção em Sergipe e no mesmo período já citado (Prancha 2):

**Prancha 01: Produção de mandioca, 1990-2017, Estado de Sergipe, 2019.**



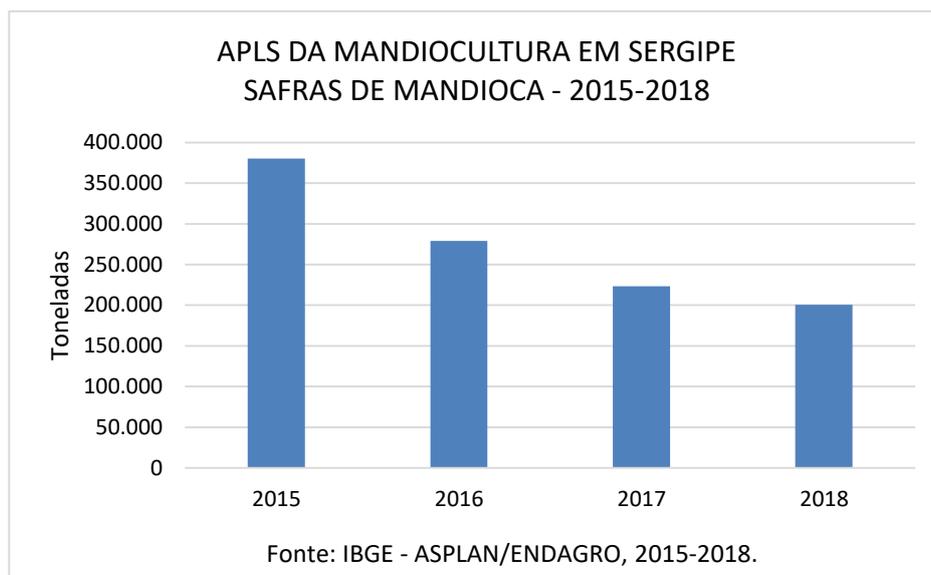
Software de Cartomática: PHICARTO  
Elaboração: José Hunaldo Lima  
Fonte de dados: SIDRA - IBGE - Censos Agropecuário, contagem municipal, 1990-2017

Prancha 2: Variação Absoluta e Relativa da Produção de Mandioca, 1990-2017, Sergipe, 2019.



Software de Cartomática: PHICARTO  
 Elaboração: José Hunaído Lima  
 Fonte de dados: Censos Agropecuário, contagem municipal, 1990-2017

Nas áreas estabelecidas como territórios dos APLs de mandiocultura em Sergipe, houve uma variação negativa da produção de mandioca, inclusive nos municípios apreciados empiricamente em nossa pesquisa: Lagarto e Campo do Brito com uma variação de -49,25% e São Domingos com uma variação negativa ainda maior de -86,06%. Porém, isso não significa dizer que a produção de farinha em Sergipe venha sofrendo mudanças drásticas negativas, pois, percebe-se que os produtores de farinha mais capitalizados, encontram outras formas de repor a eventual falta da raiz, comprando-a de outros municípios sergipanos e/ou de outros estados brasileiros.

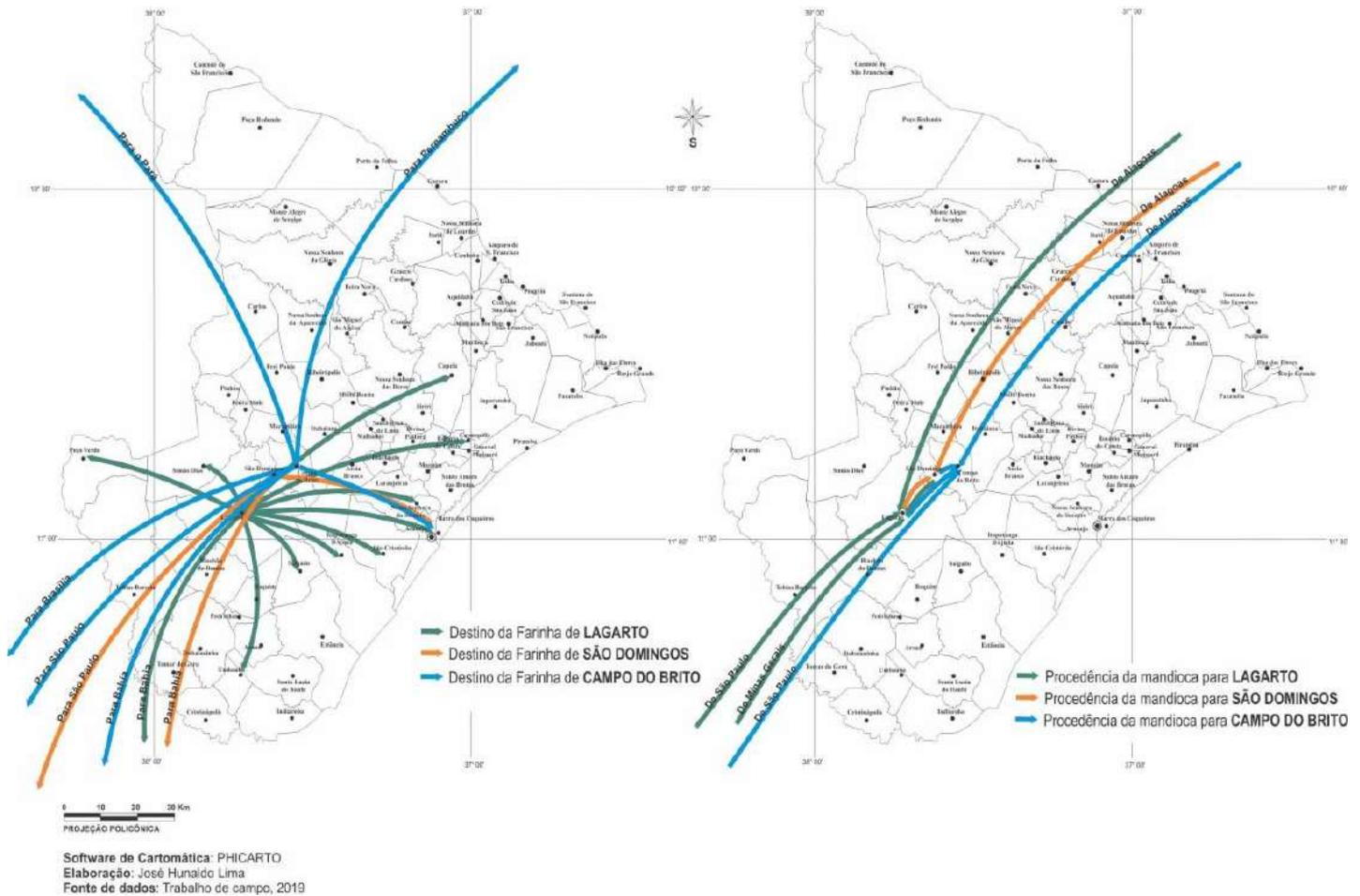
**Gráfico 01**

Ainda sobre a redução da produção de mandioca em alguns dos municípios produtores em Sergipe, inclusive nos territórios que se conformam em APLs o gráfico acima (01) ressalta esse fenômeno, percebe-se nitidamente essa redução nas safras de mandioca nos anos de 2015 a 2018.

Tudo na mandioca é aproveitável: a goma, as folhas, ricas em proteínas, servem de ração para o gado e para fazer um prato típico de Sergipe: a maniçoba. A casca ou raspa serve de alimento para porcos e para o gado graúdo. A fécula (goma ou amido da mandioca) é largamente utilizada pela população para a preparação de pratos tipicamente nordestinos de alto valor nutritivo, como o beiju de tapioca, e também como matéria-prima para artesanato. Até a venenosa manipuera, depois de 30 dias em tanque, se torna um excelente defensivo agrícola para o controle de pragas (formigas e lagartas), além de um poderoso adubo.

Atualmente, a produção estadual de mandioca, como já frisado, não atende às demandas das casas de farinha sergipanas (Prancha 03 e Gráfico 01). Vários municípios produtores de farinha adquirem a matéria-prima em outros estados, a exemplo de Bahia e Alagoas. Entretanto, a farinha produzida em Sergipe é exportada para os próprios estados da Bahia e de Alagoas, além de Pernambuco e os estados do Sudeste (Prancha 03).

Prancha 03: Exportação de Farinha e Importação de Mandioca de Lagarto, Campo do Brito e São Domingos, Sergipe, 2019.



As exportações da farinha para estados distantes do município de Lagarto, maior produtor, e de Campo do Brito, segundo maior produtor de farinha de Sergipe estão muito atreladas a empacotadoras locais e especificamente em Campo do Brito à Cooperativa dos produtores de farinha de mandioca do povoado Gameleira, a COOFAMA, responsável por grande parte da distribuição dessa farinha para vários municípios de Sergipe, para Aracaju e estados distantes como São Paulo, Pará e Brasília.

A farinha sergipana é considerada a de melhor qualidade produzida no Brasil, tanto pelos comerciantes e consumidores de Sergipe como de outros estados. Milhares de pessoas sobrevivem da mandioca em Sergipe: o roceiro, o proprietário e os trabalhadores das casas de farinha, o atravessador, entre outros. A mandioca e a produção de farinha geram renda para muitos trabalhadores sergipanos. Entretanto, as casas de farinha tem se especializado com a introdução de novos equipamentos o que as tem transformado em verdadeiras agroindústrias no campo.

Com o discurso de valorização do lugar, focados em abstrair do local suas potencialidades e com o intuito de promoção do desenvolvimento também local, o governo do Estado de Sergipe instalou, em Maio de 2007, o Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais (APL – SE). A missão, segundo este, é de formar parcerias e articular as ações relacionadas ao apoio das atividades produtivas locais.

Em conformidade com a solicitação do GTP-APL, de identificar os arranjos produtivos existente no estado, o APL-SE realizou um levantamento de informações sobre os arranjos e as instituições de apoio em Sergipe. O levantamento contou com a parceira das entidades integrantes do Núcleo (BNDES, 2009). Na primeira fase do levantamento, buscou-se identificar os APLs, bem como seus principais gargalos, e mapear as ações de apoio no estado. Na segunda, foram estabelecidos critérios (como atividade e renda, número de entidades de apoio, oportunidades de mercado, inovação e capital social) para priorizar os arranjos identificados.

O resultado da pesquisa foi a identificação de dezessete APLs. Destes, dez foram cadastrados no MDIC, pois este, à época, tinha como prerrogativa apoiar dez APLs indicados pelos estados. Seguem os APLs cadastrados no MDIC em 2007: i) apicultura (Alto Sertão, Agreste Central, Centro-Sul, Baixo São Francisco e Grande Aracaju); ii) confecções e artesanato de bordado (Sul, Centro-Sul e Grande Aracaju); iii) cerâmica vermelha (Sul, Agreste Central e Baixo São Francisco); iv) fruticultura (Sul e Grande Aracaju); v) mandiocultura (Agreste Central e Centro-Sul); vi) ovinocaprinocultura (Alto Sertão, Agreste e Centro-Sul); vii) pecuária de leite e derivados (Alto Sertão); viii) petróleo e gás (Leste, Grande Aracaju e Sul); ix) piscicultura (Baixo São Francisco); e x) tecnologia da informação (Grande Aracaju) (Mapa 2).



Segundo a SEDETEC – SE (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia e do Turismo), no Estado existem dez arranjos produtivos cadastrados no MDIC – Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Esses arranjos se encontram em diferentes estágios. O projeto da SEDETEC propõe articular ações para construir políticas para o desenvolvimento dos arranjos produtivos existentes, assim como a formulação e constituição de aglomerações que já existem, mas não estão articuladas. O projeto dos arranjos produtivos visa dinamizar as economias locais/regionais, interiorizar o desenvolvimento para todas as regiões e territórios sergipanos, incentivar as potencialidades e construir um ambiente favorável para: atração de capital; aumentar a interação e a cooperação entre produtores e empreendedores; aumentar o dinamismo empresarial; promover a inovação tecnológica; melhorar a qualidade de vida da região e do município.

A abordagem do desenvolvimento territorial, participativo e inclusivo tem sido a estratégia para o planejamento do desenvolvimento econômico e social de Sergipe, desde o ano de 2007. Sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico, a abordagem dos APLs foi utilizada como uma política pública de integração de ações convergentes e complementares, potencializando os recursos (técnicos, financeiros e de infraestrutura) do estado (APL/SEDETEC/SE, 2011).

Em Sergipe muitas instituições já trabalhavam com APL. Ainda que não adotadas oficialmente por todas as instituições, as ações eram apoiadas de forma desarticulada. A primeira ação do governo foi instalar o Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais. A SEDETEC, alinhada à política do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), instalou, em 23 de maio de 2007, o Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe (APL-SE). A SEDETEC exerce a coordenação do Núcleo APL-SE e cabe à mesma promover a articulação dos diversos órgãos do governo para integrar as ações com os parceiros (públicos e privados) do núcleo, o qual iniciou sua atuação com treze instituições e atualmente possui trinta de apoio à política de arranjos produtivos.

Com relação ao conceito de APL em Sergipe, a SEDETEC, alinhada às diretrizes da política do governo federal de apoio aos APLs, considera o conceito do MDIC, em que é possível reconhecer a existência de um APL a partir de um conjunto de variáveis presentes em graus diferentes de intensidade. Observando esse aspecto, considera-se que um APL deve ter a seguinte caracterização: i) ter um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante; e ii) compartilhar formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança. A opção estratégica por atuar com a abordagem de APL decorre do reconhecimento de que políticas de

fomento a pequenas e médias empresas são mais efetivas quando direcionadas a grupos de empresas, e não a empresas individualizadas (Ibidem, 2011).

A política pública de apoio aos APLs de Sergipe possui os seguintes instrumentos: i) lançamento de editais para demandas tecnológicas dos APLs (FAPITEC-BNB); ii) extensão industrial: Programa de Extensão Industrial e Exportadora (PEIEX) – Agência Brasileira de Promoções de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil), SEDETEC, Instituto Euvaldo Lodi (IEL-SE) – para APL e setores econômicos prioritários da Política de Desenvolvimento Industrial de Sergipe (PDI-SE); iii) infraestrutura tecnológica: implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) voltados para os APLs; iv) edital para APL de baixa renda: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e governo do estado (Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social – SEIDES); e v) o decreto da política estadual de APLs.

A Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC) trabalhou em conexão com a SEDETEC para atender às demandas tecnológicas dos APLs por meio de lançamento de editais. Os editais de apoio aos APLs lançados pela FAPITEC, em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) tem permitido levar a pesquisa e a inovação para as atividades produtivas, além de aproximar os professores e, conseqüentemente, as universidades dos produtores rurais e empresários dos APLs. Essa iniciativa da FAPITEC tem servido de inspiração para outras FAP dos outros estados (Ibidem, 2011).

Levar a extensão industrial e exportadora para os APLs e os setores prioritários da Política de Desenvolvimento Industrial de Sergipe (PDI-SE) foi uma iniciativa do governo de Sergipe, por meio da SEDETEC. O PEIEX é um projeto da APEX-Brasil em parceria com o governo do estado e o IEL de Sergipe (IEL-SE). É um projeto que é renovado a cada ano, permitindo, assim, aprofundar os atendimentos e as melhorias no interior das empresas. A escolha das atividades produtivas foi uma decisão em comum acordo com a Federação das Indústrias de Sergipe (FIES) e a SEDETEC.

O estado identificou diversas características comuns aos APLs, entre os quais problemas relacionados à qualificação profissional, à adequação de produtos e a melhorias contínuas nos processos de produção. Partindo desta constatação, e com base nas informações e demandas dos PDs dos APLs, elaborou-se uma proposta consistente para obtenção de recursos financeiros para a construção de CVT para os arranjos produtivos. A implantação de CVTs faz parte da política estadual de ampliação da oferta da qualificação profissional e tecnológica em Sergipe. Esta política foi concebida com o propósito de expansão da educação

profissional, levando-se em consideração as demandas dos APLs do estado. Os CVTs servirão para promover a difusão da inovação tecnológica nos APLs, além de servir à população local e aprofundar o conhecimento da região, para que os segmentos produtivos se apropriem de novas tecnologias e contribuam para o desenvolvimento do estado (APL/SEDETEC/SE, 2011).

Sessenta por cento dos APLs de Sergipe são de base agrícola/Agrária, se caracterizam como aglomerações que possuem capital social frágil, estruturas produtivas precárias, nas quais, às vezes, o mesmo espaço produtivo se confunde com o espaço de vida familiar. A proposta para o BNDES se justificava pela oportunidade de complementar as ações em desenvolvimento dos APLs pelo governo do estado e parceiros locais, além de atender às atividades de inclusão produtiva que não se caracterizam como APL, mas possuem vínculos de colaboração. Os recursos são oriundos do Fundo Social/BNDES e do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (Funpobreza), cuja gestão é feita pela Seides (Ibid., 2011).

Em Sergipe, o Núcleo de APL foi criado após uma reunião com as primeiras instituições parceiras, por meio de uma ata, em maio de 2007. Entre 2007 e 2012, o governo do estado elaborou sua política pública para APL, com instrumentos efetivos de apoio, além de parcerias concretas para a realização de ações, atividades, e infraestrutura produtiva para os APLs de Sergipe. Ou seja, a realização efetiva do apoio aos APLs não precisou, necessariamente, de um decreto para a sua institucionalização. De fato, as políticas construídas e executadas com os parceiros do Núcleo Estadual de APL foram tacitamente aceitas. Isto prova que, politicamente e tecnicamente, os governos comprometidos com os anseios e as necessidades da população podem construir as condições para o desenvolvimento econômico e social.

Em 2011 a SEDETEC realizou uma pesquisa com todos os parceiros do APL-SE para avaliar o desempenho na condução das políticas para o desenvolvimento dos APLs em Sergipe, no período de 2007 a 2010. Foram enviados, para todos os membros do núcleo, formulários contendo cinco questões, duas objetivas e três abertas. A pesquisa, então, fortaleceu a necessidade da elaboração de um decreto para, efetivamente, instituir o APL-SE e lançar as diretrizes de seu funcionamento, competências e atribuições, que ocorreu em 27 de fevereiro de 2012.

Quanto a conformação do APL da monocultura em Sergipe, objeto de estudo dessa pesquisa, Oliveira (2007, p. 206) destaca em seu trabalho de dissertação que já a partir do ano de 2006 começa a haver inserção de tecnologia empregada no sentido do melhoramento

genético da produção de novas variedades de mandioca (Kiriris, Poti Branca e Jarina) no município de Lagarto/SE, oriundas do projeto coordenado pela EMBRAPA, visando aumentar a produtividade da mandioca e a resistência das mesmas à podridão das raízes.

Dessa forma, o avanço tecnológico já apontava para esse movimento de inovação na direção de três territórios de planejamento do estado de Sergipe, culminando na formação de um APL de casas de farinha, conforme proposição da SEDETEC. A tabela (4) mostra a força do território Sul sergipano, envolvendo seis dos doze municípios. O território Centro-Sul, onde o município de Lagarto mantém-se com destaque absoluto, inclusive em relação aos demais municípios do estado e o território Agreste Central em que Itabaiana e São Domingos aparecem muito próximos.

A proposta para a construção desse planejamento se deu em fevereiro de 2007 no *Seminário Planejamento Territorial de Sergipe*, no qual foram apresentadas experiências de instituições nacionais que atuam na política de desenvolvimento territorial e de instituições estrangeiras que desenvolvem projetos de arranjos territoriais (França) e de pactos territoriais (Itália). Neste contexto, a experiência desenvolvida no Território do Alto Sertão Sergipano (TASS) foi apontada como exemplo de êxito da política de desenvolvimento territorial sem que, no entanto, houvesse tido alusão e consideração ao processo histórico de lutas e conflitos registrados há várias décadas e em curso no referido território. É importante registrar que a territorialização nesse contexto, é entendida pela SEPLAN/SE como o agrupamento das unidades municipais de Sergipe em oito “territórios”. São estes: Alto Sertão Sergipano, Sul Sergipano, Baixo São Francisco Sergipano, Centro-Sul Sergipano, Grande Aracaju, Leste Sergipano, Médio Sertão Sergipano e Agreste Central Sergipano.

O Estado de Sergipe possui 75 municípios divididos em 08 Territórios: Alto Sertão, Agreste Central, Médio Sertão, Sul, Centro Sul, Grande Aracaju, Baixo São Francisco e Leste Sergipano. A atividade de cultivo da mandioca caracteriza-se como arranjo produtivo em três destes territórios, Centro-Sul, Sul e Agreste Central, que juntos concentram quase 80% de toda a produção estadual da raiz (Tabela 4).

**Sergipe**  
**APL da mandiocultura**  
**Dados básicos da produção de mandioca, por território e município**  
**2017**

Município	Área Colhida hectares	Quantidade Produzida Toneladas	Valor da produção R\$ Mil
<b>CENTRO-SUL</b>			
Lagarto	1.413	103.680	86.921
Riachão do Dantas	445	7.424	6.165
Simão Dias	25	3.445	3.200
<b>SUL</b>			
Cristinápolis	104	520	63
Estância	146	822	953
Indiaroba	186	1.486	1.144
Santa Luzia do Itanhy	143	1.228	<b>889</b>
Umbaúba	67	539	277
<b>AGRESTE CENTRAL</b>			
Campo do Brito	209	9.937	8.160
Itabaiana	129	932	1.185
São Domingos	300	3.139	2.105

**Tabela 04** - Fonte: IBGE/Censo Agropecuário, 2017. Elaboração: a autora.

As tabelas a seguir (05 e 06) retratam dados dos territórios que perfazem o APL da mandiocultura. A população dos territórios integrantes do APL é de 704.003 pessoas, o que representa 34% de toda a população do Estado. O Produto Interno Bruto (PIB), dos três territórios, por sua vez, é de R\$ 2,28 bilhões, representando 22% do PIB estadual.

**Sergipe**  
**APL de Mandioca:**  
**Dados Socioeconômicos Básicos, Por Territórios**  
**Vários Anos**

TERRITÓRIO	ÁREA Km <sup>2</sup>	POPULAÇÃO	PIB (2008)	PIB per capita (2008)	IDH – M MÉDIO
		Censo 2010 habitantes	A preços básicos R\$ mil	A preços básicos R\$	
Centro-Sul	3.528	222.972	635.816	2.891	0,591
Sul	3.124	248.536	871.433	3.505	0,602
Agreste Central	3.140	232.495	769.285	3.360	0,627

**Tabela 05 - Fonte: IBGE, vários anos. Elaboração: SEDETEC.**

Com relação à produção de mandioca no APL, que é responsável por 77,5% de toda a produção estadual, em 2009, foi registrado um decréscimo de -0,8%, em relação ao ano anterior, segundo os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) 2009, chegando a uma produção de 380.692 toneladas (2008).

Dentre os municípios que fazem parte do Arranjo, merece destaque, sobretudo o município de Lagarto, que com uma produção de 152 mil toneladas, é responsável por 78,3% da produção de raiz de mandioca do território Centro-Sul e por 39,9% de toda a produção estadual, além de ser o 6º maior município produtor de mandioca do Brasil. Outros municípios que se destacam são: São Domingos (22.500 ton.), no Agreste Central; Santa Luzia do Itanhy (16.100 ton.), no Sul; e Simão Dias (18.000 ton.), no Centro-Sul (APL/SE, 2011).

**Sergipe**  
**Dados Socioeconômicos Básicos do APL da Mandioca**  
**Vários Anos**

TERRITÓRIO	MUNICÍPIO	ÁREA Km <sup>2</sup>	POPULAÇÃO Censo 2010 habitantes	PIB (2008) A preços básicos R\$ mil	PIB per capita (2008) A preços básicos R\$
Centro-Sul	Lagarto	970	94.861	302.399	3.298
	Riachão do Dantas	532	19.386	44.001	2.249
	Simão Dias	565	38.702	123.231	3.223
Sul	Cristinápolis	236	16.519	35.183	2.150
	Estância	644	64.409	430.673	6.814
	Indiaroba	314	15.831	39.236	2.220
	Santa Luzia do Itanhy	330	12.969	38.638	2.877
	Umbaúba	121	22.434	57.230	2.700
Agreste Central	Campo do Brito	202	16.749	39.060	2.351
	Itabaiana	337	86.967	338.570	3.949
	São Domingos	103	10.271	26.840	2.570

**Tabela 06 - Fonte: IBGE, vários anos. Elaboração: SEDETEC.**

Em relação ao desenvolvimento dos municípios integrantes do APL (Tabela 06) percebe-se que estes, em sua maioria, possuem Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio a baixo, a exemplo de Santa Luzia do Itanhy, Riachão do Dantas e Cristinápolis. Os municípios de Itabaiana, Estância e Campo do Brito apresentam os melhores indicadores de desenvolvimento humano do APL (APL/SE, 2011).

No capítulo a seguir, discutiremos a realidade do APL de mandioca de Sergipe. Nele, incluiremos os resultados analisados dos trabalhos de campo (Aplicação de questionários e fotos), para que possamos chegar as nossas próprias conclusões a respeito dos desdobramentos para o campesinato sergipano.

#### **4 – NA MODERNIZAÇÃO DA MANDIOCULTURA SERGIPANA, O CONTROLE DA RENDA DA TERRA**

Uma das lendas sobre a origem da mandioca conta que a filha de um chefe selvagem pariu uma criança a partir de uma gravidez misteriosa, que muito desgostara seu pai. No entanto, o carisma da menina, surpreendentemente branca, fez os aborrecimentos desaparecerem. Seu nome era Mani. Foi motivo de admiração e curiosidade naquela e em outras tribos, tanto sua aparência como pela precocidade com que andou e falou. Subitamente, Mani morreu com um ano de idade, deixando a todos muito tristes. A criança foi enterrada dentro da própria casa, em sepultura diariamente regada e cuidada, conforme os hábitos de seu povo. Em pouco tempo, no local de sua sepultura brotou uma vistosa planta, cujos frutos, quando ingeridos pelos pássaros, causavam-lhes uma leve embriaguez. Os índios, encantados com aquela novidade, escavaram a terra para encontrar o que julgaram ser parte do corpo de Mani, devido à sua coloração muito branca. Desta maneira, os índios aprenderam a usar a raiz e atribuíram-lhe o nome mani-óca, a casa de Mani.

(CÂMARA CASCUDO)

#### **4 - Na modernização da mandiocultura sergipana, o controle da renda da terra**

Em um contexto de reestruturação produtiva do capital no campo, que implicou em alterações técnicas e na formação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) de casas de farinha, o camponês, antes tradicionalmente agente principal desse espaço produtivo, hoje atua como coadjuvante diante da monopolização da produção e comercialização do referido produto por parte de alguns poucos agentes com maior poder econômico local. Ou seja, o produtor do principal derivado da mandioca em Sergipe e menos capitalizado, das áreas designadas como APLs da mandiocultura em Sergipe, encontra-se subordinado ao capital sob dois ângulos distintos: no processo produtivo da farinha e também em sua comercialização. Pois, em qualquer uma dessas duas fases ele vai esbarrar nos interesses de reprodução do capital.

No processo produtivo, isso ocorre ao deixar de produzir a farinha e passar somente a vender suas safras de mandioca in natura para àqueles sujeitos mais abastados. Na comercialização, pois, agora este não produz mais a farinha ou a produz e repassa para o dono da indústria que a empacota, agregando valor e a repassando com os acréscimos monetários dispensados à mercadoria anteriormente.

Sobre essa questão e ao conjecturar sobre o que chama de ciclos do capital, Marx (1890) nos leva a um amparo teórico relatando que denomina-se por ciclo do capital a passagem sucessiva do capital de uma forma para outra e seu movimento compreende três etapas. Destas três etapas, a primeira e a terceira decorrem na esfera da circulação, e a segunda na esfera da produção. Sem, a circulação, isto é, sem a transformação das mercadorias em dinheiro e, inversamente, a transformação do dinheiro em mercadorias, não se poderia conceber a reprodução capitalista, isto é, a permanente renovação do processo de produção e sendo estes os três estágios que o capital percorre sucessivamente em seu movimento.

Em cada uma dessas três esferas, o capital cumpre uma função correspondente: a transformação do capital monetário nos elementos do capital produtivo assegura a unificação dos meios de produção, pertencentes aos capitalistas, com a força de trabalho dos operários assalariados; sem tal unificação, o processo de produção não se pode operar. A função do capital produtivo consiste na criação, pelo trabalho dos assalariados, de uma massa de mercadorias de novo valor e, conseqüentemente, também de mais-valia. A função do capital mercantil, em primeiro lugar, consiste em, através da venda da massa de mercadorias

produzidas, fazer voltar ao capitalista, em forma monetária, o capital adiantado por ele para a produção e, em segundo lugar, em realizar, sob a forma monetária, a mais-valia criada no processo de produção.

Para a efetivação da pesquisa foram aplicados 80 questionários (em amostragem por saturação), divididos por comunidades: para produtores de mandioca, para donos de casas de farinha e para aqueles que compram e revendem a farinha após agregação de valor.

#### **4.1 – Da conformação do Arranjo Produtivo Local de Mandiocultura em Sergipe aos “novos” sujeitos do campo**

Embora o capital não seja o proprietário direto da terra, a família, não tem mais o domínio sobre esta, passando a produzir em função dos interesses capitalistas, que subordinam a produção camponesa e subjugam a renda da terra ao capital. Do desejo da autonomia da terra, o pequeno produtor familiar se crê autônomo por não ser assalariado, mas é apenas sujeito sujeitado do movimento desigual e contraditório do capital. Tornando-se dependente dos fluxos do mercado, ele não rompe com as relações capitalistas, o que de fato faz, é manter-se vivo para o capital. (CONCEIÇÃO, 2003, p. 4)

Nas áreas pesquisadas, o processo de monopolização do território pelo capital decorre inicialmente da subordinação da produção ao capital comercial através da figura do atravessador, que pode ou não, ser o sujeito dono da indústria empacotadora da farinha de mandioca comprada dos camponeses locais. Em sua maioria, os produtores são camponeses que permanecem produzindo, ainda que já tenham perdido o controle da venda e da produção de farinha.

Pode-se interpretar então que, o capital não se territorializa, entretanto, apropria-se primeiramente da renda da terra gerada e, posteriormente, da renda trabalho, onde o trabalho não pago da unidade familiar é sorvido, e subordinado às necessidades e aos interesses do capital, que neste contexto se reproduz permanentemente.

O cultivo da mandioca caracteriza-se como Arranjo Produtivo no estado de Sergipe em três territórios, Centro-Sul, Sul e Agreste Central, como já foi destacado anteriormente e que juntos concentram quase 80% de toda a produção estadual da raiz. Porém, para efeito de pesquisa, destacamos três municípios de dentro desse Arranjo Produtivo, os quais são responsáveis por grande parte da produção da mandioca e também da produção de farinha de mandioca do total geral desses três territórios (Tabela 07).

**SERGIPE**  
**APL DA MANDIOCULTURA**  
**RANKING DA PRODUÇÃO ESTADUAL DE MANDIOCA E FARINHA (t)**  
**2017**

MUNICÍPIOS	MANDIOCA (t)	FARINHA (t)
<b>LAGARTO</b>	<b>103.680</b>	<b>4.816</b>
<b>CAMPO DO BRITO</b>	<b>9.937</b>	<b>3.464</b>
<b>RIACHÃO DO DANTAS</b>	<b>7.424</b>	<b>384</b>
<b>SIMÃO DIAS</b>	<b>3.445</b>	<b>04</b>
<b>SÃO DOMINGOS</b>	<b>3.139</b>	<b>2.485</b>

**Tabela 07 – Fonte: Censo Agropecuário 2017**

A história da mandioca, em Sergipe, e sua maior presença na região do agreste coincidem com seu cultivo e beneficiamento nos municípios enfatizados acima, o que torna a atividade agrícola nessa região mais tradicional e, servindo para consolidar a pequena unidade de produção familiar. A destacada produção de mandioca na área em estudo está vinculada não somente à fatores edafoclimáticos, que favorecem ao cultivo do tubérculo, como também ao peso do costume e tradição atrelada ao aprendizado repassado dos pais e avós, esse fato foi uma unanimidade expressada por todos os produtores da raiz para justificar a escolha do cultivo (Tabela 07).

Grande parte dos produtores respondeu que planta mandioca a vida toda por herdarem dos pais a atividade e que a escolheram em detrimento a outras culturas por conta da renda, que apesar de variável, é semanal e podem contar com ela o ano todo. Ou seja, o mercado é certo, pois, vendem nas feiras ou o atravessador adquire o produto na porta da casa de farinha constituindo-se em um grande alívio para muitos camponeses dadas as dificuldades cotidianas, inclusive a de persistirem vivendo da agricultura.

Essa dinâmica de superação dos obstáculos em meio ao complexo processo de organização do espaço rural é buscada cotidianamente na área estudada, quando percebe-se que os pequenos produtores locais estabelecem uma luta constante em prol de uma reprodução espacial mais justa, rentável e igualitária.

A maioria dos produtores de mandioca questionados é o proprietário da terra, mas, alguns arrendam tarefas de terras para produzir a mandioca principalmente e plantam também acerola ou maracujá em pequena quantidade como complemento de renda em algumas épocas do ano. É necessário levar em conta toda a complexidade e a heterogeneidade que reveste as

formas e as relações de produção no campo, pois, são muitas situações envolvendo diferentes atores sociais: trabalhadores volantes, posseiros, trabalhadores sem-terra e pequenos produtores familiares.

As fotos a seguir expõem as atividades de plantio e colheita da mandioca. Na foto 05 observam-se ao lado do camponês alguns caules da manaíva que são cortados em pedaços de 20 a 30 cm para serem plantados e após aproximadamente 7 a 8 meses pode-se colher a raiz (Foto 06). A mandioca é um cultivo de ciclo longo, pois sua colheita pode ser feita a partir do oitavo mês de produção e durar até dois anos. Há casos em que pode-se colher o vegetal no sétimo e até no sexto mês, tudo irá depender do diâmetro da raiz, o qual é recomendado possuir mais do que três centímetros.

A época de plantio adequada é importante para a produção da mandioca, principalmente pela relação com a presença de umidade no solo, necessária para brotação das manivas e enraizamento. A falta de umidade durante os primeiros meses após o plantio causa perdas na brotação e na produção, enquanto que o excesso, em solos mal drenados, favorece a podridão de raízes. A escolha da época de plantio adequada ainda pode reduzir o ataque de pragas e doenças e a competição das ervas daninhas.

**Foto 05**



**Produtor de mandioca associado à COOFAMA - Campo do Brito, efetivando o plantio da raiz.**

**Fonte: Trabalho de campo/a autora, maio 2019.**

**Foto 06**



**Produtor de mandioca e dono de casa de farinha de Lagarto, povoado Urubu Grande, colhendo mandioca.**

**Fonte: Trabalho de campo/a autora, maio 2019.**

Quando questionados sobre o destino de suas produções 61% dos produtores de mandioca responderam que vendem toda a sua produção para atravessadores e/ou outros donos de casas de farinha. Esses produtores podem levar de 12 a 18 meses cuidando do cultivo, fazendo a limpa sempre e ao final de todo o ciclo vegetativo eles são levados a venderem todo o resultado de seus trabalhos, pois, apontam que não compensa mais fazer a farinha, já que o resultado da venda não cobre os custos em manter a casa de farinha na ativa, mesmo que seja por dois dias na semana. Essa realidade cruel e desleal que faz o camponês deixar suas tradições de lado e gerar menos renda como isso, pode ser melhor entendido à luz do principal responsável por essa nova realidade, o processo de monopolização do território local pelo capital e Marx (1890) pode nos aclarar ainda mais:

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (p. 961).

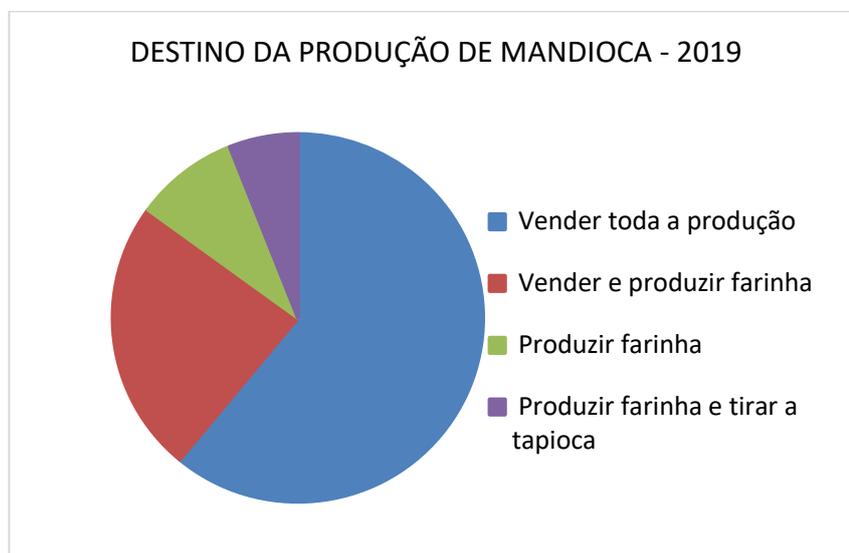
Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) o desenvolvimento do capitalismo é produto de um processo contraditório de reprodução capitalista ampliada do capital. Ou seja, o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas à produção imediata, mas também à circulação de mercadorias, portanto, inclui também a troca de mercadorias por dinheiro e, obviamente, de dinheiro por mercadorias. Esse processo contraditório decorre do fato de que o modo capitalista de produção não é em essência um modo de produção de mercadorias no seu sentido restrito, mas sim modo de produção, de mais-valia.

Cabe esclarecer, neste momento, que o produto final do processo de produção não é o mais-valor e sim a mercadoria. Essa mercadoria que sai do processo produtivo, a aprisiona. Entretanto a sua realização só se dá na circulação dessa mesma mercadoria. É, pois, no momento da circulação que o capitalista converte a mercadoria em dinheiro, e, portanto apropria-se da mais-valia, que é trabalho social não pago.

Assim, trabalha-se com o princípio de que o capitalismo está em desenvolvimento constante em todo canto e lugar. E esse desenvolvimento é fruto do seu princípio básico, o movimento de rotação do capital:  $D - M - D'$ . Entende-se também que o chamado processo econômico é constituído de quatro momentos distintos, porém articulados, unidos contraditoriamente. Esses momentos são o da produção imediata, da distribuição, da circulação e do consumo.

Dessa forma, percebe-se que o capital monopoliza o território sem, entretanto, territorializar-se, criando e se recriando, definindo e se redefinindo nas relações de trabalho e produção camponesa, sujeitando a renda da terra e renda trabalho ao capital.

No mesmo gráfico (02) nota-se também que 24% dos camponeses produtores de mandioca responderam que vendem a raiz e também produzem farinha (em dois dias da semana), 9% responderam que plantam somente para produzir a farinha e 6% responderam que plantam para produzir farinha e “tirar a tapioca”. A maioria não consegue arcar com os custos de produzir a farinha e/ou “tirar a tapioca” (goma da mandioca) mais vezes por semana.



**Gráfico 02: Destino da produção de mandioca, 2019.**  
**Fonte: Trabalho de campo, maio 2019.**

As próximas fotos (07 e 08) comprovam a situação narrada anteriormente no que diz respeito à quantidade de dias em que os camponeses produzem farinha durante a semana. A informação é de que nos últimos dez anos a farinhada passou a ocorrer somente duas, ou no

máximo, três vezes por semana, muitos camponeses citaram que a uns 10 ou 15 anos atrás existiam mais casas de farinha ativas e funcionando mais de 03 dias por semana e o ano todo e hoje a realidade para a maioria dos donos de casa de farinha, que ainda estão em atividade, é de dois dias de funcionamento. Com exceção de alguns poucos produtores, mais capitalizados, que conseguem fazer a farinha de segunda à sexta ou até mesmo aos sábados e durante o ano todo e quando não encontram a raiz in natura na região a compram de outros municípios e/ou estados.

Nos demais dias da semana as casas de farinha permanecem de portas fechadas e sem movimento como pode-se observar nas fotos a seguir (07 e 08). Segundo os produtores questionados as rendas extraídas da farinha e/ou da venda da mandioca não cobrem os custos de um uso mais intensivo das casas de farinha para que favoreça uma produção maior, ressaltando o fato também de que a maioria não pode comprar mandioca de outros estados ou municípios quando ocorre de faltar a raiz em sua propriedade ou na região de origem, no período mais chuvoso, por exemplo: de Março/Abril a Agosto, chove muito nesse período e o tubérculo fica muito molhado, dessa forma, a farinha que é produzida atinge baixa qualidade e se torna pouco rentável para a maioria dos produtores.

**Foto 07**



**Exemplo de casa de farinha que se mantém fechada na maior parte da semana, Lagarto/SE.**

**Fonte: Trabalho de campo/a autora, junho 2019.**

**Foto 08**



**Outro exemplo de casa de farinha que se mantém fechada a maior parte da semana São Domingos/SE.**

**Fonte: Trabalho de campo/a autora, junho 2019.**

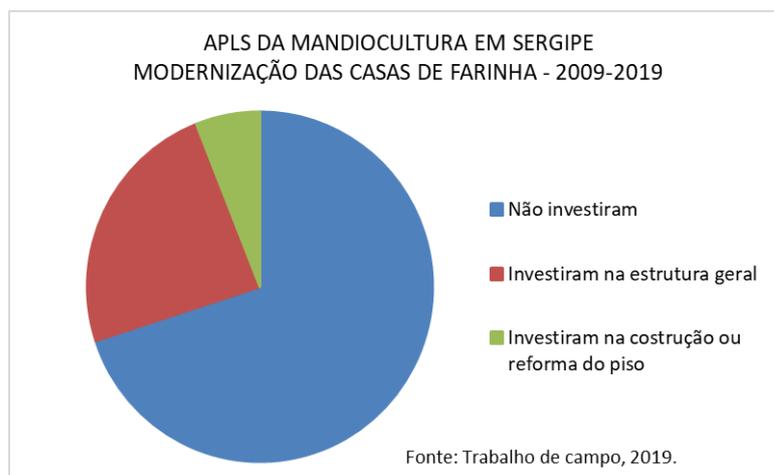
Em relação ao gráfico 03 observa-se que ao serem questionados sobre se realizaram algum investimento em suas casas de farinha nos últimos dez anos, 70% dos camponeses responderam negativamente. Dentre os que realizaram conquistas nos últimos dez anos, 24% aplicaram na melhoria da estrutura geral da casa de farinha e 6% preferiu auferir mudanças somente na construção ou reforma do piso das casas de farinha e todos eles ressaltam que quando efetivam algum progresso esse ocorre com dinheiro próprio, sem recurso de crédito bancário e/ou assistência governamental.

É importante frisar que os questionários aplicados remetiam a diferentes tipos de investimentos, inclusive na produção da farinha e quando indagados mais profundamente sobre essa questão da fabricação do subproduto da mandioca, os agricultores comentaram que sem auxílio técnico e sem direito a empréstimos mais justos não é possível investir como gostariam.

Outra questão narrada pelos produtores de farinha e, ainda ligada a investimentos em seus estabelecimentos, a respeito de técnicos governamentais que aparecem em suas propriedades e/ou fiscais do Ministério Público do Trabalho e insistem para que façam melhorias nas casas de farinha e assinem a carteira dos seus funcionários, os que trabalham na raspa da mandioca e àqueles que executam os trabalhos na produção da farinha (dentro da beneficiadora).

Esse é um assunto que assusta aos produtores, estes frisam que os fiscais e/ou técnicos aparecem, fazem reuniões com todos os agricultores estabelecendo promessas e garantias que não se cumprem com o passar dos meses/anos e, dessa maneira, esses fabricantes sentem-se diante de um enclave, pois, gostariam de realizar algumas benfeitorias para progredirem em seus empreendimentos gerando mais renda para suas famílias, mas, sem condições financeiras para empréstimos bancários e sem apoio ou auxílio técnico efetivos de instituições governamentais para a produção, como já foi frisado anteriormente, a maior parte desses agricultores não têm outra saída a não ser diminuírem as produções ou fecharem as suas beneficiadoras de farinha, o que vem acontecendo com bastante frequência segundo dados colhidos em campo. (Gráfico 03).

Os camponeses são taxativos quanto as suas impossibilidades em, principalmente, registrarem os seus trabalhadores, já que seria inviável financeiramente para esses produtores e, em contrapartida, isso também não agradaria, segundo os donos de casas de farinha, àqueles sujeitos que atualmente vivem da prestação de serviço nos dias de farinhada.



**Gráfico 03: Modernização das casas de farinha**  
**Fonte: Trabalho de campo, maio 2019**

Em um total de 50 questionários (60%) do universo, foi questionada qual a principal fonte de renda das famílias, sendo que esse percentual diz respeito àqueles que plantam a mandioca e também produzem a farinha. Destes 50 questionários, 36% citam que sua maior fonte receita é extraída da venda de toda a raiz (in natura) que é produzida, 8% citam que é extraída somente da produção da farinha, 4% citam que vem dos assalariamentos familiares e outros 2% dizem que sua maior fonte de renda vem das aposentadorias familiares.

É essencial destacar que a renda camponesa advém de variadas fontes como: aposentadoria, bolsa família, assalariamentos, produção da mandioca, a ligada à venda da farinha ou até mesmo como trabalhador diarista e/ou por produção, como veremos mais adiante. Todas essas fontes de rendas familiares existem como auxiliares para a permanência dessas famílias camponesas que, apesar de subjugadas ao capital, optam por continuarem a viver da terra. Sobre o tema, Jesus (2006) ressalta que:

Portanto, a propriedade da terra e seu afeto significam a garantia de sobrevivência e permanência no campo. Mesmo subordinado ao capital e com um processo desigual de modernização e produção, o camponês através da terra e do trabalho familiar consegue produzir para garantir o sustento da família, embora seja também obrigado a recorrer a algumas atividades complementares como o criatório bovino, o trabalho alugado, etc. O trabalho familiar ainda constitui o elemento primordial da resistência do campesinato ao capital (p. 110).

Segundo Paulino e Almeida (2010) a permanência e recriação do campesinato no século XXI, aparecem como um desafio a toda a sociedade. Debates conceituais entre os

termos ‘campesinato’ e ‘agricultura familiar’ são estritamente políticos, uma vez que demonstram ideologias políticas e sociais sobre a interpretação das relações de produção familiar no campo. E separá-los conceitualmente significa dizer que o ‘agricultor familiar’ é um representante do agronegócio capitalista de fato, mas em pequena escala. E essa pequena produção agrícola, para esta corrente, está fadada ao desaparecimento, seja por via de se tornar um capitalista ou ter que se assalariar.

É importante para essas autoras rever então as teorias de Chayanov, para entender que este sujeito, agora chamado por outro nome por muitos teóricos, de fato é o camponês, que se reproduz através de suas estratégias, sujeitando sua renda ao capital, mas não se valendo de relações capitalistas de trabalho e produção para se reproduzir. E frisam ainda:

Logo, é possível compreender a / relação entre o capitalismo e o campesinato, uma vez que o “desenvolvimento do capital não se faz em sentido único, antes a sua reprodução ampliada se faz ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, (re)cria formas não capitalistas com vistas à extração da renda, via pilhagem, como forma de produzir capital” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 28).

Umbelino (2007) também problematiza a respeito das variadas maneiras como o campesinato permanece no campo comenta que existe um número cada vez maior de estudiosos da agricultura buscando a explicação não só para a permanência, como também para o aumento do campesinato na agricultura, e argumenta que é no próprio processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção que isso acontece. Ou seja, o desenvolvimento desse modo de produção deve ser entendido como contraditório e isso quer dizer que o próprio capital cria e recria relações não capitalistas de produção. Assim:

[...] o desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção, particularmente em sua etapa monopolista, cria, recria, domina relações não-capitalistas de produção como, por exemplo, o campesinato e a propriedade capitalista da terra. A terra sob o capitalismo tem que ser entendida como renda capitalizada. Então, os autores dessa corrente entendem principalmente que o processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo se faz na direção da sujeição da renda da terra ao capital, pois assim ele (o capital) pode subordinar a produção de tipo camponês, pode especular com a terra, comprando-a e vendendo-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra (UMBELINO, 2007, p 11).

Ainda no que diz respeito à pergunta anterior sobre a renda familiar, responderam os produtores de mandioca e também de farinha, pois, muitos daqueles que plantam a raiz ainda beneficiam o derivado em suas propriedades, apesar de que foi constatado no trabalho de campo que a maioria daqueles que cultivam o tubérculo optou por fechar suas beneficiadoras

e vender toda a sua produção da raiz, in natura, para outro beneficiador mais abastado ou para aquele sujeito que só compra a farinha para depois empacotar e revender.

A estimativa total de renda mais em foco, na pesquisa de campo, direcionou-se efetivamente para aqueles camponeses que vendem toda a produção de mandioca e para os que somente beneficiam a farinha e não vendem suas safras do cultivo. Essa avaliação foi respondida da seguinte maneira: para os camponeses que somente vendem a raiz e, perfazem 69% dos inquiridos, a renda familiar gira em torno de 01 salário mínimo.

Quanto àqueles produtores que usam sua produção para fazer ele mesmo a farinha, cerca de 31% do universo, as suas rendas melhoram bastante, ficando entre 02 e 04 salários mínimos (Pesquisa de Campo, junho/2019). Muitos destes produtores têm, inclusive, que comprar mais do tubérculo principalmente nos meses de abril, maio e junho em outros municípios sergipanos e nos estados de São Paulo, Alagoas, dentre outros, pois para alguns, o que plantam não tem sido suficiente para sua produção total de farinha. Nesses casos a melhora da renda é explicada pela apropriação do produto do seu trabalho.

Observa-se, dessa maneira, como já foi constatado anteriormente, que a maioria dos produtores pesquisados atualmente somente plantam a mandioca para vender e que suas rendas familiares são inferiores, mesmo sabendo que esses as extraem também de formas distintas que não somente da terra. São rentabilidades menores que as de outros agricultores, que por possuírem maiores condições econômicas e, por isso, mais acesso a benfeitorias e formas complementares de adquirir a raiz, quando essa falta na região, conseguem manter uma receita e um reinvestimento produtivo superiores.

Dentre os produtores analisados quase todos também vendem a goma da mandioca - “Tiram a tapioca”<sup>18</sup> para complementar essa renda (Foto 09). Alguns produtores de farinha, não extraem polvilho (goma) e vice-versa. Mas há quem faça as duas coisas e neste caso, o produto resultante depois da extração do amido é uma farinha rica em fibras, mas pobre em amido, e muitos camponeses, da área estudada, a chamam de farinha inferior, com aparência mais escura e pobre em nutrientes.

Dependendo do lugar, pode ser chamada de farinha seca (que em outros lugares é a nossa farinha comum) ou farinha de raspa. Para extrair a fécula (amido da mandioca, polvilho

---

<sup>18</sup> Existe a confusão entre os nomes do subproduto da mandioca chamado de “Goma da Mandioca” (extraído como na foto 09) e o beiju feito da goma da mandioca chamado “Tapioca”.

ou goma), a mandioca é ralada, lavada e prensada. O líquido obtido é deixado em repouso por cerca de 24 ou 48 horas em tanques para o amido decantar. A água é jogada fora, restando no fundo o sedimento úmido: a goma fresca, para futuramente serem confeccionados os chamados beijus de tapioca (Foto 09).

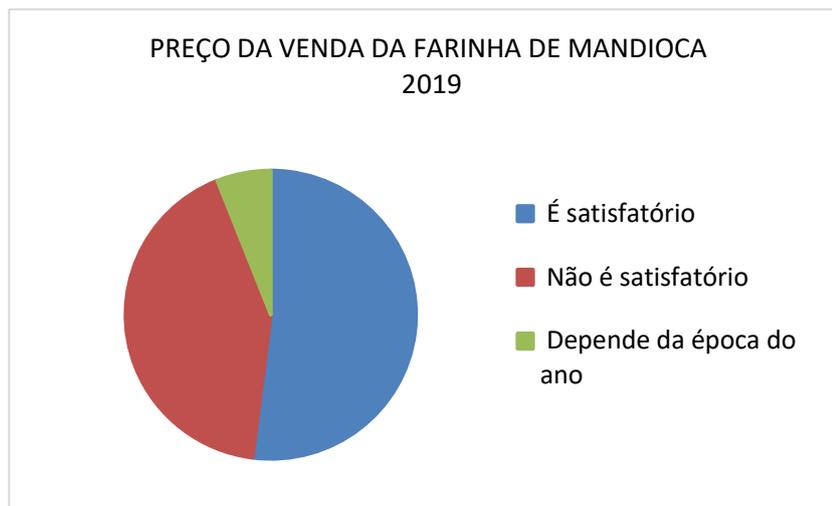
Quanto à goma da mandioca, a maioria dos questionados respondeu que não está valendo muito a pena a sua produção, pois, o preço caiu muito com o aumento da oferta dos últimos anos, por isso, muitos “tiram a tapioca”, como eles dizem (processo narrado no parágrafo anterior), apenas para o consumo familiar.

**Foto 09**



**Foto 09: Ex-produtor de farinha de mandioca que produz atualmente somente a goma da mandioca. Povoado Caraíba/Lagarto – SE.  
Fonte: pesquisa de campo, jun 2019.**

Quando questionados a respeito do preço da venda da farinha de mandioca (Gráfico 04), 52% responderam que o preço é satisfatório, 42% não é satisfatório e 6% dos inquiridos colocaram que depende da época do ano, pois segundo estes, nos meses de maio/junho/julho ao chover muito a mandioca fica bastante molhada e a farinha não tem muita qualidade, porém, a partir de setembro quando as chuvas diminuem e a mandioca é mais enxuta a farinha ganha qualidade e o preço aumenta um pouco.



**Gráfico 04**

**Fonte: trabalho de campo, maio 2019.**

O quadro apresentado pela maioria dos entrevistados foi de que nos períodos de baixa o saco da farinha varia entre 70,00 e 85,00 reais e após setembro o preço do saco de farinha atinge os 100,00 reais. Enquanto que o preço da tonelada da mandioca pode chegar a 300,00 reais dependendo do período do ano.

Segundo os produtores, muitos fecham as casas de farinha e passam a vender a mandioca por conta do preço baixo do saco desse produto (durante muitos meses do ano), pois a maioria dos produtores de Lagarto e São domingos vende seus sacos de farinha pelo preço mencionado aos muitos atravessadores locais, que muitas vezes trabalham para um comprador/empacotador local. No caso de Lagarto, o dono de uma empacotadora do povoado Brasília compra grande parte da farinha dos camponeses locais.

Muitas vezes também esse atravessador pega o saco de farinha na porta desses produtores e mantém um acordo informal (somente verbal). Por exemplo: pega o produto na propriedade, nos dias de produção e leva para Aracaju (mercado central e feiras dos bairros) ou para a sede do município para vender (feiras). Após a comercialização do produto, volta na propriedade do camponês e efetiva o(s) pagamento do(s) sacos de farinha de mandioca levado(s) anteriormente. Os donos de casas de farinha informam que o número de atravessadores é grande, porém, cada produtor já tem seus atravessadores mais próximos e com quem já negociam há muito tempo.

No ano de 2005, em pesquisa de Mestrado, Givaldo Santos de Jesus já apontava questões a respeito de uma crescente “modernização” no processo de beneficiamento da farinha no município de São Domingos/SE e relatava que apenas 36% dos farinheiros desse município ainda possuíam casas de farinha, 54% estavam distribuídos entre os que produziam

farinha em casas de farinha comunitárias, casas de farinha de amigos ou parentes, ou ainda, pagavam para fazer farinha, enquanto 10% dos produtores do município vendiam a produção da mandioca “em pé” (In Natura). Apontando uma dependência cada vez menor do produtor em relação a posse da casa de farinha, o autor ainda relata em sua pesquisa que:

Esta última é um fenômeno estritamente observado neste município, onde a dependência da casa de farinha já não existe. Soma-se a isso a venda da mandioca em pé, caracterizando-se como marco da interferência do intermediário-comerciante em processo anterior ao beneficiamento da mandioca, o que amplia e reforça a subordinação do pequeno plantador ao segmento da circulação da mercadoria mandioca. Outro fato importante neste município é que a produção anual da mandioca não é suficiente para atender as casas de farinha existentes. Então, os farinheiros capitalizados acabam importando a matéria-prima (mandioca) de outros municípios sergipanos, e até mesmo de outros Estados, como Bahia e Minas Gerais (Jesus, 2005, p. 123).

Percebe-se então que a realidade encontrada atualmente (2019) não somente em São Domingos, mas também em Lagarto e em Campo do Brito nos retrata uma condição que já vinha se articulando há mais de uma década no que diz respeito ao espaço produtivo e a comercialização de Farinha em Sergipe.

O gráfico a seguir (Gráfico 05) vem atualizando os dados sobre o uso das casas de farinha não somente em São Domingos, mas também mostra a realidade desse comportamento do camponês quanto ao processo de fabrico do principal subproduto da mandioca, a farinha, narrando esse fato também para os municípios de Campo do Brito e principalmente no maior produtor do estado, o município de Lagarto.

Destaca-se, então, que 68% das casas de farinha das áreas analisadas foram desativadas nos últimos 10/15 anos, segundo os entrevistados, e a melhor resposta para esse acontecimento é a de não terem condições de manter os custos da produção de farinha, mesmo reduzindo o número de dias da semana funcionando. A melhor saída, segundo esses, é vender toda a produção de mandioca in natura para um dono de casa de farinha mais capitalizado e que produz muitas vezes de segunda a sexta. E o que muitos outros fazem também é simplesmente tornar-se um “atravessador” comprando a raiz da mandioca na porta do camponês e vendendo para os produtores das casas de farinha mais abastados e/ou para vender em feiras e mercearias do próprio município ou trabalhando como mão de obra avulsa (diarista) nas casas de farinha destes.

Alguns depoimentos também narram que muitos ex-produtores de farinha, que fecharam suas casas de farinha, são atualmente trabalhadores que compram a farinha na propriedade dos produtores ativos a serviço daqueles sujeitos que empacotam a farinha para revenderem nas feiras e supermercados do interior e da capital, alguns desses empacotadores revendem, inclusive, para fora do estado, como é o caso da empacotadora Brasília, no povoado Brasília em Lagarto e da cooperativa Coofama no povoado Gameleira em Campo do Brito.

De acordo com as narrativas acima, coletadas em campo, podemos afirmar que muitos camponeses perdem completamente sua tradição de farinheiros e são sucumbidos por um novo modelo “modernizante” de produção e comercialização da farinha em Sergipe. E dessa maneira, esse camponês vai recriando formas de persistir no campo mesmo diante de uma avassaladora subordinação ao capital.

Para 26% (Gráfico 05) dos questionados as casas de farinha estão abertas e funcionando, algumas somente funcionam durante alguns dias da semana e vendem para atravessadores e/ou diretamente nas feiras de suas comunidades. Outras casas de farinha, uma minoria ainda, funcionam de segunda a sexta na produção de farinha e no sábado levam suas mercadorias para as feiras locais e mercearias para a venda sem atravessadores. Desses entrevistados, mais capitalizados, no povoado Brasília em Lagarto 02<sup>19</sup> mostraram interesse e planos para adicionarem em suas casas de farinha uma empacotadora brevemente, sendo que no local já existe uma. Alguns desses já possuem trabalhadores com carteira assinada e mais de 04 fornos elétricos em suas casas de farinha.

Apenas 6% (gráfico 05) do total questionado em todas as três áreas estudadas dizem usar a casa de farinha de terceiros, pois assim, a renda melhora um pouco em detrimento de possuir casa de farinha funcionando e arcar com gastos como trabalhadores temporários, energia, lenha (gasto em média de 300 reais por semana com a compra da lenha), e outros.

---

<sup>19</sup> Do total de 30 questionários aplicados aos donos de casas de farinha divididos por diversos povoados do município de Lagarto. Foram aplicados questionários por comunidade: para donos de casas de farinha, para produtores de mandioca e para os donos das indústrias/cooperativas de empacotamento de farinha.



**Gráfico 05: Condições de uso das casas de farinha, 2019.**  
**Fonte: Trabalho de campo, maio 2019.**

Oliveira (1981) nos explica o processo de apropriação da renda da terra pelo capitalista. O autor observa que ocorre no processo de sujeição da renda ao capital a partir da produção não capitalista, em que o campesinato produz a partir do trabalho familiar. Nessa situação, ocorre a sujeição da renda da terra, mas não a expropriação do meio de produção, terra.

Do total de 25 donos de casas de farinha que responderam aos questionários no município de São Domingos (Foto 10), 02 produtores<sup>20</sup> de farinha também mostraram interesse em adicionar empacotadoras às suas casas de farinha já bastante modernizadas e com alguns trabalhadores já registrados, por exemplo, os forneiros. O proprietário da beneficiadora (foto 10), mantém sua produção a semana toda e o ano todo, possui 04 fornos ativos e com pretensão de adicionar empacotadora de farinha ainda para esse ano de 2019.

<sup>20</sup> Pois, os questionários foram distribuídos e divididos para diferentes figuras/atores do atual espaço produtivo da mandiocultura em Sergipe.

**Foto 10**

**Foto 10– Casa de farinha modernizada, São Domingos/Se.  
Fonte: pesquisa de campo, 2019.**

Na foto 11 a imagem de um dono de casa de farinha mais capitalizada e que vai comprar de caminhão a raiz na casa de outro produtor de mandioca para completar a sua produção de farinha. Na foto 12 a imagem de um camponês, ex-produtor de farinha que atualmente somente vende toda a sua produção de mandioca, entregando sua mercadoria em carroça para um dono de casa de farinha ativa.

**Foto 11****Caminhão descarregando mandioca.**

Fonte: Trabalho de campo/a autora, junho 2019.

**Foto 12****Carroça também descarregando a raiz.**

Fonte: Trabalho de campo/a autora, junho 2019.

Ainda sobre as fotos anteriores (11 e 12) tem-se estabelecida a situação em que produtores de mandioca abrem mão de produzir a farinha, outros as compram (raiz) e produzem farinha a semana toda e o ano todo e com pretensão de aumentar o investimento em suas produções, comprando uma empacotadora para assim, agregar mais valor ao produto e repassar obtendo um lucro do que o daquele que apenas fabrica e repassa.

#### **4.2 Novas expressões da comercialização da farinha de mandioca em Sergipe**

A troca ou comercialização da mercadoria, enquanto etapa necessária para concluir o ciclo do produto, se realiza, ora diretamente, ora pelas indústrias empacotadoras, que compram a farinha aos camponeses proprietários das casas de fabrico. Tais indústrias empacotam e revendem. Observamos, durante a pesquisa, somente duas indústrias com essas características: uma no povoado Brasília no município de Lagarto e uma no povoado

Gameleira, essa última se constitui uma cooperativa dos produtores de farinha de mandioca de Campo do Brito (COOFAMA).

No Município de São Domingos, existia uma empacotadora não mecanizada ou manual, porém, encontrava-se parada e sem funcionamento de mudanças de ordem política na direção da cooperativa, proprietária da empacotadora. Mas, segundo produtores de farinha de São Domingos (trabalho de campo), uma máquina moderna de empacotamento de farinha está para ser adquirida pela cooperativa local, que atualmente passa por mudanças e reorganizações internas, seguindo inclusive, sem nome, sem nenhuma marca lançada no mercado e com seus trabalhos temporariamente paralisados em decorrência de questões políticas.

Muitos produtores de farinha mais capitalizados das áreas estudadas demonstraram interesse e até planos para adquirirem empacotadoras para suas indústrias beneficiadoras da farinha. Observou-se na área, que alguns produtores possuem casas de farinha bastante modernas, com alguns trabalhadores, segundo esses, com suas carteiras assinadas e trabalhando em suas produções a semana toda, com até 5 fornos ativos por dia em seus estabelecimentos<sup>21</sup>.

As fotos 13 e 14 mostram duas casas de farinha modernizadas, Ambas, organizadas e cujos donos fazem questão de frisar a preocupação com questões como higiene, boa infraestrutura geral (principalmente piso e telhado) e regulamentação de seus empregados. Na comunidade do povoado Brasília em Lagarto (foto 13), um proprietário destacou a presença de trabalhadores assalariados nas atividades de dentro da casa de farinha.

---

<sup>21</sup> Como já foi citado anteriormente, esse número varia muito, porém, foram encontradas muitas casas de farinha com três e quatro fornos e uma com cinco fornos.

**Foto 13**

**Casa de farinha moderna no povoado Brasília em Lagarto**

**Fonte: Trabalho de campo/a autora, junho 2019.**

**Foto 14**

**Casa de farinha modernizada no povoado Quirino em Lagarto.**

**Fonte: Trabalho de campo/a autora, junho 2019.**

A indústria de empacotamento de farinha do Povoado Brasília, no município de Lagarto, é responsável pela compra de boa parte da farinha que é produzida nos povoados Brasília, Jenipapo, Urubu Grande, Moita, Açuzinho, Açú Velho, Gameleiro, Boa Vista do Urubu, Quirino e diversos outros povoados do município de Lagarto. A compra é estabelecida através de um empregado da empacotadora ou do próprio proprietário, diretamente nas casas de farinha. Ele destaca os valores de venda do saco de 50 quilos por 70,00 até 100,00 reais. Observa que o preço depende da qualidade da farinha e explica que no caso da farinha da qual é “tirada a tapioca” (Goma), a qualidade é inferior e por isso é mais barata, chegando a ser comprado por 70,00.<sup>22</sup>

O referido proprietário informou também que quando falta a farinha em Sergipe, ocasiões de pelo menos dois invernos com pouca chuva, ou quando a qualidade está baixa<sup>23</sup>,

<sup>22</sup> Preço observado no mês de junho de 2019.

<sup>23</sup> Segundo os produtores de farinha e o próprio dono da indústria isso acontece devido a três fatores: quando chove muito na região e a mandioca fica muito molhada a farinha fica amarelada e escura, quando a mandioca é muito nova a farinha fica muito amarelada também e quando, como já foi citado, os produtores antes usam essa mandioca para tirar a goma fresca, assim, a farinha também perde valor, segundo todos os entrevistados.

ele compra do Paraná, de Alagoas ou da Bahia, pagando um pouco mais caro, mas sendo recompensado.

**Foto 15**

**Farinha ensacada na fábrica, Povoado Brasília Lagarto/SE.**

**Fonte: Trabalho de campo/a autora, junho 2019.**

**Foto 16**

**Máquina de empacotamento. Povoado Brasília Lagarto/SE.**

**Fonte: Trabalho de campo/a autora, junho 2019.**

Dentro da indústria de empacotamento os sacos de farinha comprados, são empilhados na entrada do estabelecimento (Foto 15). Essa farinha (sacos de 50 Kg) é primeiramente depositada em uma máquina onde é peneirada para ser retirada a sujeira ou corpo estranho que possui (foto 16).

A última etapa, antes de ir ao mercado, é o empacotamento em bolsas de plástico e agrupando-as em embalagens maiores com cerca de 40 bolsas de farinha para o transporte da revenda. Nesse processo faz-se uso do ferro quente para fechar os, chamados por eles, de “fardos” para as entregas finais (Foto 17).

Foto 17



Foto 17 – Trabalhadores da indústria recolhendo as bolsas de farinha de 1Kg que saem da máquina.  
Fonte: pesquisa de campo, 2019.

Todo esse processo acaba por agregar valor a farinha. Dessa forma, o dono da indústria acaba por valorizar o produto e repassa a farinha em pacotes de 1Kg retirando claro, desse processo o que agregou em valor, sua parcela de lucro em um produto agora repaginado para a nova comercialização. O preço final da farinha embalada em bolsas de 1kg pela indústria gira em torno de \$ 3,0<sup>24</sup> e dependendo da época do ano, pode sofrer variação.

O empacotamento é feito em três tipos de farinhas: a farinha Bebê, uma espécie fina, usada para o fabrico de maingaus (Foto 18)

Foto 18



Foto 18 – Os três tipos de farinhas trabalhadas pela indústria de empacotamento do Povoado Brasília, no município de Lagarto/SE.  
Fonte: pesquisa de campo, 2019.

<sup>24</sup> Referência a farinha considerada a melhor em qualidade: Brasília e para os meses de maio/junho de 2019.

Outro tipo é chamado na indústria de farinha “inferior”, mais escura. É o tipo inferior por que dela foi retirada a tapioca ou goma. E por fim, o terceiro tipo é de uma farinha mais clara e considerada “superior” e com maior valor no mercado.

Questionamos um dono de indústria empacotadora, quanto ao preço de comercialização do produto. Ele observa que:

Nós pagamos impostos, compramos bolsas e ainda pagamos trabalhadores assalariados, por isso temos que repassar por um preço mais justo que os pagos nas casas de farinha comuns. Nossas despesas são altas (Pesquisa de Campo, Povoado Brasília/Lagarto-SE, maio de 2019).

A empacotadora comercializa a farinha de mandioca para Lagarto mesmo (feiras e mercearias), vários municípios de Sergipe, tem também comércio certo com Aracaju, principalmente através das redes G. Barbosa, Bompreço e Fasouto, mas, também abastece feirantes do mercado central e algumas feiras e supermercados pequenos em Aracaju e muitos outros municípios de Sergipe.

Para vender as farinhas que empacota com as principais redes de supermercados de Sergipe e até da Bahia, existem as licitações. O proprietário informa que: “sempre tenho conseguido bons resultados na comercialização e pretendo expandir o nosso mercado de vendas para outros estados ainda mais distantes, como Pernambuco e até em outras regiões do país” (IBID).

No município de Campo do Brito, o signo de APL se faz a partir da Cooperativa dos produtores de farinha de mandioca de Campo do Brito (COOFAMA). A unidade opera na comercialização atacadista, tendo como base a cultura da mandioca, no beneficiamento e industrialização, agregando valor aos produtos e derivados da mandioca e da macaxeira. A missão da cooperativa é: “Desenvolvimento humano, social e econômico dos seus associados por meio de ajuda mútua, empreendedorismo e gestão coletiva” (Coofama, 2015). A ilustração a seguir esboça o trabalho de convencimento dos produtores para que se interessem pelas atividades da organização.

Figura 01



Figura 1 – Panfleto explicativo da missão da cooperativa e distribuído pelo “Chalé delícias de Mani” no centro da cidade de Campo do Brito.

Fonte: COOFAMA/Campo do Brito/SE

Para o gerente de Compras e Vendas, os camponeses têm na cooperativa uma fonte de renda garantida, ao viabilizar o escoamento de sua produção e afiançar a certeza do recebimento monetário. Além disso, a participação na cooperativa garante acesso a tecnologias que oferecem produtividade e eficiência. A mandiocultura é uma das principais fontes de renda do município, associada a produção de laranja e maracujá, ao serviço público, e ao comércio de bens de consumo movimentam a economia do município.

No município de Campo do Brito a maioria das unidades fabris de beneficiamento da farinha de mandioca (casas de farinha elétricas) estão localizadas nos povoados Gameleira, Terra Vermelha, Cercado, Tábua, Limoeiro e Caatinga Redonda.

O Gerente ressalta ainda que:

A força motriz deste modelo de desenvolvimento está na realização coletiva da comunidade através da formação de capital social, tendo como alicerces a cooperação, confiança, ação coletiva, solidariedade, redes de relacionamento, enfim, vontade coletiva de promover mudanças. Nosso objetivo não é apenas uma economia. Mas, uma economia solidária que tenha como objetivo principal a transformação social por meio da geração de renda e trabalho (Sr. P. COOFAMA, Campo do Brito/SE, junho de 2019).

A cooperativa possui estatuto próprio que regula as normas para compra da farinha de mandioca de suas atuais 85 famílias cooperadas, assim também para a revenda dessa farinha. A cooperativa contabiliza por família, pois um único cooperado representa e

responde por toda a sua família. Para o empacotamento da farinha na sede da cooperativa, e de acordo com esse mesmo estatuto, só é aceito o tipo de farinha previamente estabelecida com esses cooperados. Os preços atuais estabelecidos para a farinha na cooperativa são: \$1,60 para compra junto ao cooperado, e de \$2,50 para a revenda, após o empacotamento<sup>25</sup>. Na foto (20) pode-se visualizar a empacotadora adquirida pela cooperativa através de financiamento.

**Foto 19**



**Foto 19 – Empacotadora de farinha de mandioca da Coofama/Povoado Gameleira/Campo do Brito - SE.  
Fonte: pesquisa de campo, 2019.**

A Cooperativa entrou em funcionamento em 26/10/2009 e o sócio-presidente na época era produtor de mandioca e farinha atualmente vice-presidente da cooperativa. As fotos a seguir (20 e 21) ilustram a farinha e a goma da mandioca produzidas por cooperados e empacotadas, a primeira, na sede da Cooperativa, e a segunda, embalada no Centro de Derivados da Cooperativa no mesmo Povoado.

A cooperativa no ano de 2012 passou por uma grande transformação estrutural graças a participação dos agricultores em cursos de aperfeiçoamento sobre o manuseio dos alimentos e à gestão da produção em parceria com o SEBRAE e a Fundação Banco do Brasil. Estimulados a empreender e a comercializar seus produtos, a Coofama criou a

---

<sup>25</sup> Para a farinha empacotada, sendo como para cada 1kg de farinha comprada por \$1,60 é revendida pela cooperativa a \$2,50 (referência ao preço em Junho de 2019).

marca de farinha ‘Delícia da Copa’, que é comercializada nas lojas da rede de supermercados GBarbosa no Nordeste.

**Foto 20**



**Farinha Delícia da Copa – Campo do Brito/SE**

**Fonte: Trabalho de campo/a autora, junho 2019.**

**Foto 21**



**Goma de mandioca úmida a vácuo - Delícia da Copa.**

**Fonte: Trabalho de campo/a autora, junho 2019.**

Um calendário de eventos é mantido, com encontros presenciais e seminários, sempre visando à aproximação do fornecedor, seu desenvolvimento e discussão sobre possíveis soluções para a seca, a escassez da raiz da mandioca e o desenvolvimento de um projeto de mecanização da lavoura.

Sobre as perspectivas, o futuro o Gerente de vendas da Coofama, declara que apesar da crise pela qual o país atravessa:

Estamos vendendo normalmente e pretendemos ampliar a variedade de produtos, começamos só com a farinha, hoje temos variedades de produtos e nosso próximo passo é inserir a farofa de mandioca Delícia da Copa no mercado (Sr. P. COOFAMA, Campo do Brito/SE, junho de 2019)

Quanto ao novo produto, a farofa de mandioca, o gerente informa que está em fase de testes das embalagens, do tempo de duração e validade da farinha, tudo em análise no laboratório do ITPS<sup>26</sup>.

O Gerente de vendas entrevistado, também nos informa que ao longo de sua trajetória a cooperativa conseguiu adquirir algumas máquinas e equipamentos agrícolas que vêm auxiliando na produtividade e melhor organização das produções de mandioca e de farinha dos cooperados. São três máquinas: trator, caminhão baú<sup>27</sup> e uma plantadeira de manaíba. Isso, sem falar na empacotadora de farinha de mandioca que foi uma das maiores conquistas da Cooperativa e também a máquina de embalar a vácuo, presente no centro de derivados. Possuem ainda, alguns equipamentos agrícolas como o de arar a terra e colher a mandioca. As fotos a seguir exemplificam, através de imagens, algumas questões narradas (Fotos 22 e 23).

No ano de 2017 a cooperativa passou a contar com o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF). E segundo o entrevistado, isso é muito importante para os produtores rurais, pois:

O selo da agricultura familiar funciona como um instrumento de agregação de valor aos produtos do setor e assegura que os consumidores possam saber a origem desses produtos que estão adquirindo. O selo mostra para o comprador que os nossos produtos são produzidos com amor, respeitando o meio ambiente e valorizando o gosto do cliente. (Trabalho de campo, Povoado Gameleira, Campo do Brito, junho/2019).

---

<sup>26</sup> Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe.

<sup>27</sup> Entrega das encomendas fabricadas na cooperativa - parceria com a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) - SESC (Serviço Social do Comércio) – Projeto Mesa Brasil.

**Foto 22**

**Plantadeira de mandioca adquirida pela Coofama.**

**Fonte: Trabalho de campo/a autora, junho 2019.**

**Foto 23**

**Caminhão baú adquirida pela Coofama.**

**Fonte: Trabalho de campo/a autora, junho 2019.**

Muitos cooperados participam de cursos promovidos pelo SEBRAE e a Secretaria de Estado da Mulher, Inclusão, da Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos – SEIDH. Cursos como: Custos para Produzir no Campo; Liderar no Campo; Controlar meu Dinheiro e Empreendedor no Campo (Fonte: COOFAMA/Campo do Brito/SE, 2019).

Diante dos contextos já apresentados até então, torna-se importante enfatizar algumas especificidades encontradas, a partir do trabalho de campo, a respeito de realidades distintas de municípios que se encontram sob o signo de Arranjos Produtivos Locais da mandiocultura em Sergipe.

A modernização do APL descortinada em Campo do Brito nos expõe que a Cooperativa consegue eliminar a figura do atravessador, assegurando assim, a apropriação da renda da terra pelos próprios camponeses locais. Por exemplo, essa situação foi constatada ao perguntar aos agricultores cooperados se a integração à cooperativa local contribuiu de alguma forma para a melhoria de suas vidas na roça? A resposta unânime foi sim, avançaram em qualidade de vida e agora não têm mais a preocupação com a comercialização da farinha, já que a Coofama compra e revende, fazendo a “barganha”.

Agregando valor ao produto e ao revendê-lo o retorno é bastante satisfatório para os camponeses cooperados.

O APL, nesse caso, representa ganhos potenciais para os camponeses que contam com o apoio do Estado, via políticas públicas e financiamentos de tecnologias, pois, muitas máquinas e equipamentos agrícolas já ilustrados em páginas anteriores, foram adquiridos através de convênios, financiamentos e licitações públicas junto à cooperativa.

Em contrapartida, observa-se também à luz da pesquisa de campo, que outros municípios como Lagarto e São domingos, potencialmente grandes produtores de mandioca e de seu principal derivado, a farinha, se colocam em outra realidade no que diz respeito a cadeia produtiva da mandioca e de seus derivados.

No caso desses dois municípios ficam evidentes as presenças do atravessador e dos donos das empacotadoras de farinha, delineando um processo ativo e em evolução de monopolização das produções locais, tanto da farinha de mandioca como da própria raiz e seus outros derivados, ou seja, nos dois municípios citados, estamos diante de um processo distinto do anterior (cooperativa), essas outras realidades passam pelo processo de sujeição da renda da terra ao capital, sendo esse o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo que se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa, sendo essa última a forma local de subordinação aplicada em São domingos e em Lagarto.

Em decorrência disso, pode-se afirmar que nos casos dos municípios de São Domingos e Lagarto as conformações em APLs da mandiocultura apresentam-se sob um contexto desigual, excluindo uma maioria de camponeses que não conseguem mais gerar renda com o principal subproduto da mandioca, a farinha, antes historicamente fabricada por esses pequenos produtores de baixa renda. Porém, atualmente o que observa-se no meio rural desses municípios tradicionalmente produtores é uma minoria de agricultores mais capitalizados e que detêm, cada vez mais, o monopólio do fabrico da farinha e de sua comercialização.

Para embasar o quadro narrado acima Oliveira (2007) ressalta que:

No geral, como a rentabilidade do capital no campo não é elevada, o monopólio industrial preferiu, seguindo os moldes da fração do capital comercial, implantar-se na circulação, subordinando consequentemente a produção à circulação. Nesse caso, quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo a renda da terra embutida no produto produzido pelo camponês e sua família em

capital. Está se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista (p. 32).

Ariovaldo Umbelino (2007) reverbera ainda que no geral, entretanto, o capital tem atuado, contraditoriamente, no sentido de criar e recriar as condições para o desenvolvimento da agricultura camponesa, sujeitando, portanto, a renda da terra ao capital e de certo modo isso abriu espaço para a expansão da produção camponesa, surgindo um camponês ultra-especializado, diferente, portanto, do camponês livre da etapa concorrencial do capitalismo. Um camponês agora permanentemente endividado no banco, pressionado pelos encargos fiscais do Estado, esse mesmo Estado que de certa forma intervém no setor no sentido de buscar a sua regularidade. Um camponês altamente produtivo, cujo trabalho agrícola torna-se cada vez mais intenso, que inclusive necessita, dependendo do setor, entregar temporariamente parte do processo de trabalho para trabalhadores de empreitada, ou então entregar para os monopólios industriais a última etapa do processo produtivo: a colheita. E, em diversos momentos, o próprio processo de comercialização dos seus produtos.

No povoado Gameleira (Foto 24), sede da cooperativa, área rural do município de Campo do Brito, os produtores estão se dedicando também à produção da goma da mandioca úmida a Vácuo. A produção do produto nos últimos dois anos dobrou, cresceu mais de 50% e para dar conta da demanda a cooperativa teve que contratar mais funcionários, isso acontece em um local denominado como Centro de Derivados da Coofama (CDC). Já na foto 25 pode-se visualizar o prédio sede da Cooperativa onde fica a máquina de empacotamento da farinha e da goma de mandioca<sup>28</sup>.

É imprescindível enfatizar a questão narrada acima, sobre o caráter organizativo da cooperativa, pois, fica evidenciada a oferta de trabalho crescente com mão de obra assalariada. E, em um contexto de desemprego pelo qual o país atravessa, essa situação apresenta-se positiva para a geração de renda junto aos pequenos produtores locais, sem contar o fato de que ao assegurar trabalho assalariado para membros de famílias camponesas isso vai significar também apoio para que os mesmos se mantenham no/do campo.

---

<sup>28</sup> Quando essa não é a vácuo, pois, o processamento da goma úmida da mandioca a vácuo acontece no prédio do Centro de Derivados da Mandioca.

**Foto 24**

**Centro de Beneficiamento de Derivados da Mandioca no Povoado Gameleira /Campo do Brito/SE.**

**Fonte: Trabalho de campo/a autora, junho 2019.**

**Foto 25**

**Sede da Cooperativa no Povoado Gameleira/Campo do Brito/SE.**

**Fonte: Trabalho de campo/a autora, junho 2019.**

iante das fotos (24 e 25) é importante também frisar a participação dos jovens, filhos(as) e netos(as) de agricultores das comunidades locais em atividades de agroindústria de beneficiamento dos derivados da mandioca e da macaxeira, atividades essas que são desenvolvidas no meio rural agregando renda para o campo.

Outro importante produto que é elaborado e empacotado no centro de derivados da cooperativa é a macaxeira a vácuo<sup>29</sup> (Fotos 26 e 27). A cooperada e funcionária do centro de derivados explica o processo:

A matéria prima é trazida aqui e a gente faz o beneficiamento, descascagem, processo de lavagem e higienização e depois vai pra refrigeração. Aqui também criamos algumas receitas, produzimos a goma úmida da tapioca peneirada e embalada à vácuo para comercialização e a própria tapioca, também fazemos bolos de macaxeira para merenda escolar” (Funcionária da Cooperativa: Trabalho de campo, 2019).

<sup>29</sup> Parceria com o governo do estado de Sergipe e entregue para merenda escolar em escolas estaduais de Sergipe – ano passado foram entregues cerca de 114 toneladas de macaxeira nas escolas. Esse ano espera-se que a quantidade seja ainda maior – Fonte: COOFAMA – Campo do Brito.

**Foto 26**

**Macaxeira à vácuo beneficiada no centro de derivados do povoado Gameleira.**

**Fonte: Trabalho de campo/a autora, junho 2019.**

**Foto 27**

**Macaxeira à vácuo beneficiada no centro de derivados do povoado Gameleira.**

**Fonte: Trabalho de campo/a autora, junho 2019.**

A farinha da cooperativa é enviada, como já vimos no capítulo 03 (Prancha 03), para vários estados da Brasil. Através de convênio com a CONAB (governo federal) a farinha é também anexada em um programa de cesta básica. Outra importante exportação da farinha e da goma de mandioca se efetiva de 15 em 15 dias o ano todo. Ela sai para a Casa do Norte em São Paulo, um mercado que comercializa produtos nordestinos<sup>30</sup>. O entrevistado relatou que mês passado (setembro) de 2019 foram enviados cerca de 40.000 Kg de farinha de mandioca e 300 Kg de goma de mandioca para o mercado citado, que fica no estado de São Paulo.

No ano de 2018, os cooperados se reuniram com representantes da CONAB e SESC Mesa Brasil, para esclarecimentos acerca do PAA (Programa de Aquisição de Alimento), para iniciar mais um projeto. Os cooperados passaram a comercializar a Macaxeira a vácuo e o Bolo de Macaxeira, com mais essa parceria, gerando segundo entrevistados membros da cooperativa, mais renda para os agricultores cooperados (Figuras 02 e 03).

---

<sup>30</sup> A Casa do Norte compra a farinha de mandioca e a goma da Coofama e abastece (revendendo) restaurantes em São Paulo.

**Figura 02**

**Bolo de macaxeira pronto para entrega.**

**Fonte: COOFAMA/Campo do Brito/SE**

**Figura 03**

**Caminhão Baú de entrega das mercadorias.**

**Fonte: COOFAMA/Campo do Brito/SE**

A cada entrega efetivada, um motivo a mais para comemoração dos membros da cooperativa, como podemos perceber na fala de um deles:

Mais uma entrega de Macaxeira realizada para CONAB com Doação ao Sesc Mesa Brasil. Um programa de Segurança Alimentar e Nutricional com ações sociais contra a fome e o desperdício de alimentos. Distribui alimentos e desenvolve ações educativas para a população em vulnerabilidade social, através da responsabilidade compartilhada entre doadores, entidades e voluntários (Figuras 02 e 03) (Cooperado e um dos responsáveis pelo setor de distribuição – COOFAMA/Campo do Brito, junho: 2019).

As figuras 04 e 05 retratam o dia a dia das produções da cooperativa, a primeira ilustrando bolinhos confeccionados para serem distribuídos nas escolas (merenda escolar) através do convênio, já mencionado, com o governo do estado. Todas as mulheres que aparecem na figura 04 trabalham na cozinha do centro de derivados de mandioca. E a segunda mostra os panetones, muito procurados para as festas do final de ano pela comunidade em geral e por mercearias e supermercados do interior e da capital.

**Figura 04**

**Bolinhos de macaxeira tipo bacía -  
Produzidos pela cooperativa.**

**Fonte: COOFAMA/Campo do Brito/SE**

**Figura 05**

**Panetones de massa de macaxeira -  
Produzidos pela cooperativa.**

**Fonte: COOFAMA/Campo do Brito/SE**

Já as figuras (06 e 07) esboçam que a cooperativa também produz, para pronta entrega em supermercados e/ou mercearias da região, produtos como: sequilhos (goma), empadas de macaxeira doces e salgadas, coxinhas de frango com massa de macaxeira, bolachas de goma, pizzas de massa de macaxeira, e algo bem exótico que é o brigadeiro de macaxeira. Todos com grande aceitação e bastante procura a depender da época do ano.

**Figura 06**

**Brigadeiros, bolos e salgados - Produzidos  
pela cooperativa.**

**Fonte: COOFAMA/Campo do Brito/SE**

**Figura 07**

**Sequilhos fabricados com massa de  
macaxeira- Produzidos pela cooperativa.**

**Fonte: COOFAMA/Campo do Brito/SE**

Todos esses produtos também são produzidos no centro de derivados da mandioca e muitos deles diariamente são transportados para o quiosque, de propriedade da cooperativa, que fica localizado na Praça Nossa Senhora da Boa Hora, conhecida como “Praça da Usina”, no centro da cidade de Campo do Brito (Fotos 28 e 29).

**Foto 28**

Lanchonete onde podem ser encontrados vários produtos fabricados pela cooperativa. Campo do Brito/SE

Fonte: Trabalho de campo/a autora, junho 2019.

**Foto 29**

Lanchonete onde podem ser encontrados vários produtos fabricados pela cooperativa. Campo do Brito/SE

Fonte: Trabalho de campo/a autora, junho 2019.

O Chalé “Delícias de Maní” foi inaugurado em 21 de Setembro de 2018, com uma missa, a presença de várias famílias cooperadas. No Chalé, podem ser encontrados, produtos da Coofama e de outras cooperativas de agricultores rurais (Fotos 30 e 31).

**Foto 30**

Produtos expostos para venda na lanchonete da cooperativa. Campo do Brito/SE

Fonte: Trabalho de campo/a autora, junho 2019.

**Foto 31**

Produtos expostos para venda na lanchonete da cooperativa. Campo do Brito/SE

Fonte: Trabalho de campo/a autora, junho 2019.

Ainda, de acordo com o gerente de compras, desde o mês de agosto desse ano a cooperativa tem recebido a visita de empresários de outros países, mais especificamente e em um primeiro momento, de Portugal, Estados Unidos e Austrália, pois, a Coofama está em busca de expandir seu mercado de farinha e da goma de mandioca para fora do Brasil.

#### **4.3 – Relações de trabalho no beneficiamento da farinha em Sergipe**

Diante de todas as discussões da presente pesquisa já há o entendimento claro de que as propostas de desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais emergem de um contexto de reestruturação produtiva e de tentativas de recuperação das taxas de lucro do capital iniciada entre os anos 1970 - 1980. Mas será nos anos de 1990 que tanto o Brasil como outros países passaram a formular políticas de desenvolvimento focadas no apoio às aglomerações produtivas enquanto diretrizes sugeridas por organismos como a Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) e o Banco Mundial, numa clara política voltada à descentralização e de responsabilização das regiões, no contexto de fim das políticas do Estado de “Bem-Estar Social”.

Portanto, fica claro que nos períodos de crise do capital, emergem estratégias por parte de frações da classe capitalista que impactam tanto os processos de produção, quanto as

estratégias de reconfigurações do Estado e a correlação de forças entre as classes sociais. Processos esses que tem impactado de sobremaneira as condições e o modo de vida da classe trabalhadora. Uma das medidas amplamente adotadas nas últimas décadas tem sido a flexibilização da contratação força de trabalho por meio das terceirizações a partir das “novas” estratégias de acumulação do capital (CAMPOS, 2010).

Quanto a essa questão, Campos destaca que:

A atual ampliação dos modelos de APLs, ao “externalizar” parte da produção das grandes empresas fabris, vem se constituindo enquanto estratégia de incorporação produtiva do “setor informal” nas novas configurações da acumulação do capital. Tais estratégias da nova gestão na produção capitalista, recuperam, sob novas bases, formas “arcaicas” de contratação e emprego da força de trabalho, como por exemplo, a remuneração por peça/produção, o trabalho domiciliar, a subcontratação, etc., com o objetivo de intensificar a extração de mais-valia e aumentar o nível de produtividade do capital (2010, p.44).

A respeito dos novos formatos de relações de trabalho a partir do modelo da flexibilização das contratações Alves (2007) avalia que a precariedade social transborda os limites do estatuto salarial propriamente dito. Os proletários do século XXI não são apenas trabalhadores assalariados, operários ou empregados, mas os trabalhadores subordinados às grandes empresas que aparecem como prestadores de serviço, trabalhadores independentes ou “autônomos”. Deste modo, transmuta o vínculo de trabalho assalariado, expandindo a mera relação de emprego juridicamente determinada.

O trabalhador coletivo torna-se um emaranhado de vínculos de subordinação e de dependência, que pode assumir ou não a forma do contrato de trabalho clássico. O que alguns autores denominam de perda da centralidade do trabalho ou extinção do valor-trabalho é tão-somente a metamorfose complexa do vínculo de “emprego” em novas formas de subalternidade salarial para além do vínculo empregatício. Alves acrescenta:

No princípio, homens e mulheres foram expulsos da propriedade (ou posse) da terra, perdendo seus meios de produção da vida material, sendo obrigados, para sobreviver, a vender sua força de trabalho; e outros, expelidos pela concorrência de mercado, perderam ofícios ou habilidades profissionais, tornando-se proletários. Eis, portanto, o que é denominado processo de proletarização do trabalho. Por outro lado, em seu desenvolvimento avassalador, o sócio-metabolismo do capital no Ocidente se impôs sobre outros padrões civilizatórios, promovendo-se a colonização do mundo, seja em sua dimensão territorial, através do colonialismo, imperialismo ou globalização; seja em sua dimensão sistêmica, através da constituição de sociabilidades estranhadas e de relações sociais baseadas no poder e no dinheiro. Enfim, o capital como relação social tornou-se agente

da racionalização do mundo, aparecendo como um processo social contraditório cujo cerne essencial caracterizou-se por um lado, pela constituição do processo de precarização como forma de desenvolvimento civilizatório e por outro lado, pela instauração da precariedade social como “condição humana” (2007, p. 113).

Com a espacialização de novas expressões da produção de farinha em Sergipe, a partir das conformações em APLs, passam-se a perceber modificações quanto à diminuição do número de trabalhadores em algumas casas de farinha em decorrência da introdução de maquinários modernos, que necessitam de pouco ou, em alguns casos, nenhuma ação humana para a concretização dos trabalhos. O caso das prensas mais modernas e dos fornos elétricos é emblemático. Neles a demanda de trabalho humano não existe, precisam de pessoas somente para colocar e retirar a massa em um momento estabelecido.

O processo produtivo em todas as unidades visitadas segue naturalmente o mesmo esquema tradicional das farinhadas, em uma divisão do trabalho bem tradicional também e bastante simples, porém com uma diferença nitidamente ligada ao nível de modernização em algumas etapas do processo, como no que diz respeito à prensa e também à quantidade de fornos<sup>31</sup> a próxima foto ilustra um exemplo de propriedade com 04 fornos elétricos e trabalhadores com carteira assinada (antes eram diaristas). O proprietário da mesma passa a informação de sua pretensão em adquirir uma máquina de empacotar farinha até o início do ano de 2020. (Foto 32).

---

<sup>31</sup> Isso varia muito, mas do total de casas de farinha visitadas e ativas nos três municípios pesquisados: 70% possuem de 01 a 02 fornos e 30% apresentam entre 03 e 05 fornos.

Foto32



Foto 32 – Casa de farinha modernizada no povoado Brasília – Lagarto/SE  
Fonte: pesquisa de campo, 2019.

Quanto à organização do trabalho desenvolvido nas casas de farinha visitadas, eles seguem uma rotina tradicional, em que COLHEM E/OU COMPRAM / RASPA / CAIXAS / RALA / PRENSA / RALA NOVAMENTE / FORNO / PENEIRA / SACOS. Depois desse processo, a farinha pode ser vendida diretamente ao atravessador, diretamente em feiras locais / mercearias locais ou então vendida para ser empacotada em um processo de beneficiamento industrial por parte de antigos donos de casas de farinha que se capitalizaram e atualmente somente compram a farinha local, agregam valor e revendem.

O processo de beneficiamento da farinha de mandioca progressivamente passou por algumas mudanças e com o avanço da modernização, equipamentos que exigiam a utilização da força de trabalho humana foram substituindo pela força motriz. Todavia, essa “modernização” como já foi citada anteriormente, não chegou para todos.

As relações de trabalho se mantêm na maioria das casas de farinha da área estudada com a participação da família e alguns empregados temporários, como os que trabalham na raspagem da mandioca, maioria de mulheres com a participação casual de crianças, essas mulheres atualmente recebem R\$ 3,00 por caixa de mandioca raspada ao dia (por produção) e os que trabalham no restante do processo da fabricação da farinha, como na prensa e fornos, atualmente trabalham como diaristas e recebem entre 30,00 reais em média pelo dia

trabalhado. Porém, esses produtores de farinha menos capitalizados repetem incessantemente que se contratarem mão de obra assalariada vão ter que fechar as casas de farinha que ainda resistem e todos os envolvidos e que vivem do processo da farinha vão perder.

As mulheres que participam do processo de raspagem da mandioca comentam que se o pagamento for por dia trabalhado e não por produção, elas saem perdendo, pois, assim podem dividir essa tarefa com as tarefas de casa já que ficam livres para chegarem a hora que quiserem à casa de farinha. Já o dono da casa de farinha ressalta que elas não só são livres no horário, como também são mais produtivas, pois, procuram raspar o máximo possível e encher mais caixas para ganhar mais. Porém, trabalham de acordo com a quantidade de mandioca, porque em alguns dias da semana tem pouca mandioca ou muitas vezes a casa de farinha nem funciona por falta da raiz.

A mão de obra feminina e infantil é importante afirmar, foram apropriadas pelo modo de produção capitalista como secundárias ou mesmo formas acessórias de trabalho, contudo servindo para privilegiar a expansão do capital. Esta condição desvalorizou a força de trabalho da mulher em relação à masculina. Inserir no mercado todos os membros da família para gerar valor em virtude de atender a novas exigências do mercado e do sistema capitalista torna-se imprescindível. Diante dessa questão Silva (2016) enfoca:

A participação das mulheres no processo industrial lançou bases para a continuidade do trabalho feminino no espaço produtivo em outras fases do capitalismo, em primazia, nesta fase agitada de reestruturação produtiva, sob o paradigma neoliberal, permitindo a afluência definitiva das mulheres no mercado de trabalho. Todavia, essa incorporação se dá nas ocupações mais precárias em que ocorrem descontinuidades frequentes, de caráter parcial, informal e com redução dos níveis salariais (p. 96).

Houve um crescimento da participação feminina em ocupações tradicionalmente com preponderância masculina. No entanto, apesar dos avanços significativos, as mulheres estão concentradas, principalmente em áreas onde predominam os empregos mais precários, sem carteira assinada, com desigualdades salariais, nos serviços domésticos e nos trabalhos temporários, um grande exemplo são as mulheres que trabalham na raspagem da mandioca nas casas de farinha em Sergipe, particularmente nos municípios maiores produtores como Lagarto e Campo do Brito (Foto 33).

Algumas mulheres, no trabalho de campo, também comentaram que como a mandioca é pouca para raspar em várias casas de farinha, elas trabalham por produção várias

vezes por semana em casas de farinha diferentes, ou até em vários estabelecimentos durante um mesmo dia.

**Foto 33**



**Foto 33 – Mulheres no trabalho de raspagem da mandioca no povoado Açuzinho – Lagarto/SE.  
Fonte: pesquisa de campo, 2019.**

Tanto o trabalho feminino quanto o infantil foram expressivamente incorporados pela ampla indústria, uma vez que se tratava e ainda se trata de segmentos da sociedade historicamente inferiorizados e reprimidos nas relações de gênero e classe. Ou seja, tornava-se conveniente subjugar-los aos ritmos e controles do capital.

A captura e incorporação das mulheres nos territórios sob o signo de APL da mandiocultura exprimem as investidas do capital em busca de explorar esta força de trabalho eficiente no espaço reprodutivo, sendo assim aproveitada nas agroindústrias de fabricação de farinha. Torna-se mister pontuar também que a crescente inserção das mulheres no universo produtivo, no capitalismo contemporâneo, é marcada por um duplo processo contraditório. Por um lado é possível analisar sua faceta positiva, na medida em que contribui para a conquista da emancipação feminina, ainda que de forma parcial; na outra face reside a obscuridade que se manifesta no agravamento do nível de exploração e precarização do trabalho e subordinação das mulheres as circunstâncias do capital. Silva (2016) acrescenta ainda:

A tão desejada emancipação das mulheres é uma luta constante e distante, não é que seja impossível, porém é utópica, já que não se pode pensar na plena emancipação do trabalho na atual organização societal, a capitalista, que é desigualmente combinada e exploratória. Ao passo que não aspira à igualdade substantiva, ao contrário, se camufla no discurso de igualdade, inclusão e justiça entre os sujeitos sociais para se fortificar e continuar a explorar o(a) trabalhador(a) sob novas bases e comandos que proporcionam a expansão do capital (p. 105).

Na imagem a seguir (Foto 34) observa-se uma situação comum, porém, não tão fácil de ser flagrada, trata-se da imagem de uma criança na raspagem da mandioca, ou seja, apresenta-se o trabalho infantil que é muito utilizado e sempre diagnosticado pelas famílias envolvidas, como um auxílio aos adultos em momentos esporádicos de seus trabalhos. Dessa forma, em um quadro de extrema proletarização do trabalho e à margem de leis trabalhistas, percebe-se a banalização de questões complexas e extremamente frágeis em nossa sociedade como mão de obra feminina e o “trabalho” infantil.

**Foto 34**



**Foto 34 – Criança participando do processo de raspagem da mandioca em casa de farinha do povoado Jenipapo/Lagarto-SE**  
Fonte: pesquisa de campo, 2019.

Portanto, o avanço capitalista promove, de forma histórica, a exploração do trabalho em todos os setores da economia e a mão de obra feminina reafirma a dupla jornada da mulher, nesse caso especificamente do campo: no trabalho agrícola e em casa. Infelizmente, essa exploração é uma realidade atual e homens, mulheres, crianças e idosos são obrigados a

participar de todas as etapas do processo de produção da farinha de mandioca, no caso dos adultos quase sempre em troca de uma remuneração em forma de diárias ou por produção, essa é uma realidade amplamente encontrada principalmente nos municípios de Lagarto e São Domingos.

O trabalho precoce ou infantil, ao mesmo tempo em que serve como complementação de renda para inúmeras famílias de baixa renda, nesse caso particularmente no meio rural, também contribui para que a pobreza e miséria se perpetuem. Além das crianças e adolescentes serem privadas de frequentar escolas, de brincar e do convívio familiar, são submetidas em muitas situações a jornadas exaustivas, trabalhando como adultos e coibindo-se da oportunidade de lutar por uma vida melhor, em um ciclo que pode persistir por muitas gerações.

O ordenamento jurídico nacional e as normas internacionais, editadas pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), trazem normativo suficientemente protetor para obstar o trabalho precoce. Contudo, cabe ao Estado e à sociedade a implementação efetiva de tais normas, por meio de políticas públicas inclusivas, intensificação da fiscalização trabalhista e responsabilidade social por parte das empresas. Aos cidadãos, cabe exigir o cumprimento das leis, por meio de denúncias e do não consumo de produtos que tenham a utilização do trabalho de crianças e adolescentes em sua cadeia de produção.

A proibição do trabalho infantil está inserida na seara da proteção dos direitos humanos, assumindo todas as características e garantias que estes possuem. Dessa forma, merecem tratamento especial por parte do Estado, uma vez que as garantias até aqui alcançadas somente podem ser acrescidas, vedando-se o retrocesso dos direitos trabalhistas de crianças e adolescentes, em especial, o direito ao não trabalho.

Essa atuação estatal tem que estar pautada em políticas públicas relacionadas à saúde, educação, assistência social e trabalho, que objetivarão a redução das desigualdades sociais e a concretização do princípio da igualdade. E, na proteção aos direitos dos trabalhadores, a Constituição Federal trouxe inúmeras disposições acerca dos direitos trabalhistas, traçando rol extremamente detalhado sobre a proteção do trabalhador, bem como sobre o direito coletivo do trabalho.

Porém, o que pode-se aclarar sobre as comunidades visitadas dos três municípios que se destacam a nível estadual em relação à mandiocultura e, mais especificamente no que se refere também a produção de farinha, é que nos mesmos, as relações de trabalho ainda

encontram-se aquém na proteção e nos direitos legais aos trabalhadores envolvidos. E quanto ao trabalho feminino e a precocidade de trabalho de crianças e adolescentes a situação fica mais injusta e vulnerável, pois, principalmente nos municípios de Lagarto e São Domingos esses grupos seguem a margem da fiscalização e de leis trabalhistas.

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de uma investigação sobre o espaço da mandiocultura em Sergipe, através da aplicação de questionários na área de maior domínio dessa atividade agrícola do estado, qual seja, o município de Lagarto, maior produtor de mandioca e de farinha de mandioca do estado, o município de Campo do Brito e o município de São Domingos. Buscando explicar a dinâmica espacial dessa atividade produtiva na contemporaneidade, a realidade nos revela um quadro em que o camponês perde o controle da produção e comercialização do produto final mais importante da mandioca, a farinha.

O discurso de desenvolvimento local, sob a lógica do capital, convém para mascarar a contraditória e conflituosa relação capital/trabalho e apresentar o local como o lócus de possibilidades e realizações a partir da participação social. Busca no local o território de ação, as singularidades da comunidade local para assegurar as condições do processo de acumulação e reprodução do capital. Sob esta perspectiva de desenvolvimento está assentada a política para os Arranjos Produtivos Locais de Sergipe, compreendidos como propulsores do desenvolvimento local, uma “nova” proposta para organizar a produção econômica de um território, promover a inovação tecnológica, viabilizar novas oportunidades de emprego, renda e trabalho.

Perante essa política estadual de apoio aos APLs se encontram as áreas de mandiocultura em Sergipe, Arranjos Produtivos Locais que, segundo o SEBRAE, têm como missão promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo, para fortalecer a economia nacional. E, para cumpri-la, mantém-se atualizado sobre as tendências locais e mundiais que afetam os negócios, além de gerar soluções que contribuam para o fortalecimento desses negócios no país.

Fundamentado nesta lógica de capacidade endógena dos atores locais em favorecer o desenvolvimento, o Estado passou a atuar apenas de forma colaborativa – via política para APLs de Sergipe – ao procurar estimular investimentos privados para as ações locais, fazendo-se presente por meio de parcerias, projetos e políticas que possibilitem remover as dificuldades econômicas e sociais para garantir territórios dinâmicos para alocação e expansão do capital.

Os Municípios de Lagarto, São Domingos e Campo do Brito, focos do estudo, encontram-se envolvidos sob a perspectiva de desenvolvimento endógeno e inseridos na

organização de um formato produtivo que busca contribuir para a geração de emprego e oferecer melhorias para a comunidade local no que se refere á produção da mandioca e de seus derivados, porém, é preciso discutir algumas questões acerca de comparações no andamento, organizações e perfis dos Arranjos produtivos dos diferentes municípios visitados e analisados.

Os municípios de Lagarto e São Domingos encontram-se inseridos em um desenvolvimento endógeno e contextos modernizantes que claramente nos remete a um processo em evolução de monopolização das produções locais por parte de um grupo de produtores mais capitalizados e que conseguem cotidianamente auferir a maior parte da renda tanto com a produção de mandioca, como com a fabricação e comercialização da farinha.

O camponês perde o controle da produção e comercialização do produto final mais importante, que é a farinha. Se estabelecendo uma relação de estranhamento entre o sujeito da produção e o produto do trabalho, mas sobretudo, uma redução da renda do produtor. Nesse cenário, a realidade mostrou que o espaço da mandiocultura, tradicionalmente dominado pelo campesinato sergipano vai sendo tomado por um processo de monopolização da produção por agentes com maior poder econômico.

O quadro geral nesses municípios nos revela uma realidade em que mesmo diante de uma ampliação nas formas de aproveitamento da mandioca e das possibilidades suscitadas de agregação de valor e comercialização de subprodutos geradas nos últimos anos, a quase totalidade da produção de mandioca é vendida in natura para um terceiro, dessa forma, o pequeno produtor “abre mão” de suas tradições e ao mesmo tempo deixa de gerar renda para sua família, com a fabricação da farinha.

Em contrapartida, o município de Campo do Brito nos expõe outra forma de aparelhamento organizacional diante de um escopo sob o “novo signo” de reestruturação produtiva com base em Arranjo Produtivo Local. Nesse município, a estruturação modernizante do espaço rural encontra-se sob a forma organizativa de cooperativa e essa realidade se estende por todos os povoados maiores produtores de mandioca.

A Cooperativa denominada de COOFAMA – cooperativa dos produtores de farinha de mandioca de Campo do Brito – gera renda para o produtor de farinha cooperado, eliminando a figura do atravessador, uma vez que a cooperativa fica responsável pela barganha final do produto. Recebendo a farinha do cooperado, agregando valor e repassando

por um preço mais elevado, esta consegue devolver para o camponês todos os ganhos da comercialização do produto final revalorizado.

Essa situação leva a um aumento da renda do camponês e ao mesmo tempo a uma realidade de fixação desse camponês e de sua família no campo. Com uma postura de diversificação dos derivados da mandioca e da macaxeira, a cooperativa envolve os jovens da comunidade, gerando emprego e assalariando filhos e netos de camponeses que são levados a uma maior qualidade de vida, induzindo-os a viverem de atividades ligadas ao meio rural.

A cooperativa conta com apoio estatal para compras de máquinas e utensílios agrícolas como também aparelhamento geral e dinâmica produtiva dos cooperados e apoio financeiro a partir de créditos e parcerias para a comercialização dos produtos derivados da mandioca e da macaxeira confeccionados pela própria cooperativa.

Diante da realidade geral de arranjos produtivos ligados à mandiocultura observa-se que essa política ligada às casas de farinha intensificou a divisão da renda camponesa, transformou o camponês em um empregado na sua própria terra ou nas/das casas de farinha, ampliou o trabalho feminino e infantil, naturalizando esse último como ajuda.

Trata-se de um quadro que demanda preocupação por que além do discurso de que o APL produz visibilidade para a atividade, se difunde uma compreensão do caráter inevitável dessa chamada modernização, negligenciando-se a natureza desse modelo de desenvolvimento rural que nega aos camponeses as possibilidades de autogestionarem o produto do seu trabalho.

As relações de trabalho nas áreas estudadas são fontes geradoras de preocupações, pois denotam o caráter exploratório e desigual com que essas atividades humanas são organizadas ao bel prazer do movimento contraditório e excludente do desenvolvimento do capitalismo no campo. Além da fragilidade geral que explicita uma realidade de diminuição da renda de muitos camponeses ligados a produção da mandioca e da farinha, encontra-se também no território de APL da mandiocultura um retrato de precarização e desvalorização do trabalho feminino, que vai desde a renda auferida, na maioria das vezes, da raspagem da mandioca à forma desumana e incorreta de sua posição física ao manusear a faca para descascar as raízes, sentadas em banco baixos e sem encostos, as mulheres praticam o trabalho se curvando completamente para frente, o que trás, ao longo do tempo, problemas sérios de saúde, segundo o que todas relataram em trabalho de campo.

Outra questão bastante grave em relação ao trabalho feminino é a exploração quanto a quantidade de caixas que precisam encher com mandioca descascada para conseguirem alguma renda ao final do dia, pois, recebem renda em formato de produção, quanto maior o número de caixas cheias, maior a renda. Por cada caixa cheia conseguem o equivalente a 3,00 (três reais). Ao final de um dia mais produtivo de trabalho, a mulher consegue uma renda média de 30,00 (trinta reais).

Essa renda, muitas vezes, é conquistada em decorrência do trabalho “auxiliar” de seus filhos, a maioria menor de idade, caracterizando trabalho precoce ou infantil no processo de raspagem da mandioca. Questões essas que se configuram de forma mascarada nas relações de trabalho extremamente precarizadas das regiões de APLs da mandioca em Sergipe.

Uma realidade que desmascara o debate da questão agrária no Brasil e a necessidade de organização do campesinato como classe, que deve lutar para se reproduzir longe do domínio do capital.

## 6 – REFERÊNCIAS

ABAM – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES BRASILEIROS DE AMIDO DE MANDIOCA. **Aprovado o incentivo tributário para a mistura de farinha de mandioca a farinha de trigo.** Disponível em: <[http://www.abam.com.br/includes/index.php?link\\_include=menu3/noticias\\_det.php&menu=3&item=1&id=270](http://www.abam.com.br/includes/index.php?link_include=menu3/noticias_det.php&menu=3&item=1&id=270)> Acesso em: 24 DE AGOSTO DE 2018.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho** / Giovanni Alves. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

AMARAL FILHO, Jair do. **Núcleos e arranjos produtivos locais: casos do Ceará.** Fortaleza: IPECE, 2002;

\_\_\_\_\_, Jair do. **A ENDOGENEIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL E LOCAL.** IPEA: planejamento e políticas públicas ppp | n. 23 | jun 2001;

\_\_\_\_\_, Jair do. **É negócio ser pequeno, mas em grupo.** In: CASTRO, A.C. (Org.). **Desenvolvimento em Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n° 2, abr-jun. 2007 debate: painéis do desenvolvimento brasileiro 11. Rio de Janeiro: Mauad, 2002;

\_\_\_\_\_, Jair do. SCIPião, Tatiana T. & SOUZA, Dayane L. R. de. **Identificação e Mapeamento das Aglomerações Produtivas Especializadas no Ceará: pistas para identificação de Arranjos Produtivos Locais (APLs).** Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará-IPECE/SEPLAN, Fortaleza-CE, 2004;

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho.** Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005;

\_\_\_\_\_, Ricardo. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: \_\_\_\_\_. Maria Ozanira da Silva e Silva, Maria Carmelita Iazbeck. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Cortez; São Luiz, MA: FAPEMA, 2008;

APL – Arranjos Produtivos Locais - Programa de Mobilização para o Desenvolvimento dos Arranjos e Territórios Produtivos Locais do Estado de Alagoas. **Mandioca Agreste.** PAPL/SEPLAN/SEBRAE – AL. Governo do Estado de Alagoas, 2004/2007;

- APL – Arranjos Produtivos Locais – **Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local da Mandioca no Agreste e Centro-Sul Sergipano**. Núcleo de Arranjos Produtivos Locais. SEDETEC/SE Governo do Estado de Sergipe, 2011;
- APOLINÁRIO, V.; SILVA, M. L. (Orgs.). **Políticas para arranjos produtivos locais: análise em estados do Nordeste e Amazônia Legal**. Natal: Editora UFRN, 2010;
- BEAUD, Michel – **História do Capitalismo: de 1500 aos nossos dias**, 3ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1991;
- BIZERRA, Fernando de Araújo. **Estado e Capital: uma coexistência necessária**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016;
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional**. Texto de referência (Resumo Executivo). Brasília: MI, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/H2qzuD>>. Acesso em: 20 de abril de 2018;
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programas de desenvolvimento regional**. Brasília: MI, 2003;
- CÂMARA CASCUDO, Luís da. **Dicionário do folclore brasileiro**. 10. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.];
- CAMPOS, Renato Ramos. et al. (Orgs.). **Políticas estaduais para arranjos produtivos locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010;
- CARDOSO, Univaldo Coelho. **APL: arranjo produtivo local**. / Univaldo Coelho Cardoso, Vânia Lúcia Nogueira Carneiro, Édna Rabêlo Quirino Rodrigues. – Brasília : Sebrae, 2014.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CASSIOLATO, José E. Szapiro, Marina. **Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas**. Relume Dumará Editora, Rio de Janeiro, 2003;
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede – A Era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e terra, 1999;
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_, François. **A “Nova economia”: uma conjuntura própria à potencia econômica estadunidense.** In: CHESNAIS, F.[et al]. Uma nova fase do capitalismo. São Paulo, Xamã, 2003;

COGGIOLA, Osvaldo. **Capitalismo: Origens e Dinâmica histórica.** São Paulo, 2014;

COOPASUB – COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DOS PEQUENOS PRODUTORES DO SUDOESTE DA BAHIA. **Estímulo ao Cooperativismo traz desenvolvimento sustentável para a mandiocultura regional.** Boletim informativo. Vitória da Conquista: n.1, ano 1. 2006;

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **O Novo e o Velho: Os “Resíduos” Da Produção Familiar Camponesa.** In: anais do II Simpósio Nacional de Geografia Agrária e I Simpósio Internacional de Geografia Agrária. USP, 2003;

COSTA, Edmilson - **A Globalização e o Capitalismo Contemporâneo.** São Paulo, Expressão Popular, 2008;

CUNHA, M. A. P. **Mandioca e fruticultura.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/perm/capr/embrapamario.pdf>>. Acesso em: 23 de agosto de 2018.

DINIZ, C. C.; SANTOS, F.; CROCCO, M. **Conhecimento, inovação e desenvolvimento regional/local.** In: DINIZ, C. C.; CROCCO, M. (Orgs.). Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006;

DINIZ, José Alexandre F. **A condição Camponesa em Sergipe – Desigualdade e persistência da Agricultura Familiar.** Aracaju: NPGeo/UFS, 1996;

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001;

DUMÉNIL, G. & LÉVI, D. **Introdução à discussão – Uma nova fase do capitalismo? Três interpretações marxistas.** In: CHESNAIS, F. [et. Al.]. Uma nova fase do capitalismo, São Paulo: Xamã, 2003;

FBB – FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Fundação fortalece o trabalho e renda junto a 6,4 mil famílias de agricultores.** Disponível em:<<http://www.fbb.org.br/portal/pages/publico/expandir.fbb?codConteudoLog=5717>>. Acesso em 25 DE AGOSTO DE 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 2005;

- GARCIA, Jr. Afrânio Raul. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção: Estudos sobre o Nordeste; v.8);
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. (Título original: Spaces of capital: Towards a critical geography). Tradução: Carlos Szlak, São Paulo: Annablume, 2005a;
- \_\_\_\_\_, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2005b;
- \_\_\_\_\_, David. **Para entender o capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013;
- \_\_\_\_\_, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 3.ed. São Paulo. Edições, Loyola, 2012;
- \_\_\_\_\_, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo** tradução de João Alexandre Peschanski. - São Paulo, SP: Boitempo, 2011;
- HILFERDING, Rudolf – O Capital Financeiro In: **Os Pensadores: Hilferding**, São Paulo, Abril Cultural, 1985;
- HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001;
- HÜBENER, Laura Machado. **O comércio da cidade de Desterro no século XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.
- IBGE, Fundação. **Censo Agropecuário de Sergipe**. Rio de Janeiro, 2006;
- IBGE, Fundação. **Censo Agropecuário de Sergipe**. Rio de Janeiro, 2017;
- IBGE, Fundação. **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro, 2008;
- IBGE, Fundação. **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro, 2009;
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **O Perfil da Agroindústria Rural no Brasil Uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário 2006**. Relatório de Pesquisa, Brasília: 2013;
- JESUS, Givaldo Santos de. **Camponeses “Orfãos”**: Farinheiros de Ribeirópolis e São Domingos-SE 1975-2005. Aracaju: Dissertação de Mestrado, NPGE/UFS, 2006;
- LAMARCHE, Hughs (coord.); **A Agricultura Familiar**; tradução por Ângela Maria Naoko Tijiwa; Campinas; Unicamp, 1993.
- LASTRES, Helena Maria Martins. **O apoio ao desenvolvimento regional e aos arranjos produtivos locais (APLs)**. Texto para Discussão - RedeSist Desenvolvimento, Inovação e Território. Rio de Janeiro, 2016;

\_\_\_\_\_, H.M.M; Cassiolato, J.E.e Maciel, M.L. (orgs) **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**, Relume Dumará Editora, Rio de Janeiro, 2003;

\_\_\_\_\_, H. M. M. **Avaliação das políticas de promoção de arranjos produtivos locais no Brasil e proposição de ações**. Brasília: CGEE, 2007;

\_\_\_\_\_, H. M. M. et al. **O apoio ao desenvolvimento regional: a experiência do BNDES e oportunidades para avanços**. Revista do BNDES, n. 42, dez. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/V7HXJ6>>. Acesso em: 23 de Abril de 2018;

LÊNIN, V.I. **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo. Global Editora, 3ª Ed. 1985;

LESSA, Sergio. **Trabalho, sociabilidade e individuação** – publicado na revista da Fiocruz, Trabalho, Educação e Sociedade, vol 4, n. 2, setembro de 2006.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital - Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo**. 2ª Edição (Os Economistas). Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter. São Paulo, Nova Cultural, 1985;

\_\_\_\_\_, Rosa. **Reforma ou Revolução?** Editorial Estampa, Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter, 1970;

MARX, Karl.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999;

\_\_\_\_\_. **O Capital: Crítica da economia política (Livro I) - O Processo de Produção do Capital**. Tradução de Rubens Enderle, BOITEMPO editorial, 1983;

MELLO, Alex Fiuza de. **Capitalismo e mundialização em Marx**. Editora Perspectiva – Coleção Debates, 2.000;

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Ministério incentiva o cultivo e o beneficiamento da mandioca para dinamizar economia no sul da Bahia**. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/comunicacao/noticias/noticia.asp?id=1324>>. Acesso em: 24 DE AGOSTO DE 2018.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W.M. **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984;

MOREIRA, R. **O que é Geografia**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009;

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992;

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007;

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. **As tecnologias e suas interfaces no campo como estratégia de controle do capital**. Dissertação de Mestrado. NPGeo/UFS, São Cristóvão, 2007;

\_\_\_\_\_, Vanessa Dias de. **Políticas Públicas e trabalho precário: a retórica da “Autonomia empreendedora” e a permanência do desemprego**. Tese de Doutorado. PPGeo/UFS, São Cristóvão, 2017;

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a incontabilidade do capital**. São Paulo: Instituto Luckács, 2012;

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e Território: A Questão Camponesa no Capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEDUZZI, P. **Produção da mandioca gera 10 milhões de empregos diretos e indiretos**. Disponível em: < <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticiasmateria.0227.8598137216/view>>. Acesso em: 24 de agosto 2018.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: Taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2010;

PLATZMANN, Julius. **Da baía de Paranaguá**. Traduzido, comentado e ilustrado por Francisco Lothar Paulo Lange. Curitiba: Edição do tradutor, 2010.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização : a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001;

REDESIST – REDE DE PESQUISAS EM SISTEMAS E ARRANJOS PRODUTIVOS E INOVATIVOS LOCAIS. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Rio de Janeiro: UFRJ, jun. 2005. Disponível em: <[www.redesist.ie.ufrj.br](http://www.redesist.ie.ufrj.br)>. Acesso em: 18 de abril de 2018;

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma Agrária e Distribuição de Renda. In: STÉDILE, João Pedro (Cord.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1994;

SOUZA, J. **Folha de mandioca: alternativa alimentar**. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view&exibir=clipping&notid=1523.htm>>. Acesso em: 24 DE AGOSTO DE 20018.

SANTOS, Josefa de Lisboa. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. Tese de Doutorado. Aracaju, NPGEU/UFES, 2007;

SCHUMPETER, Joseph A./ **(Editado por George Allen e Unwin Ltd., traduzido por Ruy Jungmann)**. — Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961;

SEAB – AL. **Análise da Conjuntura Agropecuária Safra 2009/2010. Mandioca**. Departamento de Economia Rural, 2009;

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Termo de referência para atuação do sistema Sebrae em arranjos produtivos locais**. Brasília: Sebrae, 2003;

\_\_\_\_\_. **Nova cooperativa vai facilitar escoamento da produção de farinha**. Revista Conexão. Nº 160, junho 2007.

\_\_\_\_\_. **Programa de revitalização da mandioca**. Salvador: Sebrae – BA , 2003.

SILVA, Genivânia Maria da. **O (des) mascaramento do discurso do desenvolvimento local/sustentável no (des) envolvimento das indústrias de cerâmica vermelha e olarias no estado de Sergipe**. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão, PPGEU/UFES, 2016;

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual. Natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988;

WALLERSTEIN, Immanuel. **Mundialização ou era de transição: uma visão de longo prazo da trajetória do sistema mundo**. In: CHESNAIS, F. [et al.]. Uma nova fase do capitalismo. São Paulo: Xamã, 2003;

## **APÊNDICE**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E GEOGRAFIA**  
**DOUTORADO EM GEOGRAFIA**  
**ALUNA: ÍTALA SANTANA SOUZA**

**PERÍODO DE APLICAÇÃO: MARÇO/ABRIL/MAIO/JUNHO – 2019**

**QUESTIONÁRIO 01: PARA PRODUTORES DE MANDIOCA**

Nº \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_ Município/Povoado \_\_\_\_\_

DESDE QUANDO O SR. PRODUZ  
 MANDIOCA? \_\_\_\_\_

É PROPRIETÁRIO DA TERRA? \_\_\_\_\_

POR QUE O SR. PRODUZ  
 MANDIOCA? \_\_\_\_\_

QUANTO USA DA ÁREA PARA PRODUZIR ESSA CULTURA? \_\_\_\_\_

QUAL É O DESTINO DA SUA PRODUÇÃO?

TEM CASA DE  
 FARINHA? \_\_\_\_\_

O SR. E SUA FAMÍLIA FAZEM A FARINHA OU VENDEM A PRODUÇÃO DE  
 MANDIOCA? \_\_\_\_\_

QUANDO A PRÓPRIA FAMÍLIA FAZ A FARINHA, QUAL O DESTINO DA SUA  
 PRODUÇÃO? \_\_\_\_\_

ALGUM MEMBRO DA FAMÍLIA TRABALHA EM CASAS DE  
 FARINHA? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ QUAL TIPO DE ATIVIDADE  
 DESENVOLVE? \_\_\_\_\_ QUAL A  
 RENDA? \_\_\_\_\_

A MANDIOCA É UTILIZADA PARA PRODUZIR OUTROS PRODUTOS, ALÉM DA FARINHA? \_\_\_\_\_ QUAIS SÃO OS PRODUTOS DERIVADOS PRODUZIDOS PELA FAMÍLIA OU NA COMUNIDADE? \_\_\_\_\_

HÁ ATREVESSADORES PARA A COMPRA DA FARINHA? \_\_\_\_\_ QUEM SÃO? \_\_\_\_\_

COMO SE ESTABELECE A RELAÇÃO COM O ATREVESSADOR? \_\_\_\_\_

HÁ ALGUM TIPO DE INTEGRAÇÃO/ACORDO LIGADA A CRÉDITO? \_\_\_\_\_

O SR. UTILIZA ALGUM TIPO DE CRÉDITO NA ATIVIDADE DE MANDIOCULTURA? \_\_\_\_\_

HÁ APOIO TÉCNICO DE ÓRGÃO DO GOVERNO PARA A MANDIOCULTURA? \_\_\_\_\_

PARTICIPA DE ALGUM PROGRAMA DE ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL? \_\_\_\_\_

RECEBEU RECURSOS FINANCEIROS DO PRONAF EM ALGUM ANO? \_\_\_\_\_

QUAL É A IMPORTÂNCIA DA FESTA DA MANDIOCA PARA OS PRODUTORES? \_\_\_\_\_

O SR. É ASSOCIADO? \_\_\_\_\_ A ASSOCIAÇÃO CONTRIBUI DE ALGUMA FORMA COM A MELHORA DA VIDA NA ROÇA? \_\_\_\_\_

ALGUM MEMBRO DA FAMÍLIA TRABALHA FORA DE CASA? \_\_\_\_\_

ALÉM DA MANDIOCA, QUAIS OUTRAS CULTURAS SÃO PRODUZIDAS? \_\_\_\_\_

RETIRA RENDA DESSAS ATIVIDADES \_\_\_\_\_

QUAL É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA DA FAMÍLIA?

APOSENTADORIA( ) BOLSA FAMÍLIA( ) ASSALARIAMENTOS ( ) A RENDA DA PRODUÇÃO DE MANDIOCA( ) A RENDA LIGADA À FARINHA ( )

A RENDA É UTILIZADA COM A FAMÍLIA? \_\_\_\_\_

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E GEOGRAFIA**  
**DOUTORADO EM GEOGRAFIA**  
**ALUNA: ÍTALA SANTANA SOUZA**

**QUESTIONÁRIO 02: PARA DONOS DE CASAS DE FARINHA**

Nº \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_ Município/Povoado \_\_\_\_\_

COMO ADQUIRE O PRODUTO (A MANDIOCA)? \_\_\_\_\_

COMPRA POR PESO? \_\_\_\_\_

QUAL O VALOR ATUAL? \_\_\_\_\_

A MANDIOCA PARA A PRODUÇÃO DE FARINHA É TOTALMENTE DA REGIÃO OU PRECISA COMPRAR DE OUTRO MUNICÍPIO OU ESTADO? \_\_\_\_\_

SE ACASO COMPRA DE FORA, DE ONDE VEM ESSA MANDIOCA? \_\_\_\_\_

POR QUAIS MOTIVOS COMPRA MANDIOCA DE OUTROS ESTADOS/MUNICIPIOS? \_\_\_\_\_

ENTREGA A PRODUÇÃO OU VENDE DIRETAMENTE NA FEIRA? \_\_\_\_\_

COMO É O TRABALHO DESENVOLVIDO NA PRODUÇÃO DA FARINHA? \_\_\_\_\_

PAGA POR DIA DE SERVIÇO OU POR PRODUÇÃO? \_\_\_\_\_

POR QUE ESCOLHE ESSA FORMA? \_\_\_\_\_

O PRODUTO É ENTREGUE A ALGUM ATRAVESSADOR? \_\_\_\_\_ SÃO MUITOS  
ATRAVESSADORES NA REGIÃO?

---

HÁ QUANTOS ANOS O SR. POSSUI CASA DE FARINHA? \_\_\_\_\_

HOUVE ALGUMA MUDANÇA TÉCNICA NA CASA DE FARINHA E NA FORMA DE FAZER  
A FARINHA? \_\_\_\_\_

O PREÇO DE VENDA DA FARINHA É SATISFATÓRIO?

---

ALÉM DA FARINHA QUAIS OUTROS PRODUTOS O SR. PRODUZ DERIVADOS DA  
MANDIOCA? \_\_\_\_\_

COMO SE DÁ A COMERCIALIZAÇÃO DESSES  
PRODUTOS? \_\_\_\_\_

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E GEOGRAFIA**

**DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

**ALUNA: ÍTALA SANTANA SOUZA**

**QUESTIONÁRIO 03: COMPRADOR DA FARINHA E (VENDEDOR)**

Nº \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_ Município/Povoado \_\_\_\_\_

O SR. COMPRA A FARINHA OU A MANDIOCA? \_\_\_\_\_

A QUAL TIPO DE PRODUTOR O SR COMPRA A MANDIOCA?

CAMPONÊS INDIVIDUAL ( )

SOMENTE DONO DE CASA DE FARINHA ( )

3. HÁ ALGUM TIPO DE INTEGRAÇÃO/ACORDO ENTRE O SR E

PRODUTORES DE FARINHA ( )

PRODUTORES DE MANDIOCA ( )

COMO \_\_\_\_\_ SE  
DÁ? \_\_\_\_\_

O SR. AGREGA VALOR À FARINHA COMPRADA? \_\_\_\_\_

HÁ ALGUM TIPO DE SELEÇÃO DA MANDIOCA OU DA  
FARINHA? \_\_\_\_\_

OS PREÇOS DA FARINHA SE  
DIFERENCIAM? \_\_\_\_\_ POR  
QUE? \_\_\_\_\_

ONDE É VENDIDA A FARINHA? EM QUAIS MERCADOS?

QUAIS ESTADOS BRASILEIROS CONSOMEM ESSA  
FARINHA? \_\_\_\_\_